



*Editores*  
*Arara*  
*Azul*

COLEÇÃO CULTURA  
E DIVERSIDADE

COLEÇÃO CULTURA E DIVERSIDADE  
ARARA AZUL

ENTRE A VISIBILIDADE  
DA TRADUÇÃO  
DA LÍNGUA DE SINAIS  
E A INVISIBILIDADE  
DA TAREFA DO INTÉRPRETE

ANDRÉA DA SILVA ROSA



COLEÇÃO CULTURA E DIVERSIDADE

ARARA AZUL

ENTRE A VISIBILIDADE DA TRADUÇÃO  
DA LÍNGUA DE SINAIS E A INVISIBILIDADE  
DA TAREFA DO INTÉRPRETE

ANDRÉA DA SILVA ROSA



*Dedico este trabalho aos meus pais, Alcides e Elisa, (in memoriam).  
Com amor sólido e verdadeiro entre si escreveram página por  
página da minha vida. Eles vivem em mim todos os dias.  
E a cada dia vivido é um dia a menos na contagem  
do tempo para o reencontro.  
Aos meus pais toda a minha saudade.*

## SUMÁRIO

PREFÁCIO .....	7
ANOTAÇÕES .....	9
APRESENTAÇÃO - Meus Anseios de Intérprete .....	11
INTRODUÇÃO .....	17

## CAPÍTULO I

LÍNGUA DE SINAIS: GRAMÁTICA E ESCRITA .....	21
Gramática da Língua de Sinais .....	26
Fonologia da Língua de Sinais Brasileira .....	26
Sistema morfológico da língua de sinais. ....	36
Sintaxe da língua de sinais .....	46
Escrita Visual da Língua Brasileira de Sinais ( <i>Sign Writing</i> ) .....	56
Comunidades Surdas: Minorias Lingüísticas .....	58
OBJETIVOS .....	63

## CAPÍTULO II

TRADUÇÃO, FIDELIDADE E SOBREVIDA .....	65
Questões de Fidelidade em Paulo Rónai .....	67
Tradução, Versão e Recriação em Erwin Theodor .....	76

Jacques Derrida - A Tradução como Sobrevida do Original .....	85
---	----

### CAPÍTULO III

LINGUAGEM e TRADUÇÃO .....	97
----------------------------	----

### CAPÍTULO IV

O INTÉRPRETE SUA FORMAÇÃO E LIMITES DE ATUAÇÃO	
INTERPRETAÇÃO .....	113
Limites e Abusos no Ato Interpretativo .....	129
Alguns Aspectos da Formação do ILS Considerados	
Importantes na Formação do Intérprete de	
Língua de Sinais. ....	133

### CAPÍTULO V

TEORIA DA TRADUÇÃO E PRÁTICA DO INTÉRPRETE DE	
LÍNGUA DE SINAIS: DIÁLOGOS POSSÍVEIS .....	143
Como nos Tornamos Intérpretes .....	147
O Lugar da Formação na Prática do Intérprete de	
Língua de Sinais .....	162
Educação dos Surdos Mediada pelo Intérprete de	
Língua de Sinais .....	179
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	193
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	197

## PREFÁCIO

O prefácio sempre tem idéias que indicam o que está no livro, mostrar a leitura, apontar, dizer que tem isto e isto. Não é uma coisa que eu gosto de fazer.

Andréa é alguém que começou com atração pela cultura surda, pelo conhecimento da língua de sinais. Depois ela, com seu olhar atento, percebe a importância da língua de sinais, pela qual os surdos ensinam uns aos outros surdos.

Ela quis construir uma escrita sobre o intérprete e a sua presença nas fronteiras das culturas surda e ouvinte. Ela aproxima o trabalho dos ILS daqueles conceitos dos Estudos da Tradução. Depois disto ela quer pensar como seria a formação destes profissionais.

Para ela, não há o mito da neutralidade do intérprete de língua de sinais. A neutralidade é uma invenção. A participação do intérprete depende de sua concepção política, de sua interpretação cultural, de sua formação.

Que os intérpretes devem entender sua identidade, sua representação e buscar sua formação para que aconteça uma melhor tradução. É a proposta de Andréa.

Andréa está presente no que nos escreve aí. Ela nos deixa muitas coisas para pensar, para seguir, para continuar procurando.

Que este trabalho de Andréa seja um ponto de partida, possibilite aos nossos intérpretes sentir de outro jeito, fazer de outro jeito, arejar uma idéia, construir uma idéia.

Andréa soube dizer: são Tradutores e Intérpretes de língua de sinais! Vamos olhar, vamos construir uma idéia também nós com Andréa, com os intérpretes.

*Gladis Perlin*

## ANOTAÇÕES

A tabela abaixo corresponde ao movimento dos sinais e foi elaborada pelo Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, - Ensino de Língua Portuguesa para Surdos, 2002, p.85.

	Movimentos longos repetidos		Movimento único retilíneo com vibração das pontas dos dedos
	Movimentos curtos repetidos		Movimentos repetidos de abrir e fechar as mãos de baixo para cima e de cima para baixo
	Movimentos circulares repetidos		Um único movimento semi-circular
	Um único movimento longo		Movimentos repetidos para cima e para baixo, se tocando
	Um único movimento circular curto		Vibração dos dedos
	Movimentos médios semi-circulares repetidos		Movimento em zig-zag

## APRESENTAÇÃO

## MEUS ANSEIOS DE INTÉRPRETE

*Minhas mãos doces...*  
*Jamais ociosas.*  
*Fecundas. Imensas e ocupadas.*  
*Mãos laboriosas. Abertas sempre para dar, ajudar, unir*  
*e abençoar.*  
**Cora Coralina, 1997, p.63.**

O meu interesse pelas comunidades surdas começou na Igreja do Nazareno Central de Campinas, onde no mês de maio de 1994 teve início um curso de língua de sinais com o propósito de começar um trabalho de evangelização com os surdos de Campinas. O curso, gratuito, teve duração de dois meses e foi ministrado por um fluente intérprete de língua de sinais, atuante no trabalho com surdos há muitos anos.

Naquela época, em Campinas, quase nada se sabia sobre a profissão de instrutor surdo de língua de sinais, assim como não havia na cidade nenhum surdo formado pela FENEIS<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Federação Nacional de Integração e Educação dos Surdos.

A princípio imaginei que conseguiria aprender língua de sinais somente freqüentando os cultos, observando os intérpretes e treinando os sinais na frente do espelho, como se fosse possível simplesmente transportar, para os sinais, os significados das palavras do Português. Procurava ser rigorosa na escolha dos sinais, pois meu principal objetivo era reproduzir com fidelidade as letras das músicas cantadas durante os cultos, imaginando que não deixaria escapar nenhuma palavra sequer. A tradução pensava, deveria ser construída palavra por palavra.

Mesmo com os treinos em casa, no momento de interpretar, a construção que fazia das músicas em sinais revelava-se quase totalmente incompreensível, para os surdos, cuja a expressão facial denunciava o meu fracasso.

Meus primeiros momentos de interpretação foram marcados por imensa angústia e seguidas frustrações: eu tinha consciência de que não os alcançava. Ao mesmo tempo, nutria o anseio de transmitir a eles todos os conhecimentos que dominava desde a mais tenra infância. Não conseguia compreender porque os meus sinais nada lhes diziam.

Durante os dois primeiros anos de trabalho com pessoas surdas no Ministério Voz no Silêncio, da Igreja do Nazareno Central de Campinas, atuei como coadjuvante nas tarefas diversas que envolviam o trabalho com os surdos. Raramente interpretava nos lugares onde surdos e ouvintes cultuavam juntos; normalmente interpretava as músicas no culto das sextas-feiras à noite somente para os surdos.

No início o grupo era composto por 30 intérpretes, mas com o tempo esse número foi diminuindo, o que me permitiu aproximar-me da melhor intérprete. Pude, então, fazer-lhe a seguinte pergunta: *Como você consegue interpretar tão bem? Eles compreendem tudo o que você diz!* É óbvio que eu esperava uma

receita pronta, pois todos nós tínhamos aprendido língua de sinais na mesma época e com o mesmo professor, nenhum de nós tinha conhecimento ou contato prévio com os surdos. A resposta foi simples: *Procuro conversar com eles, freqüentar os mesmos lugares que eles, dessa forma os surdos colocam em minhas mãos a língua de sinais.*

Para que isso fosse possível, eu sabia que teria que freqüentar à noite os lugares onde os surdos se encontravam, um dos quais era o Sucão<sup>2</sup>. Encontravam-se ali após os cultos, os jogos de futebol, as reuniões da associação e ficavam até altas horas conversando.

A decisão de conviver com os surdos só aconteceu, pois, por minha determinação em aprender a língua de sinais brasileira, para poder ensinar-lhes o que sabia, mas contraditoriamente, só aprendi essa língua quando interagi com eles livre da “*responsabilidade*” de lhes ensinar algo.

A princípio não tinha nenhum assunto em comum com os surdos. Estranhava aqueles gestos exuberantes e a empolgação na conversa. Passava a maior parte do tempo calada, tentando compreender um ou outro sinal. Naquele lugar eu era a estrangeira, a que nada sabia. A liberdade com a qual falavam de todo e qualquer assunto através dos sinais me deixava estarecida.

No começo da minha tentativa de aproximação, era deixada de lado pelos surdos que se perguntavam, desconfiados, o que eu estava fazendo ali. Em razão da suspeita de que estava lá para bisbilhotá-los me ensinaram muitos sinais errados.

---

2 A Associação de Surdos de Campinas não possui sede própria, por isso os surdos se encontram em lugares públicos. Em 1997, o lugar demarcado para o encontro era o Sucão, lanchonete localizada no perímetro central e de fácil acesso aos surdos moradores de diferentes bairros de Campinas.

Nessa mesma época comecei a trabalhar com os surdos no grupo de teatro da igreja. Elaborávamos a encenação correspondente ao texto bíblico a ser pregado no dia seguinte, no culto dos surdos por um pastor ouvinte. Tendo ciência prévia do texto bíblico explicava-o, no culto, com os poucos sinais que possuía, com uma exagerada expressão facial e uso do Português oral. Alguns surdos, que já conheciam os textos bíblicos, me auxiliavam na tarefa de transmitir a mensagem para os outros. Aqueles foram meus momentos de maior aprendizado; olhava atenta o modo como eles ensinavam uns aos outros, e assim, fui aprendendo a construir a tradução para a língua de sinais, percebendo a diferença entre meu modo de sinalizar e a forma como eles conversam entre si. Aos poucos, e “naturalmente”, os surdos me nomearam intérprete.

Um novo trabalho veio somar-se a esse: iniciei, em 1998, um trabalho de leitura de jornal em língua de sinais na Rede Anhangüera de Comunicação- RAC, cujo objetivo era incentivar a leitura de jornais por pessoas em diferentes contextos sociais, como: hospitais, consultórios, escolas, bibliotecas e outros.

Trabalhei nesse projeto entre agosto de 1998 e agosto de 1999, sempre às terças-feiras, no auditório do jornal Diário do Povo. Os meus esforços eram centrados na motivação - dos surdos que para ali iam - para a leitura de reportagens e informações contidas no jornal.

Vale ressaltar que nem todos os leitores surdos eram alfabetizados, porém dominavam a língua de sinais. Durante algum período de suas vidas, longo ou curto, a maior parte já havia frequentado os bancos escolares, mas, por diferentes razões, abandonara a escola sem adquirir a escrita.

As reportagens do jornal começaram a ser compreendidas a partir do conhecimento dos sinais; a matéria era escolhida pelos surdos que, após examinarem todo o jornal, geralmente acabavam por demonstrar maior interesse pelo caderno de esportes. Os enunciados futebolísticos traziam notícias já conhecidas parcialmente e as fotos auxiliavam na compreensão do texto que, por sua vez, era lido por mim em sinais. Em seguida, os sinais eram os mediadores para a escrita do Português.

Como atividade de encerramento dos trabalhos no Departamento de Educação da RAC, no ano de 1998, os leitores surdos foram convidados para participar de uma exposição no Centro de Convivência, com uma apresentação teatral; o tema foi escolhido a partir de uma reportagem que leram sobre AIDS. O nome que deram à peça foi: “*Surdo ouça o recado da vida: evite AIDS*”. Foi encenada em sinais, com tradução para o Português, seguida de uma apresentação de dança sobre o mesmo tema.

Por ser a primeira oportunidade de apresentarem, publicamente, uma atividade cultural em sua língua, o evento foi de importância peculiar para os leitores surdos, tendo recebido ampla divulgação no seio da comunidade surda.

Na ocasião recebi o convite para compor a diretoria da Associação de Surdos de Campinas - ASSUCAMP, como Diretora de Educação e Cultura, com o propósito de promover novas atividades educacionais e culturais para os associados.

No início de 1999 comecei um trabalho voluntário na ASSUCAMP. De 21 a 24 de abril desse mesmo ano, participei do *V Congresso Latino-Americano de Educação Bilingüe para Surdos*, realizado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS. Pela primeira vez tive contato com intérpretes

envolvidos na educação de surdos e pude perceber que havia um movimento no Brasil sobre a educação dos surdos, do qual a comunidade surda de Campinas estava totalmente à parte. Nessa ocasião conheci a professora Regina Maria de Souza, palestrante no evento.

Ao retornar a Campinas comecei a freqüentar o Grupo de Pesquisa Pensamento e Linguagem – GPPL, e, ocasionalmente, interpretava para os surdos que freqüentavam o grupo. A tradução era livre e não me despertava grandes angústias.

A partir de outubro de 1999, tendo o GPPL começado a organizar diversos eventos acadêmicos em parceria com a comunidade surda de Campinas, fui solicitada a interpretar esses eventos. Senti a responsabilidade de ser fiel em minha tradução, o que fez com que as angústias retornassem com intensidade.

Eu sempre me perguntava: *Faço a tradução de tudo o que está sendo dito, mesmo que eles não compreendam devido à falta de conhecimento prévio do assunto, ou explico a idéia do que está sendo dito do modo que julgo compreensível a eles?* Independentemente da minha escolha, as indagações persistiam: Traduzindo tudo, eles perderiam o sentido da mensagem, já que (como supunha) não conheciam seus assuntos e seus conceitos. Neste caso, não estaria eu remetendo a comunidade surda à mesma situação do passado, ou seja, a exclusão do saber, e pior, usando como “ferramenta” de exclusão sua própria língua?

Se a escolha fosse por explicar a idéia que estava sendo discutida, não estaria eu selecionando previamente o que era, ou não, cabível de ser compreendido pela comunidade surda?

Essas foram e ainda são as minhas grandes perguntas a cada nova interpretação. Talvez por essa razão é que muitas vezes me distanciei do ato interpretativo e me aproximei da comunidade surda e dos intérpretes.

## INTRODUÇÃO

*O tradutor precisa urgentemente ser visto como  
aquilo que é:  
verdadeiro catalisador da tensão entre o de fora e  
do de dentro.*

*Se isso não se faz, é porque não é dada a essa  
problemática social a importância devida.  
(Benedetti, 2004, p.30)*

A escolha do título da minha pesquisa seguramente é devido ao lugar que o intérprete de língua de sinais ocupa, ou seja, “entre” duas línguas, indo e vindo na elaboração de seu trabalho. Nunca encontra repouso, pois, mal chega na língua-alvo (a língua de sinais) e já precisa tomar o caminho de volta, para compreender o discurso na sua própria língua (o Português). Imediatamente, é preciso refazer o percurso – sua tarefa é estar em trânsito.

Outra concepção possível do “entre” poderia ser o da visibilidade da tradução, pois sendo a língua de sinais visual-espacial, o ato interpretativo só acontece na presença física do intérprete. Entretanto é uma presença sem voz.

A invisibilidade está no fato de que este trabalhador não é tido como profissional, apesar de terem ocorrido algumas mudanças na representação social que os ouvintes fazem das pessoas surdas, antes ditas como “deficientes auditivos” ou “surdos-mudos” o que os remetia à incapacidade, à inferioridade. O mesmo não ocorreu em relação ao intérprete. Este ainda é tomado como assistencialista uma vez que normalmente é oriundo de instituições religiosas.

No meu caso específico estou estudando o meu próprio trabalho e repensando sobre a minha própria prática e a prática de outros intérpretes, levantando questões sobre a tarefa do intérprete de língua de sinais, e como pode ser essa tarefa equiparada à tarefa dos tradutores.

As discussões recentes em torno da tradução surgiram comprometidas principalmente com as relações entre sujeito e linguagem, possibilitando uma reviravolta significativa na reflexão sobre o papel exercido pelo tradutor.

Para fazer parte do processo de aprendizagem do aluno surdo, a educação tem convocado o intérprete de língua de sinais, sem entretanto conhecer a sua função e abrangência na sala de aula. Conseqüentemente, não se tem preocupado em criar cursos de formação para o intérprete educacional. Fica, portanto, sob a responsabilidade de cada profissional a sua própria formação.

À medida que novas posturas relativas à tradução se fortalecem, é fundamental nos debruçarmos sobre os pressupostos que as sustentam.

Considerando a tradução como transformação de uma língua para outra, no Capítulo I examinarei a legitimação da língua de sinais como língua natural dos surdos pela lingüística e alguns itens gramaticais dessa língua.

Discutiremos, no Capítulo II, as concepções teóricas de três autores sobre a tradução, com o intuito de investigar o que significa traduzir e quais as suas possíveis respostas para os intérpretes de língua de sinais no que se refere a questões como: fidelidade, equivalência e sobrevida no ato tradutório e/ou interpretativo.

No Capítulo III, trataremos sobre a concepção de linguagem a partir da relação dialógica de Bakhtin, e a forma como o sujeito se constitui na linguagem, não sendo nem escravo e nem servo da língua e, sim, trabalhador.

O Capítulo IV analisará a atuação do intérprete: como se constitui o ato interpretativo a partir da compreensão que esse profissional faz do discurso de pronunciado em Português e, ainda, quais os limites e abusos que ocorrem na atividade de interpretação.

O Capítulo V consiste na análise das entrevistas realizadas por intérpretes de diferentes estados brasileiros, comentários que serão tecidos à luz da teoria da tradução estudada no percurso deste trabalho.

O exercício de tradução neste trabalho será do Português para a Língua Brasileira de Sinais e vice-versa. Apesar de a língua de sinais ser nativa, pois é língua brasileira, reconhecida em 24 de abril de 2002<sup>1</sup> utilizá-la-ei como exemplo de tradução por se constituir como a minha segunda língua. Mesmo, não sendo possível considerá-la estrangeira.

---

<sup>1</sup> Lei 10.436, de 24 de abril de 2002. Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais – Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais – Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema lingüístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema lingüístico de transmissão de idéias e fatos,

A opção por uma intérprete e não por um surdo para ilustrar os exemplos em língua de sinais justifica-se pelo recorte deste trabalho, ou seja, discutir o espaço contraditório do Intérprete de Língua de Sinais – ILS. Adensar e discutir o ILS a partir dos Estudos da Tradução de línguas orais.

## CAPÍTULO I

### LÍNGUA DE SINAIS: GRAMÁTICA E ESCRITA

*[...] existindo a língua, existe também a tradução.*  
(Theodor, 1976, p.14)

Este capítulo objetiva expor a questão da língua de sinais como língua reconhecida pela lingüística. Nosso intuito é demonstrar que as línguas de sinais são línguas naturais.

*(...) são uma realização específica da faculdade de linguagem que se dicotomiza num sistema abstrato de regras finitas, as quais permitem a produção de um número ilimitado de frases. Além disso, a utilização efetiva desse sistema, com fim social, permite a comunicação entre os seus usuários.* (Quadros e Karnopp, 2004, p.30).

As línguas de sinais existem de forma natural em comunidades lingüísticas de pessoas surdas e, conseqüentemente, partilham uma série de características que lhes atribuem caráter específico e as distinguem dos demais sistemas de comunicação não-verbal.

*De fato, uma vez que Epée concebeu o projeto nobre de auto-dedicação para a educação do surdo, ele prudentemente observou que os surdos possuíam uma língua natural para comunicação entre eles. Como esta língua não tinha antecedentes, ele se virou para entendê-la, e a satisfação da sua promessa seria assegurada. Esta compreensão foi justificada pelo seu sucesso. Então, abbé l'Epée não foi o inventor ou criador desta língua; inteiramente ao contrário, ele aprendeu esta com os surdos, simplesmente consertou o que achou defeituoso; ampliou essa língua e lhe concedeu regras metódicas. (Desloges, 1984)<sup>5</sup>*

A Língua Brasileira de Sinais – Libras — como toda língua de sinais, foi criada em comunidades surdas que se contataram entre si e a passavam ao longo de gerações. É uma língua de modalidade gestual-visual porque utiliza, como canal ou meio de comunicação, movimentos gestuais e expressões faciais que são percebidos pela visão para captar movimentos, principalmente das mãos, afim de transmitir uma mensagem, diferenciando-se da Língua Portuguesa, que é uma língua de modalidade oral-auditiva por utilizar, como canal ou meio de comunicação, sons articulados que são percebidos pelos ouvidos.

Devido a essa diferença de canal de comunicação, normalmente os sinais utilizados nas línguas de sinais são entendidos como simples gestos. Outras vezes toda a língua sinalizada é dita como mera mímica ou pantomima. Durante muito tempo, foi considerada — e para alguns ainda o é — um sistema natural de gestos, sem nenhuma estrutura gramatical própria e com áreas restritas de uso.

---

<sup>5</sup> Pierre Desloges, surdo francês, foi a primeira pessoa a publicar uma defesa da língua de sinais em 1779 ( aos 32 anos).

Entretanto, pesquisas sobre as línguas de sinais vêm mostrando que elas são comparáveis, em complexidade e expressividade, a quaisquer línguas orais: expressam idéias sutis, complexas e abstratas. *Essa língua é viva, tem sentimentos e desenvolve a imaginação. Nenhuma outra língua é mais apropriada para expressar grandes e fortes emoções* (Desloges, 1984). Os seus usuários podem não apenas discutir filosofia, literatura ou política, além de esportes, trabalho, moda, como também utilizá-la com função estética para fazer poesias, histórias, teatro e humor.

Os estudos lingüísticos sobre as línguas de sinais datam de 1960, quando Stokoe (1960), americano, propôs uma análise lingüística da American Sign Language (ASL) em seus aspectos estruturais básicos (fonológico, morfológico e sintático), o que torna as línguas de sinais equivalentes às línguas orais constituídas de gramática própria<sup>6</sup>.

Segunda Souza (1998), Stokoe empenhou-se em evidenciar a isomorfia entre sinal e fala, valendo-se de parâmetros similares ao do distribucionalismo. O lingüista americano nomeou “quirema” o segmento mínimo sinalizado, correspondente ao fonema da fala. Segundo ele, cada morfema, unidade mínima de significação, seria composto por três quiremas: ponto de articulação, configuração das mãos e movimento, possuindo, cada um deles, um número limitado de combinações.

Dessa forma, as palavras sinalizadas poderiam, pois, ser decompostas e descritas conforme a combinação entre esses três traços. Stokoe propôs ainda um sistema notacional para a representação das possibilidades de cada um dos parâmetros

---

<sup>6</sup> Não se tem, neste trabalho, a pretensão de esgotar o assunto ou abordá-lo com profundidade; para isso há trabalhos publicados especificamente sobre gramática da língua de sinais (Ferreira Brito, 1995; Felipe, 2001; Quadros & Karnopp, 2004).

descritos. Em suas análises, demonstrou a dupla articulação como aspecto lingüístico presente na formação dos sinais. Na parte final de seu texto, discute algumas propriedades morfológicas e sintáticas da ASL.

*No caso dos surdos, segundo Stokoe (1986), as sistematicidades presentes na linguagem de sinais teriam sido conseqüências tanto do convívio social como das interações comunicativas particulares que os surdos estabeleceram entre si por sinais que, em decorrência do uso e de sua penetração social, tornaram-se mais simbólicos e menos icônicos. Em seu estágio atual, interagem um sistema completo de linguagem: um sistema de ajuntamento de elementos menores em palavras e um sistema de construção de sentenças a partir daquelas palavras.* (Souza, 1998, p. 190)

A língua de sinais contém todos os componentes pertinentes às línguas orais, como gramática, fonologia, semântica, morfologia, sintaxe preenchendo, assim, os requisitos científicos para ser considerada instrumento lingüístico de poder e força. Além de possuir todos os elementos classificatórios identificáveis de uma língua, a libras demanda prática para seu aprendizado, como qualquer outra língua.

*Uma língua nem sempre corresponde ao conceito estrito da nação, como estado constituído politicamente. Em um mesmo país pode vigorar mais de uma língua nacional, como é o caso da Suíça e da Bélgica. Em verdade, em todos os países onde existe uma comunidade de surdos que se comuniquem por meio da língua de sinais há, por direito, ainda que nem*

*sempre reconhecidas oficialmente, duas línguas em contato: a oral-auditiva e a espaço-visual.* (Fernandes, 2003, p.39.)

As línguas de sinais são diferentes umas das outras e independem das línguas orais-auditivas utilizadas em outros países; por exemplo: o Brasil e Portugal possuem a mesma língua oficial, o Português, mas as línguas de sinais desses países são diferentes, ou seja, no Brasil é usada a Língua Brasileira de Sinais – Libras e, em Portugal, usa-se a Língua Gestual Portuguesa – LGP – ; o mesmo acontece com os Estados Unidos: American Sign Language – ASL – e a Inglaterra: BLS, além de outros países. Os sinais são próprios de cada país, ou seja, se surdos de países diferentes se encontrarem, provavelmente um não entenderá exatamente o que o outro está querendo dizer. Pode ocorrer, também, que uma mesma língua de sinais seja utilizada por dois países, como é o caso da língua de sinais americana, usada pelos surdos dos Estados Unidos e da parte inglesa do Canadá (Felipe, 2001).

Desse modo, a língua de sinais não é uma língua universal, pois adquire características diferentes em cada país e, até mesmo, dentro das diversas comunidades de surdos de um mesmo país. Além da Libras, que é a língua de sinais utilizada nas comunidades surdas de diferentes cidades do Brasil, há registros de uma outra língua de sinais, utilizada pelos índios surdos Urubus-Kaapor, no Estado do Maranhão junto ao rio Gurupi. (Ferreira Brito, 1993)

Entretanto, apesar dos traços peculiares a cada língua, todas elas possuem algumas características que as identificam como língua e não linguagem, como, por exemplo, a linguagem das abelhas, dos golfinhos, dos macacos, enfim, a comunicação dos animais. (Felipe, 2001)

Uma das características comuns às línguas é que todas são estruturadas a partir de unidades mínimas que formam unidades mais complexas e todas possuem os seguintes níveis lingüísticos: o fonológico, o morfológico, o sintático, o semântico e o pragmático.

Veremos a seguir alguns desses conceitos, discutidos e ilustrados nas estruturas da Libras.

### GRAMÁTICA DA LÍNGUA DE SINAIS

A Libras é dotada de uma gramática composta por itens lexicais, que se estruturam a partir de mecanismos morfológicos, sintáticos e semânticos, os quais, embora apresentem especificidade, seguem também princípios básicos gerais. Estes são usados na geração de estruturas lingüísticas de forma produtiva, possibilitando um número infinito de construções, a partir de um número finito de regras.

Há, também, componentes pragmáticos convencionais, codificados no léxico e na estrutura da Libras que permitem a geração de implícitos, sentidos metafóricos, ironias e outros significados não literais. Esses princípios regem também o uso adequado das estruturas lingüísticas da Libras, isto é, permitem aos seus usuários usar estruturas nos diferentes contextos que se lhes apresentam, de forma a corresponder às diversas funções lingüísticas que emergem da interação no dia-a-dia, bem como dos outros tipos de uso da língua.

### FONOLOGIA DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS

A fonologia das línguas de sinais estuda as configurações e movimentos dos elementos envolvidos na produção dos sinais.

*A primeira tarefa da fonologia para a língua de sinais é determinar quais são as unidades mínimas que formam os sinais. A segunda tarefa é estabelecer quais são os padrões possíveis de combinação entre essas unidades e as variações possíveis no ambiente fonológico.* (Quadros e Karnopp, 2004, p. 47)

O que é denominado palavra ou item lexical nas línguas orais-auditivas recebe, nas línguas de sinais, o nome de sinal, o qual é formado a partir da combinação do movimento das mãos com um determinado formato em um determinado lugar, podendo esse lugar ser uma parte do corpo ou um espaço em frente ao corpo.

*Os articuladores primários das línguas de sinais são as mãos, que se movimentam no espaço em frente ao corpo e articulam sinais em determinadas locações nesse espaço. Um sinal pode ser articulado com uma ou duas mãos. Um mesmo sinal pode ser articulado tanto com a mão direita quanto com a esquerda; tal mudança, portanto, não é distintiva. Sinais articulados com uma mão são produzidos pela mão dominante (tipicamente direita para destros e a esquerda para canhotos), sendo que sinais articulados com as duas mãos também ocorrem e apresentam restrições em relação ao tipo de interação entre as mãos.* (Quadros e Karnopp, 2004, p. 51)

Essas articulações das mãos, que podem ser comparadas aos fonemas e às vezes aos morfemas, são chamadas de parâmetros, que, nas línguas de sinais, são: Configuração das Mãos (CM), o Movimento (M), Ponto de Articulação (PA) e Orientação (O). Além dessas características, ainda podem ser

considerados os componentes não-manuais dos sinais, tais como as expressões facial e/ou corporal, o movimento da cabeça e do corpo. Tomamos como exemplo o sinal CERTO.



Ferreira Brito, 1995, p.24

I. CONFIGURAÇÃO DE MÃO (CM): A CM pode permanecer a mesma durante a articulação de um sinal, ou pode ser alterada passando de uma configuração para outra. As configurações podem variar apresentando uma mão pode estar configurada sobre a outra que serve de apoio, tendo esta sua própria configuração (p.ex. ESPERAR); duas mãos de forma espelhada (p. ex. NASCER).

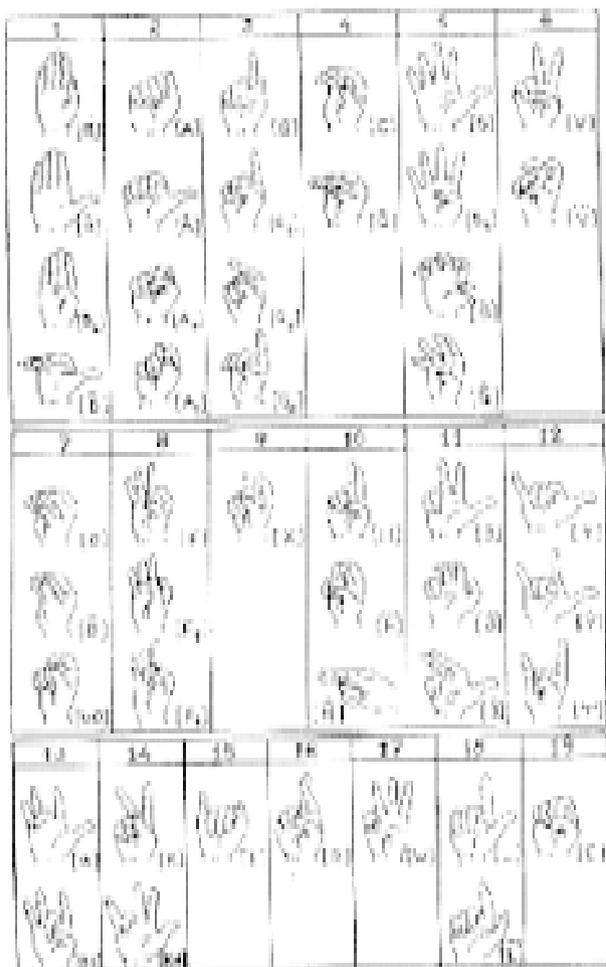


ESPERAR

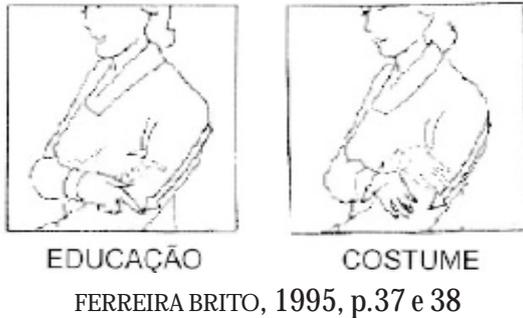


NASCER

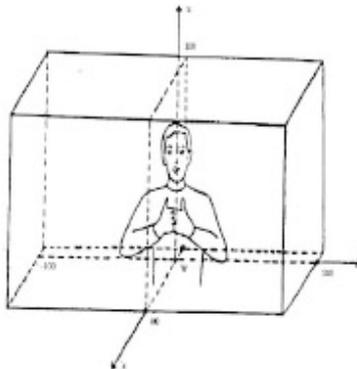
Segundo Ferreira-Brito(1995), existem 46 configurações de mão diferentes para a Libras, e elas podem ser diferenciadas quanto às posições, número de dedos estendidos, o contato e a contração (mãos fechadas ou compactas) dos dedos. Conforme quadro abaixo:



configuração da mão pode ser mantida constante durante a articulação de um sinal, ou ainda pode alterar para uma outra configuração. Por exemplo, os sinais EDUCAÇÃO e COSTUME têm os demais parâmetros iguais (ou seja, “movimentos”, “ponto de articulação” e “orientação”).



II. O PONTO DE ARTICULAÇÃO (PA) é o local do corpo do sinalizador onde o sinal é realizado; assim, uma maior especificação da posição é necessária, já que a região no espaço é muito ampla. Esse espaço é limitado e vai desde o topo da cabeça até a cintura sendo alguns pontos mais precisos, tais como a ponta do nariz, e outros, mais abrangentes, como a frente do tórax.



FERREIRA BRITO, 1995, p.215

Em situações em que o local onde o sinal é realizado não for relevante, este PA é chamado “espaço neutro”. Há sinais que se diferenciam somente pelo ponto de articulação, p. ex., SÁBADO e APRENDER.



SÁBADO



APRENDER

III. MOVIMENTO: Para que seja realizado, é preciso haver um objeto e um espaço. Nas línguas de sinais, a(s) mão(s) do enunciador representa(m) o objeto, enquanto o espaço em que o movimento se realiza é a área em torno do corpo do enunciador. O movimento pode ser analisado levando-se em conta o tipo, a direção, a maneira e a frequência do sinal. O tipo refere-se às variações do movimento das mãos, pulsos e antebraços; ao movimento interno dos pulsos ou das mãos (p.ex., palestra); e aos movimentos dos dedos. Quanto à direção, o movimento pode ser unidirecional, bidirecional ou multidirecional. Já a maneira descreve a qualidade, a tensão e a velocidade, podendo, assim, haver movimentos mais rápidos, mais tensos, mais frouxos, enquanto a frequência indica se os movimentos são simples ou repetidos. (Ferreira Brito, 1995; Quadros & Karnopp, 2004).



PALESTRA

O movimento é realizado pela mão (ou mãos) ou pelos dedos quando o sinal é produzido. Porém, é um tanto complicado fazer as observações quanto ao movimento, pois a mão é um objeto altamente assimétrico, além do que os eixos podem se deslocar simultaneamente, dificultando traçar o percurso. Mas os sinais, em sua maior parte, podem ser subdivididos em pequenos segmentos de movimentos, a cada um dos quais pode ser relacionado um eixo. Outra característica importante para descrever o movimento é a sua velocidade, que pode carregar algumas variáveis durante a realização do sinal: tensão, retenção, continuidade e refreamento. Uma característica interessante, quanto ao movimento, é a necessidade de repetições de sinais em algumas situações (por exemplo, para explicar mais de uma vez, ou indicar várias coisas, como no plural), em que o movimento de um sinal precisa ser reduplicado no tempo.

IV. ORIENTAÇÃO: os sinais podem ter uma direção ou não; existem sinais que apresentam diferentes significados apenas pela produção de distintas orientações da palma da mão. *Por definição, orientação é a direção para qual a palma da mão aponta na produção do sinal.* (Quadros e Karnopp, p.59)

V. EXPRESSÃO FACIAL E/OU CORPORAL: Além dos parâmetros constituintes dos sinais, outros elementos complementam sua formação. São as expressões não-manuais nas línguas de sinais, mas componentes extremamente importantes para a transmissão da mensagem. Muitas vezes, para expressar realmente o que se deseja, o sinal requer características adicionais: uma expressão facial, ou dos olhos, para que sentimentos de alegria, de tristeza, uma pergunta ou uma exclamação possam ser completamente representados ao receptor da mensagem. Muitos sinais, além dos quatro parâmetros mencionados acima, têm também, como traço diferenciador em sua configuração, a expressão facial e/ou corporal, como os sinais ALEGRE e TRISTE.



ALEGRE



TRISTE

Através dos exemplos acima, em Libras e em Português, mostramos que as palavras da Libras também são constituídas a partir de unidades mínimas distintivas, correspondentes aos fonemas das línguas orais. O número dessas unidades é finito e pequeno porque, seguindo o princípio de economia, eles se combinam para gerar um número infinito de formas ou palavras. *Parte-se, assim, da concepção de que cada língua apresenta*

*um número determinado de unidades mínimas cuja função é determinar a diferença de significado de um sinal em relação a um outro sinal.* (Quadros & Karnopp, 2004, p.84).

Portanto, o léxico da Libras, assim como o léxico de qualquer língua, é infinito, no sentido de que sempre comporta a geração de novas palavras. Até recentemente, pensava-se que a Libras fosse pobre, porque apresentava um número pequeno de sinais ou palavras. Entretanto, pode acontecer de uma língua não usada em todos os setores da sociedade – ou usada em uma cultura bem distinta da que conhecemos – não apresentar vocábulos para um determinado campo semântico; isso, entretanto, não significa que ela seja pobre, pois potencialmente tem todos os mecanismos para criar ou gerar palavras para qualquer conceito que vier a ser compreendido e posteriormente utilizado pela comunidade sinalizadora.

Fato que pode ser comprovado com a inclusão dos surdos em diversos cursos nas universidades (com a presença do intérprete de língua de sinais): cada qual tem acrescido os sinais após compreender o significado dos conceitos acadêmicos disseminados nos cursos universitários. Exemplo: MOVIMENTOS SOCIAIS<sup>7</sup>.



MOVIMENTOS SOCIAIS

---

<sup>7</sup> Este sinal foi criado por uma surda do curso de Pedagogia com Ênfase em Educação Especial da Pontifícia Universidade Católica de Campinas-PUCCAMP.

Vale ressaltar que há restrições quanto à criação de novos sinais, pois, a partir das unidades mínimas da Libras, não será aceito um sinal quando este fugir aos padrões que regem a formação de suas palavras. (...) *há duas restrições fonológicas na produção de diferentes tipos de sinais envolvendo as duas mãos: a condição de simetria e a condição de dominância.* (Quadros & Karnopp, 2004, p. 78). Segundo as autoras, no que se refere à simetria, no caso de o sinal ser realizado com as duas mãos, é necessário ter a mesma CM para ambas as mãos; a localização das mãos também não pode variar de uma mão para a outra, e o movimento deve ser simultâneo ou alternado.



TRABALHAR

E na questão de dominância, no caso de haver distintas CMs, a mão ativa deve produzir o movimento, e a mão passiva servir de apoio, apresentando um conjunto restrito de CMs (não-marcadas). Por exemplo, um sinal em que o articulador principal é a mão esquerda ou em que a mão direita é a mão de apoio não será considerado um sinal (palavra) bem formado em Libras.



ESPERAR

Na combinação dos cinco parâmetros, tem-se o sinal. Falar com as mãos é, portanto, combinar devidamente estes elementos que formam as palavras e estas formam as frases em um contexto.

*Todos os sinais que incorporam ao léxico utilizam os parâmetros considerados gramaticais e aceitos dentro dessa língua. Isso constitui um dos aspectos que confirmam que a Libras é um sistema lingüístico que constrói a partir de regras, distanciando-a dos gestos naturais e das mímicas que não possuem restrições para a articulação. Mesmo os sinais com interferência da língua oral, a serem incorporados à língua de sinais, obedecem às regras e restrições de sua estrutura. (Ferreira Brito, 1995, p.36)*

#### SISTEMA MORFOLÓGICO DA LÍNGUA DE SINAIS.

Morfemas são elementos mínimos — carregados de significado — que compõem palavras, organizando-as em diversas categorias, segundo um sistema próprio da língua. As línguas de sinais, assim como as línguas orais, possuem um sistema de formação de palavras. *Morfologia é o estudo da estrutura interna das palavras ou sinais, assim como das regras que determinam a formação das palavras. A palavra morfema deriva do grego morphé, que significa forma. Os morfemas são unidades mínimas de significado. (Quadros & Karnopp, 2004, p.86)*

Os morfemas, tanto nas línguas orais como na língua de sinais, determinam não apenas o significado básico das palavras, mas também a idéia de gênero (masculino ou feminino); de número (singular ou plural); de grau (aumentativo ou diminutivo); de tempo (passado, presente ou futuro).

#### ITENS LEXICAIS PARA TEMPO E MARCA DE TEMPO

A Libras não tem em suas formas verbais a marca de tempo como o Português.

Dessa forma, quando o verbo refere-se a um tempo passado, futuro ou presente, o que vai marcar o tempo da ação ou do evento serão itens lexicais ou sinais adverbiais com o ONTEM, AMANHÃ, HOJE, SEMANA PASSADA, SEMANA QUE VEM. Com isso, não há risco de ambigüidade, porque sabe-se que, se o que está sendo narrado iniciou-se com uma marca no passado, enquanto não aparecer outro item ou sinal para marcar outro tempo, tudo será interpretado como tendo ocorrido no passado. Os sinais que veiculam conceito temporal, em geral, vêm seguidos de uma marca de passado, futuro ou presente da seguinte forma: movimento para trás, para o passado; movimento para frente, para o futuro; e movimento no plano do corpo, para presente. Alguns desses sinais, entretanto, incorporam essa marca de tempo, não requerendo, pois, uma marca isolada, como é o caso dos sinais ONTEM e ANTEONTEM, ilustrados a seguir:

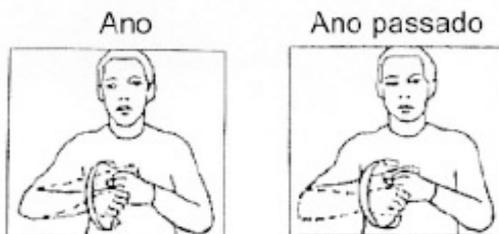


ONTEM



ANTEONTEM

Outros sinais, como ANO, requerem o acompanhamento de um sinal de futuro ou de presente, mas, quando se trata de passado, ele sofre uma alteração na direção do movimento de para frente para trás e, por si só, já significa ANO PASSADO.



FERREIRA BRITO, 1995, p.60



ANO



FUTURO

Exemplo:

É interessante notar que uma linha do tempo constituída a partir das coordenadas: passado (atrás) - presente (no plano do corpo) - futuro (na frente).

## QUANTIFICAÇÃO E INTENSIDADE

A quantificação é obtida em Libras através do uso de quantificadores como MUITO. É possível observarmos nos exemplos abaixo com o verbo “olhar”, à partir dos exemplos abaixo:

a) olhar durativo é realizado apenas com um dedo estendido; b) o sinal é realizado com todos os dedos estendidos.

Dessa forma, esse tipo de alteração do parâmetro Configuração de Mão iconicamente representa uma maior intensidade na ação ou um maior número de referentes sujeitos.



Olhar (pontual)



Todos estão olhando

FERREIRA BRITO, 1995, P.51-52

Essa mudança de configuração de mãos, aumentando-se o número de dedos estendidos para significar uma quantidade maior pode ser ilustrado pelos sinais:



uma vez



duas vezes



três vezes

FERREIRA BRITO, 1995, p. 43

Às vezes, alongando-se o movimento dos sinais e imprimindo-se a ele um ritmo mais acelerado, obtém-se uma maior intensidade ou quantidade. Isso é o que ocorre com os sinais FALAR e FALAR SEM PARAR, ilustrados a seguir:



Falar



Falar sem parar

FERREIRA BRITO, 1995, P, 51-52

## GÊNERO

No caso de gênero: para a indicação do sexo, acrescenta-se o sinal de mulher ou de homem, quer a referência seja a pessoas ou a animais. Entretanto, para indicar pai e mãe, não é necessário, pois há sinais próprios.



MULHER



HOMEM

Além disso, os sinais podem ser simples (apenas um sinal) ou compostos (dois ou mais sinais); arbitrários ou icônicos; ou utilizar o recurso datilológico (alfabeto manual), quando não tiver um sinal próprio.



# ALFABETO MANUAL

1	2	3	4	5
6	7	8	9	10
11	12	13	14	15
16	17	18	19	20
21	22	23	24	25
26	27			

					Portuguil
1	2	3	4	5	
6	7	8	9	10	
11	12	13	14	15	
16	17	18	19	20	
21	22	23	24	25	
26	27				

O alfabeto manual é a mera transposição para o espaço, por meio das mãos, dos grafemas da palavra da língua oral. Vale ressaltar que cada país tem um alfabeto manual<sup>9</sup>.

<sup>9</sup> Sugiro para os interessados nesse assunto, a coleção da Revista Língua de Sinais, Ed. Escala/SP, que em cada uma das dez publicações que integrou a referida coleção apresenta o alfabeto manual de diferentes países.

Este também é um recurso usado para soletrar, quando, no momento da apresentação, se pretende informar o nome das pessoas; ou ainda quando não se conhece o sinal do conceito, para que o interlocutor ensine o sinal à pessoa que o desconhece.

A diferença entre sinal e a soletração manual de uma palavra em português pode ser percebida no seguinte exemplo: INTÉRPRETE (INTÉRPRETE)



## CLASSIFICADOR NA LIBRAS

Atribuir-se uma qualidade a uma coisa como, por exemplo: arredondada, quadrado, cheio de bolas, de listras, etc., representa um tipo de classificação, porque é uma adjetivação descritiva, mas isso não quer dizer que seja, necessariamente, um classificador, como este conceito vem sendo trabalhado nos estudos lingüísticos.

Para os estudiosos deste assunto, um classificador é elemento gramatical que existe em número restrito e estabelece um tipo de concordância.

*Los predicados com classificador son un tipo de señas que parecen ser utilizadas em la mayoría de las lenguas de las*

*comunidades sordas. Estas señas informan acerca de eventos o acciones, y la forma que adopta la mano al ejecutarias corresponden a representaciones de alguna de las personas o cosas relacionadas con esos eventos o acciones.* (Oviedo, 2000, p. 61)

Na Libras, os classificadores são configurações de mãos que, relacionadas à coisa, pessoa e animal, funcionam como marcadores de concordância. O classificador modifica o próprio nome, mas não é um advérbio.

*Os classificadores têm distintas propriedades morfológicas, são formas complexas em que a figuração de mão, o movimento e a locação da mão podem especificar qualidades de um referente. Classificadores são geralmente usados para especificar o movimento e a posição de objetos e pessoas ou para descrever o tamanho em um labirinto, o sinalizador deve usar um classificador em que a configuração da mão (referindo à pessoa) move-se em ziguezague para descrever um carro andando, o sinalizador produz uma configuração de mão em “B”, que se refere a veículos. Essas configurações de mão ocorrem em predicados que especificam a locação de um objeto (por exemplo, a posição de um relógio, uma folha de papel ou um copo) ou a forma de um objeto (por exemplo, uma vara fina e comprida).* (Quadros & Karnopp, 2004, p. 93)

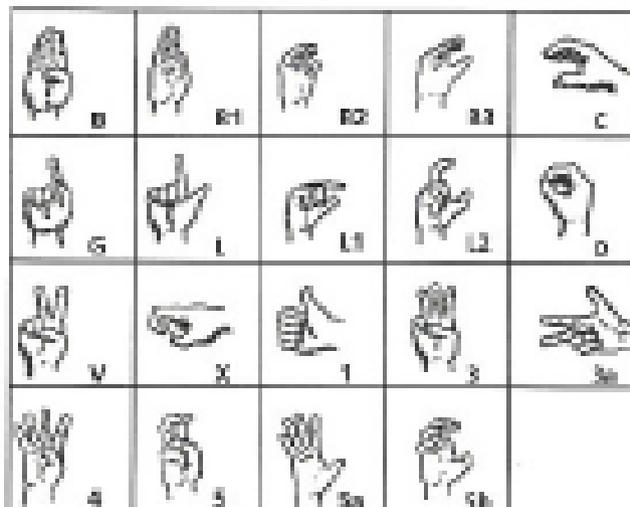
Assim, na Libras, os classificadores são formas que, substituindo o nome que as precede, podem vir junto ao verbo para classificar o sujeito ou o objeto que está ligado à ação do verbo. Portanto, os classificadores na Libras são marcadores de concordância de: PESSOA, ANIMAL, COISA.

Os classificadores para PESSOA e ANIMAL podem ter plural, que é marcado ao se representarem duas pessoas ou animais simultaneamente com as duas mãos, ou fazendo um movimento repetido em relação ao número.

Os classificadores para COISA representam, através da concordância, uma característica do objeto da ação verbal.

Não se deve confundir os classificadores — que são algumas configurações de mãos incorporadas ao movimento de certos tipos de verbos — com os adjetivos descritivos que, nas línguas de sinais, por estas serem espaço-visuais, representam iconicamente qualidades de objetos. Por exemplo, para dizer nestas línguas que “uma pessoa está vestindo uma blusa de bolinhas, quadriculada ou listrada”, tais expressões adjetivas serão desenhadas no peito do emissor.

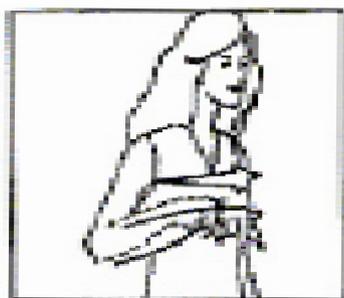
### Morfemas Classificadores na LIBRAS



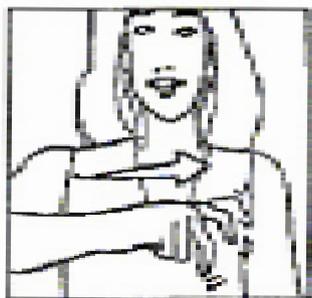
Segundo Ferreira Brito (1995), na Libras, como dificilmente se pode falar em prefixo e em sufixo, porque os morfemas ou outros componentes dos sinais se juntam ao radical simultaneamente, preferimos dizer que os classificadores são afixos incorporados ao radical verbal ou nominal. Assim, nos exemplos abaixo, pode-se observar os classificadores [V e V], que, respectivamente, referem-se à maneira como uma pessoa anda e como um animal anda.



FERREIRA BRITO, 1995, P.107



ANDAR (para pessoa)



ANDAR (para animal)

FERREIRA BRITO, 1995, p. 105

São diversos os classificadores da Libras, dos quais mencionamos apenas um, a título de ilustração.

#### SINTAXE DA LÍNGUA DE SINAIS

Analisar alguns aspectos da sintaxe de uma língua de sinais requer “ver” esse sistema, que é espaço-visual e não oral auditivo.

A organização espacial da Libras apresenta possibilidades de estabelecer relações gramaticais no espaço, por meio de diferentes formas.

Para Quadros & Karnopp (2004) no espaço em que são executados os sinais, o estabelecimento nominal e o uso do sistema pronominal são fundamentais para as relações sintáticas. Em qualquer discurso em língua de sinais, é necessário haver a definição de um local no espaço de sinalização (espaço definido na frente do sinalizador).

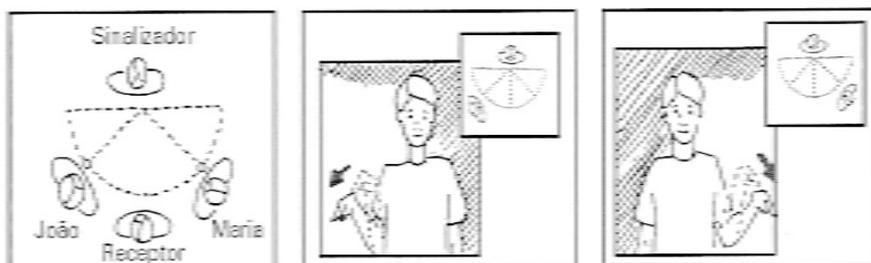
*Na língua de sinais brasileira, os sinalizadores estabelecem os referentes associados à localização no espaço, sendo que tais referentes podem estar fisicamente presentes ou não. Depois de serem introduzidos no espaço, os pontos específicos podem ser referidos posteriormente no discurso. (Quadros & Karnopp, 2004, p. 130.)*

A base para a sinalização no espaço irá depender da presença – ou não – do referente: caso esteja presente, os pontos no espaço serão delineados a partir da posição real ocupado pelo referente; caso contrário, serão escolhidos pontos abstratos no espaço. (Quadros & Karnopp, 2004).



Formas pronominais usadas com referentes presentes.

(Quadros & Karnopp, 2004, p. 131).



Formas pronominais usadas com referentes ausentes.  
(Quadros & Karnopp, 2004, p. 131).

### A ORDEM BÁSICA DA FRASE

A sintaxe descreve a ordem e a relação entre as palavras e os termos da oração, caracterizando-se, em Libras, na maioria das vezes, pela organização sintática dos sinais na seguinte ordem: sujeito – verbo – objeto (SVO), que é um dos princípios universais possíveis para a organização das palavras na frase. (Ferreira Brito, 1995; Quadros & Karnopp, 2004)

Segundo essas autoras, o estudo da descrição quanto à relação dos elementos estruturais e das regras que regem a combinação de sentenças ainda não é completo na Libras; esta, entretanto, apresenta regras próprias e básicas.

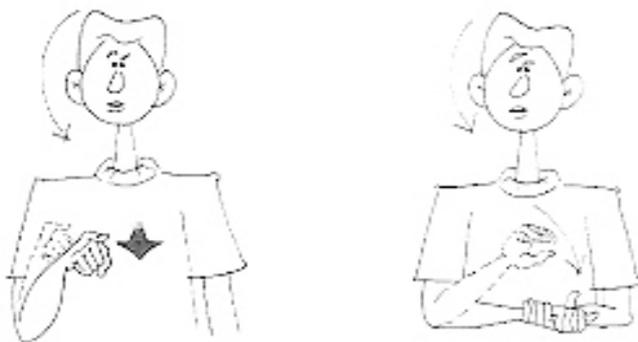
As línguas de sinais utilizam as expressões faciais e corporais para estabelecer tipos de frases, como as entonações na língua portuguesa; por isso, para perceber se uma frase em Libras está na forma afirmativa, exclamativa, interrogativa, negativa ou imperativa, precisa-se estar atento às expressões faciais e corporais que se realizam simultaneamente com certos sinais ou com toda a frase, como se pode notar nos exemplos:

**FORMA AFIRMATIVA:** a expressão facial é neutra.



Ele(a) é professor(a) (Felipe, 2001, p.52)

**FORMA INTERROGATIVA:** sobrancelhas franzidas e um ligeiro movimento da cabeça inclinando-se para cima.



Você é casado? (Felipe, 2001, p.52)

**FORMA EXCLAMATIVA:** sobrancelhas levantadas e um ligeiro movimento da cabeça inclinando-se para cima e para baixo. Pode ainda vir também com um intensificador representado pela boca fechada com um movimento para baixo.



Que carro bonito! (Felipe, 2001, p.53)

**FORMA NEGATIVA:** a negação, pode ser feita através de três processos:

a) Com o acréscimo do sinal **NÃO** à frase afirmativa:



Eu não sou ouvinte. (Felipe, 2001, p.50)

b) Com a incorporação de um movimento contrário ao do sinal negado:



Eu não gosto. (Felipe, 2001, p.54)

c) Com um aceno de cabeça, que pode ser feito simultaneamente com a ação que está sendo negada, ou juntamente com os processos acima:



Eu não sou casado. (Felipe, 2001, p.54)

Compreender a gramática de uma língua é apreender suas regras de formação e de combinação dos elementos. Nesta introdução, a Libras pôde ser percebida a partir de algumas classes gramaticais. Os estudos, já em andamento, aprofundando os pontos aqui apresentados e outros não mencionados, poderão mostrar a gramática dessa língua.

#### PALAVRAS POLISSÊMICAS

Toda palavra é polissêmica – possui vários significados – e precisa de um contexto para ser compreendida, pois *está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial*. (BAKHTIN, 2004, p.95.) Em Libras, os sinais polissêmicos podem não ter equivalentes polissêmicos em Português e vice-versa.

*Apenas o sinal<sup>10</sup>, e não o signo lingüístico, é estável e sempre idêntico a si mesmo. O locutor lida com o signo em sua*

<sup>10</sup> A palavra “sinal” é tão polissêmica como qualquer outra. Tanto pode se aplicar a elementos representacionais de significados unos e estáveis (como sinais de trânsito) como referir-se a itens lexicais de línguas visomotoras, sendo, nestes casos, signos lingüísticos de fato, como os sinais que compõem a Libras. (Souza, 1998, p. 41)

*natureza móvel e flexível. Quanto ao interlocutor (“destinatário” ou “receptor”), seu ato de compreensão não se reduz a um ato mecânico de decodificação pelo reconhecimento de uma forma lingüística dada: esse é o método utilizado apenas por alguém diante de uma língua estrangeira ou que pouco conhece. Não é o reconhecimento, mas a compreensão do signo num contexto particular e preciso que importa ao receptor. (Souza, 1998, p.41)*

Sendo assim, só no contexto enunciativo é que se define o significado a palavra, ou, no caso da língua de sinais, o sinal. Então, o *sentido produzido* por sinalizadores não pode ser considerado apenas como combinação de unidades lingüísticas, mas como resultado do discurso, ou seja, da interlocução com os que compreendem os sinais do locutor, e têm outras referências de conhecimento e experiência.

Bakhtin (1992) dá um papel destacado ao contexto social, na medida em que a situação social (no sentido imediato) e o meio social (no sentido amplo) determinam a enunciação (unidade real da cadeia verbal, para este autor). Assim, o centro organizador da enunciação está no exterior, no meio social. O sinal abaixo demonstra bem a afirmação de que a língua de sinais é polissêmica.



O sinal acima pode significar SÁBADO ou LARANJA e irá depender do contexto para que se possa distinguir o seu significado na frase.

## ESCRITA VISUAL DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (SIGN WRITING)

Em 1974, Valerie Sutton, coreógrafa americana criou um sistema notacional (*Dance Writing*) para descrever os movimentos das danças. Esse sistema despertou o interesse dos dinamarqueses da Universidade de Copenhague, uma vez que parecia possível utilizá-lo para escrever os sinais. Eles, então, pediram que, com base no mesmo sistema, Valerie Sutton criasse um sistema de escrita para a língua de sinais. (Stumpf, 2002).

Sutton começou a trabalhar com os surdos, e suas notações gráficas evoluíram para um sistema, o *Sign Writing*, que pode registrar qualquer língua de sinais sem passar pela tradução da língua falada. O fato de o sistema representar unidades gestuais faz com que ele possa ser aplicado a qualquer língua de sinais do mundo. Para usar o *Sign Writing*, é preciso saber bem uma língua de sinais. Cada língua de sinais vai adaptá-lo a sua própria ortografia (Stumpf, 2002).

*Sign Writing é um sistema de escrita visual direta de sinais. Ele é capaz de transcrever as propriedades sublexicais das línguas de sinais (i.e., os quiremas ou configurações de mãos, sua orientação e movimentos no espaço e as expressões faciais associadas), do mesmo modo como o Alfabeto Fonético Internacional é capaz de transcrever as propriedades sublexicais das línguas faladas (i.e., os fonemas). (Capovilla e Raphael, 2002, p.55)*

Segundo Capovilla e Raphael (2002), o sistema *Sign Writing* é bem flexível e pode ser escrito de qualquer perspectiva, isto é, há pesquisadores de outros países que escolheram escrever os sinais a partir de uma perspectiva de cima para baixo. Outros escolheram escrever a partir do ponto de vista receptivo, quer de perfil, de frente, ou de três quartos. E há aqueles que optam por mudar de uma perspectiva para outra, dentro de um mesmo documento.

A escrita *Sign Writing* no *Dicionário Enciclopédico Trilíngüe* é escrita de uma perspectiva expressiva, como se o leitor estivesse por trás do sinalizador, repetindo exatamente aquilo que o sinalizador faz.

O sinalizador lê e produz os sinais a partir de sua própria perspectiva natural. Isso permite ao leitor tornar-se o próprio sinalizador, não tendo necessidade de fazer diversas tentativas de compreender o sinal escrito e descobrir a qual mão, direita ou esquerda, a escrita está se referindo.

Segundo Capovilla e Raphael (2002), na perspectiva expressiva, é possível ao sinalizador escrever a face, tal como ele o faz quando realiza o sinal. Dessa forma, as expressões faciais são escritas da própria perspectiva do sinalizador. Algumas características principais dessa escrita são:

1) Sinais escritos como se o leitor estivesse atrás do sinalizador.



## 2) Expressões faciais:



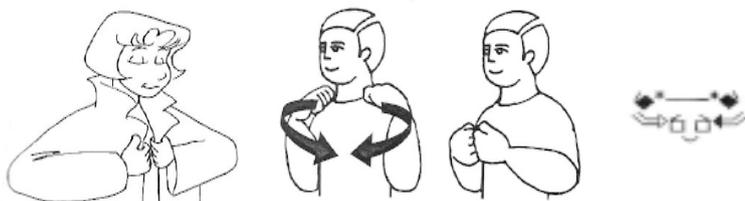
Capovilla e Raphael, 2002, p.59

## 3) Os sinais são escritos na vertical, de cima para baixo:



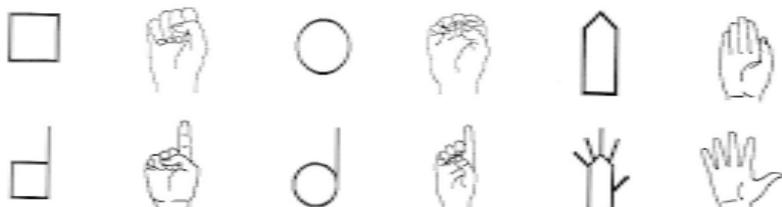
Capovilla e Raphael, 2002, p.60

## 4) Se a linha dos ombros for necessária, ela é descrita:



Capovilla e Raphael, 2002, p.61

## 5) Formas de mão básicas:



Capovilla e Raphael, 2002, p.61

## 6) Orientação da mão e da palma:



Capovilla e Raphael, 2002, p.62

7) Alfabeto em *Sign Writing*

Romano	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M
Sign Writing													
Romano	N	O	P	Q	R	S	T	U	V	X	Z	W	Y
Sign Writing													

A primeira vez que se tem registro de que o *Sign Writing* e a Libras foram usados conjuntamente foi no *Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngüe* (Capovilla e Raphael, 2002). Segundo os autores, o propósito era mostrar um sistema de escrita visual de um modo suficientemente claro, para permitir ao surdo brasileiro ler e escrever sinais da Libras e empregar esta escrita como ferramenta para o registro e aperfeiçoamento de sua língua para, posteriormente, dar-se início ao registro da história de sua produção cultural e literária em sua própria língua materna.

*A escrita de sinais está para nós, os surdos, como uma habilidade que pode nos dar muito poder de construção e*

*desenvolvimento de nossa cultura. Pode nos permitir também muitas escolhas e participação no mundo civilizado do qual também somos herdeiros, mas do qual até agora temos ficado à margem, sem poder nos apropriar dessa representação. Durante todos os séculos da civilização ocidental, a escrita própria fez falta para os surdos, sempre dependentes de escrever e ler em outra língua, que não podem compreender bem, vivendo com isso uma grande limitação.* (Stumpf, 2002, p.63)

Já se pode notar esse começo de registro da releitura que os surdos fazem da literatura infantil em *Sign Writing*: existem duas publicações bilíngües – em Português escrito e em *Sign Writing* –, a saber: *Cinderela Surda e Rapunzel Surda*<sup>11</sup>.

## CINDERELA SURDA



<sup>11</sup>Os autores destas obras são: Fabiano Rosa é surdo, estudante de pedagogia da ULBRA e bolsista de Iniciação Científica; Lodenir Karnopp é ouvinte, doutora em linguística e professora na ULBRA; Carolina Hessel é surda, *designer* gráfica pela Universidade Luterana do Brasil – ULBRA — e professora de língua de sinais.

É uma língua que está sendo usada recentemente e, como todas as línguas escritas, deve sofrer conseqüências da economia do sistema: é possível que ela mude, tornando-se mais e mais formal.

Nem todos os surdos do Brasil conhecem essa escrita, mas já se vêem indícios dela em diversos estados brasileiros. Atualmente, a escrita da língua de sinais é mais usada como ferramenta da informática. No site <http://www.signwriting.org> há todos os elementos necessários para escrevê-la.

## COMUNIDADES SURDAS

Em todos os países, os surdos constituem um grupo lingüístico, o que, entretanto, não se deve à migração ou etnia, visto que a maioria dos surdos são filhos de pais ouvintes falantes da língua majoritária. Os surdos são grupos lingüísticos por serem falantes de uma língua espaço-visual, que é sua primeira língua. *A língua de sinais anula a deficiência e permite que os surdos constituam, então, uma comunidade lingüística minoritária diferente e não um desvio da normalidade. Com a língua de sinais o surdo toma a palavra.* (Skliar, 1999, p. 142). Com o uso da língua de sinais, a comunidade surda pode ser “vista” a partir dos discursos próprios. É aí, dentro da sua esfera cultural, que ela revela sua diferença, seu texto-limite, suas estratégias e sua definição.

*Dentro da comunidade dos surdos, o mundo é visto como sendo dividido em mundo dos surdos e mundo dos ouvintes. No mundo dos surdos, os surdos não são incapazes, mas simplesmente usam uma linguagem diferente que é visual/gestual.*

*A comunidade dos surdos quer ser vista como uma comunidade lingüística e cultural diferente, e não ser vista como diferente por causa da incapacidade. A visão de mundo dominante dos surdos continua a ser o mundo como uma dicotomia de pessoas ouvintes e surdos. Isto é necessário para construir uma comunidade de surdos coesiva, autoconsciente e orgulhosa.* (Garcia, 1999, p.155 apud Miranda, 2001, p. 16)

Há pessoas surdas sinalizadoras em todos os estados brasileiros, e muitas delas vêm se organizando e formando associações pelo País, originando diferentes comunidades surdas brasileiras.

A história do surgimento das comunidades surdas é provavelmente decorrência do trabalho dos surdos “vendedores de cartelas” (santinhos com o alfabeto manual). Eram viajantes que percorriam diversas cidades brasileiras e, ao retornarem a sua cidade de origem, levavam na bagagem novos sinais, enriquecendo seu próprio vocabulário e dos outros surdos com os quais mantinham contato nas associações de surdos, nas festas e nos movimentos de lutas. Esses “vendedores de cartelas” são surdos que não conseguiram oralizar-se, alfabetizar-se, restando-lhes duas opções: 1) situação de isolamento, de incapacidade, de desinteresse pela vida; 2) migração para o encontro com outros surdos. Provavelmente, eles tinham suas comunidades em muitos lugares e aí juntavam-se, solidariamente, aos surdos de sua região. *A migração é uma viagem de ida. Não há morada para regressar.* (Hall, 1997 apud Miranda, 2001, p.21).

*Como acadêmico, uso o termo comunidade surda porque o mesmo se adapta facilmente. Mas aqui tenho de separar “mundo surdo”, “comunidade surda”, “cultura surda”. Entendo mundo surdo como a produção de significados ou de expressão dos surdos, cultura surda como as significações produzidas no interior da comunidade surda e por comunidade surda, claramente passo a mencionar a comunidade, o momento de encontro das pessoas surdas. Por que isto? Porque os surdos têm tendência a encontrar-se com identidades iguais que se diluem pelo uso constante da língua de sinais como forma de comunicação, como forma de expressão cultural que difere da expressão do ouvinte. Por exemplo, as reuniões de diversão dos surdos raramente comportam o elemento música, comportam sim as muitas horas passadas no sinalizar, na diluição do conteúdo de suas vidas na comunicação entre semelhantes. (Miranda, 2001, p.18)*

A forma política de organização das comunidades surdas do Brasil é um acontecimento recente. Essas comunidades, em sua maioria, estão presentes nos grandes centros urbanos, onde prevalece a tendência de importar a cultura surda de outras regiões. Segundo uma pesquisadora surda americana, *uma comunidade surda é um grupo de pessoas que mora em uma localização particular, compartilha as metas comuns de seus membros e, de vários modos, trabalha para alcançar estas metas.* (Ladden, apud Felipe, 2001, p. 38)

A diferença entre diferentes comunidades surdas encontra-se na forma como estas são politicamente organizadas. Alguns membros das comunidades surdas escolheram viver,

a partir das experiências de organização, no convívio de outros surdos, resistindo à opressão e à marginalização; outros, entretanto, vivem colonizados pelo poder dos ouvintes, sem conseguir romper de suas amordaças. (Miranda, 2000)

Legitimar a existência das comunidades surdas significa ter consciência da representação das diferenças: cultural, histórica e de identidade, já que, nas comunidades surdas se fazem presentes a diferença, a exclusão e a discriminação, bem como o poder do discurso ouvintista.

Tentar construir uma comunidade surda é ter os discursos produzidos nela ou que a legitimam, atravessando a cultura surda. Esses atravessamentos geralmente vêm, nas últimas décadas, enfocando ou utilizando diferentes formas, das quais a mais expressiva e visível é a língua de sinais. Esses são espaços comuns de lutas levantadas pelos movimentos surdos.

Segundo Miranda<sup>12</sup> (2001, p.18-19), há múltiplas formas de mencionar comunidades surdas:

- A) **FAMÍLIA SURDA:** dá-se a partir da união de duas pessoas surdas pelos laços do matrimônio. Às vezes, é constituída de pai, mãe e filhos surdos e, em outros casos, apenas os pais surdos. Nesta última situação, quando pais surdos sinalizadores participam da comunidade surda e concebem filhos ouvintes, estes são maternados na língua de sinais e desde a tenra infância freqüentam a comunidade surda, tornando-se intérpretes primeiramente dos pais e posteriormente da comunidade surda que freqüentam.

---

<sup>12</sup> Wilson de Oliveira Miranda é pesquisador surdo (falante da Libras) do Núcleo de Pesquisas de Estudos Surdos – NUPES da Faculdade de Educação da UFRGS.

- B) COMUNIDADE SURDA PROPRIAMENTE DITA: pode-se definir como o encontro de surdos nos movimentos surdos, nas ONGs, nas associações de surdos, nas festas, nos encontros de escolas para surdos. As comunidades surdas urbanas do Brasil têm como fatores principais de integração a Libras, os esportes e interações sociais, por isso têm uma organização hierárquica constituída por: uma Confederação Brasileira de Desportos de Surdos-CBDS; uma Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos – FENEIS; seis Federações Desportivas e, aproximadamente, cinquenta e oito associações, clubes ou congregações, em várias capitais e cidades do interior. (FENEIS<sup>13</sup>, 2004). São, em suma, locais que favorecem o encontro surdo-surdo.

*Os surdos, que freqüentam esses espaços de Surdos, convivem com duas comunidades e culturas: a dos surdos e dos ouvintes, e precisam utilizar duas línguas: a Libras e a língua portuguesa. Portanto, numa perspectiva antropológico-sócio-lingüística, uma Comunidade Surda não é um lugar onde pessoas deficientes, que têm problema de comunicação, se encontram, mas um ponto de articulação política e social porque, cada vez mais, os Surdos se organizam nesses espaços enquanto minoria lingüística que luta por seus direitos lingüísticos e de cidadania, impondo-se não pela deficiência, mas pela diferença. (Felipe, 2001, p. 64)*

É neste interstício de diferença lingüística que adentra o intérprete de língua de sinais, ou seja, a tradução de duas comunidades – surda e ouvinte –, propiciando o diálogo entre

---

13 [www.feneis.com.br](http://www.feneis.com.br). Acesso em 10 de outubro de 2004.

elas. Assumindo tal perspectiva, faz-se necessário a problematização desse campo em um momento histórico da prática e a inexistência de material bibliográfico no Brasil.

## OBJETIVOS

*O fazer sempre vem acompanhado do  
pensar sobre o fazer.*  
**Benedetti, 2004, p.17.**

Este estudo tem como objetivo colaborar na produção de conhecimentos na área de tradução da língua de sinais, considerando ser esta uma área em formação e, portanto, sem curso universitário.

E também refletir sobre o percurso dos intérpretes de língua de sinais a partir de um conjunto de discussões teóricas que farei nos próximos capítulos.

Nesse sentido, aproveito meu mestrado para realizar a minha própria formação teórica, ao mesmo tempo em que me vejo na situação provocativa de me haver com a tarefa de interpretar, para surdos, em diversos espaços da sociedade, especialmente em ambientes educacionais.

## CAPÍTULO II

### TRADUÇÃO, FIDELIDADE E SOBREVIDA

Este capítulo destina-se, sem pretensão de esgotar as possibilidades do assunto, a examinar algumas definições sobre o que significa traduzir, com a finalidade de fundamentar teoricamente o presente trabalho.

Poucos são os estudos que se ocupam em refletir sobre o intérprete de língua de sinais e, quando ocorrem, são sobretudo escritos por teóricos da educação, que examinam o assunto para tratar da língua de sinais como mais um recurso pedagógico “facilitador” e “mediador” do processo de aprendizagem .

Assim sendo, como primeira aproximação teórica sobre o tema geral que anima este trabalho (tradução), apresentarei as idéias de três autores. Examinarei, as idéias de Paulo Rónai, Erwin Theodor e Jacques Derrida.

Uma visão bastante difundida sobre o ato de traduzir é que ao realizar o seu trabalho o tradutor deveria tornar-se um mero canal para permitir a

passagem de uma língua para outra, como se o tradutor, fosse um “mal necessário” em situação plurilíngüe. Ainda hoje, o senso comum sustenta a idéia de que para traduzir basta saber falar duas ou mais línguas, a correspondência das palavras, da gramática e dos idiomatismos, ignorando a pessoa do tradutor, mantendo a ilusão de uma possível invisibilidade do tradutor no processo tradutório.

Alguns teóricos da tradução têm analisado o processo tradutório tendo em conta os sujeitos envolvidos na língua traduzida. Isto é, a tradução ocorre de fato quando o leitor pretendido se apropriar dos conhecimentos expostos inicialmente na obra do original. Caso a obra não seja acessível na língua traduzida não há razão para a tradução, pois para os leitores monoglotas, a obra no original já é inacessível.

A comunidade interpretativa aparece como medida no processo de tradução, pois a compreensão do texto traduzido pelo leitor pretendido é o que legitima a tradução.

E para que essa compreensão seja eficaz é preciso que o tradutor ao realizar o seu trabalho saiba da importância de se levar em conta as diferenças culturais, visão de mundo, expressões idiomáticas e outros fatores das línguas envolvidas na tradução, fatores que discutiremos ao longo deste capítulo.

Assim sendo, a tradução deixa de ser vista como um ato lingüisticamente mecânico, ou seja, uma simples mudança de código, mas como um (des)entendimento entre dois grupos lingüísticos inseridos num determinado contexto.

Uma tradução não é o original, assim como a recepção de qualquer ato de comunicação também não o é, mas uma criação outra sobre um objeto supostamente dado.

## QUESTÕES DE FIDELIDADE EM PAULO RÓNAI

*(...)a tradução é ainda uma arte puramente empírica, cujos segredos cada tradutor tem de redescobrir por conta própria (e à custas dos leitores).*  
(Rónai, 1952, p.24)

Rónai, em dois de seus livros sobre tradução, *Escola de Tradutores* (1952) e a *Tradução Vivida* (1976), faz reflexões sobre a sua prática e coloca a tradução de obras literárias é acima de tudo, uma arte. Enquanto tal, uma tarefa impossível. Para exemplificar a impossibilidade da tradução literária, ele compara a finalidade da tradução com a finalidade do artista ao retratar a sua obra.

*O objetivo de toda arte não é algo impossível? O poeta exprime (ou quer exprimir) o inexprimível, o pintor reproduz o irreproduzível, o estatuário fixa o infixável. Não é surpreendente, pois, que o tradutor se empenhe em traduzir o intraduzível.* (Rónai, 1952, p.3)

Essa impossibilidade também se relaciona, segundo Rónai (1952), com o fato de que, “ninguém pensa além do idioma” (p.14); ou seja, há certos conceitos e significados que só podem fazer sentido por pessoas que falam determinada língua. Por exemplo: o famoso trocadilho italiano: **traduttori/traditori** torna-se de difícil compreensão em idiomas em que não seja possível fazer esse jogo com as palavras. Nesse instante, o tradutor já se torna traidor para significar no idioma estrangeiro o sentido do trocadilho italiano. Não existe nenhuma língua capaz de dar conta de outra língua, pois a língua se apresenta como uma formação que se fecha sobre si mesma. Só dentro dela sendo possível, talvez, exprimir o que é seu modo de construção. (Silveira Jr., 1981:16).

O trocadilho italiano exprime com muita propriedade a representação generalizada que se tem contra a tradução. Constantemente em textos que tratam do assunto as traduções são tidas como secundárias, precárias e um “mal necessário”.

Segundo Rónai (1952), as palavras intraduzíveis de um idioma para outro podem parecer, num primeiro momento, a um tradutor desatento, o maior problema. Entretanto, não é o que ocorre, pois, para palavras que não têm equivalência textual na língua-alvo, é possível fazer uso de notas de rodapé; além disso, o tradutor não se ilude em realizar uma tradução desejando alcançar a fidelidade. Está claro que não é possível (con)formar a obra do original na língua de chegada, na tentativa de obter a “fidelidade”.

Para Rónai (1952), a dificuldade da tradução reside justamente nas palavras traduzíveis: são essas que enganam ou alimentam a ilusão de ser possível a “fidelidade” da tradução.

Essa armadilha se faz presente também na tradução do Português para a língua de sinais. O intérprete, ansioso por ser “fiel” e exato, faz traduções que mudam completamente o sentido do Português, como ocorreu na seguinte situação: o intérprete, julgando estar sendo “fiel” à palestrante ouvinte, traduziu a seguinte frase: *A pobreza é muito séria (em Português)*, da seguinte forma: *pobre sério (em língua de sinais)*.



POBRE



SÉRIO

Pensa-se, geralmente, que a tradução fiel é a literal. No exemplo citado, as palavras e os sinais foram os mesmos, porém o sentido foi transformado e a tradução para a língua de sinais ficou fora do contexto da palestra.

Falava-se sobre a educação dos surdos no Brasil, e a palestrante explicava que o problema maior não estava na surdez e, sim, em ser pobre, pois surdos que tiveram acesso a melhores recursos apresentavam desempenho escolar semelhante ao ouvinte.

A tradução poderia ter sido: *Pobre problema difícil.*



POBRE



PROBLEMA



DIFÍCIL

Segundo Rónai (1952), a fidelidade do tradutor não se relaciona somente à língua de partida, mas com as duas línguas, ou seja, **a língua de partida e a língua de chegada**. O compromisso de fidelidade requereria do tradutor a busca de um equilíbrio entre a alteridade e a identidade com o original. Esse compromisso não se restringiria somente na relação texto original/tradutor, mas existiria a preocupação de ser fiel às expectativas e às necessidades do leitor pretendido.

*Todavia, só se poderia falar em tradução literal se houvesse línguas bastante semelhantes para permitirem ao tradutor que se limitasse a uma simples transposição de palavras ou*

*expressões de uma para outra. Mas línguas assim não existem, não há, nem mesmo entre os idiomas cognatos. As inúmeras divergências estruturais, existentes entre a língua do original e a tradução, obrigam o tradutor a escolher, cada vez, entre duas ou mais soluções, e em sua escolha ele é inspirado constantemente pelo espírito da língua para qual traduz.* (Rónai, 1952, p.10)

As dificuldades do tradutor/intérprete são constantes e não há problema de tradução definitivamente resolvido, pois as palavras se apresentam em contextos diferentes que lhes alteram o sentido, alterações que por serem muito sutis são às vezes quase imperceptíveis. *“Assim, nosso ofício de tradutores é um comércio íntimo e constante com a vida”, como diz Valery Larbaud; não é, de forma alguma, um jogo de paciência com palavras mortas e fichadas para sempre.* (Rónai, 1952, p.8). As palavras não possuem sentido isoladamente, mas o sentido lhes é atribuído pelo contexto.

O tradutor precisa conhecer as minúcias semelhantes da língua de partida com a língua de chegada para poder perceber além do conteúdo estritamente lógico: *“traduzir é a maneira mais atenta de ler”* (Rónai, 1952, p.31). O tradutor não deve traduzir palavra a palavra; nem pode utilizar o texto de partida como um tema sobre o qual improvisa livremente. O ato tradutório só acontece a partir de uma mensagem que compreendida pelo leitor/tradutor a transforma em nova mensagem compreensível ao leitor da língua de chegada. Segundo Paulo Ottoni (1996), tradução é a materialidade de uma leitura.

A leitura é acontecimento que revela a intervenção e a integração do leitor com a língua. *A tradução e a leitura são*

*fenômenos complexos de construção e transformação de significados – de sentidos – que ocorrem através da fusão do tradutor ou leitor com o texto.* (Ottoni, 1996, p. 19).

Na abordagem estrutural e formal, a compreensão, sem a participação do sujeito – leitor, dá-se a partir da leitura concebida como um processo que retira significados previamente colocados no texto. Nesta abordagem, o sujeito aparece somente no momento da interpretação do texto, após sua compreensão. A separação entre compreensão e interpretação, em dois distintos momentos, é condição necessária para o estabelecimento e o fortalecimento dessa abordagem que concebe essa separação como constitutiva do processo de leitura e de tradução, separando, dessa forma, o sujeito do objeto. (Ottoni, 1996)

Os pressupostos teóricos que sustentam a abordagem estrutural e formal, que distingue a compreensão da interpretação e o sujeito do objeto, são os mesmos que sustentam a idéia de que há uma intenção inicial no texto. Se há uma intenção, que foi colocada no texto, é porque existe um sentido único que pode ser decodificado através de uma informação. Ou seja, em um texto, há intenção de um indivíduo ou de um grupo, independente de quem o produziu, mas acredita-se que essa intenção foi sedimentada no texto e ali permanece, para ser recuperada pelo leitor/tradutor e, depois, transportada para outra língua, quando esse mesmo significado será recuperado pelo leitor pretendido, na língua traduzida.

Segundo Ottoni (1996), na abordagem pós-estruturalista da linguagem, é possível afirmar que “compreender é interpretar”, isto é, não há compreensão de um texto, sem a intervenção

de um sujeito. Contrária à postura anterior, que pressupõe uma relação simétrica entre leitor e texto, a dessimetria leitor/tradutor e texto mostra que uma significação não é única.

A leitura é dirigida por diversos fatores, tais como experiência e conhecimento de cada leitor e condições de produção de cada texto, tanto na língua de partida, quanto na língua de chegada. Entretanto, isso não isenta o tradutor da busca pelo sentido, ou seja, da compreensão da obra original; sem isso, não haveria razão para traduzir. Porém, o tradutor não pode restringir-se a buscar um único sentido, como se estivesse pré-determinado: é necessário considerar que toda obra é algo aberto, que pode ser cortada e recortada por múltiplas leituras e interpretações e que a tradução não deve fechar essas leituras, limitando-se a apenas uma, quando existe a possibilidade de se obter mais de um sentido.

Assim sendo, o sentido será construído pelo leitor e essa construção estará dependente de todo o contexto sócio-histórico e psicológico, assim como esteve, com o autor, no processo de produção da obra original e, com o leitor/tradutor, no momento da produção do outro/mesmo texto na língua de chegada.

O sentido não preexiste à compreensão, entretanto é constituído por ela; todavia, o tradutor mais constrói, reconstrói, transforma e recria do que simplesmente transporta algo que estava a princípio imutável no texto dito como original. A tradução nos obriga a investigar detalhadamente a função de cada palavra, esquadriñar atentamente o sentido de cada frase e, finalmente, reconstruir a paisagem mental do autor e descobrir-lhe o que o autor quis dizer [...] *a tradução é um mundo de minúcias*. (Rónai, 1952, p.43). Em seu livro *a Tradução Viva* (Rónai, 1976, p.1) o autor define tradução

como [...] *a reformulação de uma mensagem num idioma diferente daquele em que foi concebida.*

Para que isso ocorra, é necessário que a mensagem da língua de chegada seja submetida às mesmas vicissitudes da mensagem pretendida no original, passando por nova expressão lingüística. E no caso das línguas de sinais, não só a mensagem do original será transformada, mas também a modalidade da língua de partida passando de uma língua oral-auditiva ou escrita para uma língua visual espacial.

Segundo Rónai (1952), as duas fidelidades, para com a língua de partida e com a língua de chegada, instituem a diferença que se faz a própria razão da tradução. Se não fossem diversos sistemas, as culturas, os momentos históricos não haveria motivo para traduzir. Mas, se não houvesse a tentativa da “fidelidade”, ainda que em vão, com que o autor do original “quis dizer” e de encontrar meios de expressão para essa suposta intenção comunicativa, também não haveria tradução, diálogo, intertextualidade, intersubjetividade, mas tão somente diversos discursos cruzados, desconexos e mutuamente incompatíveis.

Sendo assim, a tradução fiel é alcançada muito menos pela tradução literal, do que por uma substituição contínua. *A arte do tradutor consiste justamente em saber quando pode verter e quando deve procurar equivalências.* (Rónai, 1952, p.13)

Dito de outra forma, quando se deixa de pensar na tradução como uma atividade puramente mecânica, em que um indivíduo conhecedor de duas línguas vai substituindo, uma por uma, as palavras de uma frase na língua A por seus equivalentes na língua B, o papel do tradutor torna-se singularmente

mais importante e se transforma numa atividade seletiva e reflexiva.

Procurar equivalência, para um tradutor, não é tarefa das mais simples, pois na língua de chegada nem sempre há equivalências absolutas: uma frase ou expressão da língua de partida normalmente pode ser traduzida de maneiras diversas, sem que haja uma forma melhor do que a outra. *Haverá muitas traduções boas, mas não a tradução boa de um original.* (Rónai, 1952, p.13). Isso porque cada um vive a língua materna de forma única. Várias pessoas podem aprender uma língua estrangeira de uma única forma (na mesma escola, com os mesmos livros didáticos, submetidos à mesma pedagogia); entretanto, o mesmo não acontecerá com a língua materna. Podemos falar várias línguas, mas é sempre numa delas que habitamos. Para assimilar totalmente duas línguas seria necessário viver em dois mundos diferentes ao mesmo tempo.

Normalmente, o tradutor realiza seu trabalho a partir de uma língua estrangeira para a sua língua materna. Ocorre, no caso do ILS o inverso: em geral, é um ouvinte<sup>14</sup> que verte sua língua materna (Português) para uma outra que lhe é estrangeira (língua de sinais), isto é, o estrangeiro (intérprete) verte para uma comunidade interpretativa uma língua que lhe é estrangeira. Usualmente, o ILS aprende a língua de sinais em comunidades formadas por surdos majoritariamente, a que chamarei, genericamente, de Comunidades Surdas.

Como existem, no Brasil, várias comunidades surdas, que vivenciam a língua de sinais de uma forma própria (dialetos), cada intérprete terá um aprendizado único com a língua de

---

<sup>14</sup> Salvo os filhos ouvintes de pais surdos que são maternados na língua de seus pais, ou seja, a língua de sinais.

sinais, ou seja, não há uma língua de sinais estabelecida como “cultura”, ou seja, não há escolarização da língua de sinais, o que acontece é que o ensino da língua de sinais se dá em situação não formal. A aprendizagem da língua de sinais pelo intérprete é não escolar, isso é diferente do que ocorre com as outras línguas, pois só se aprende na vida com os próprios usuários.

Dessa forma, o intérprete irá carregar as marcas das variações dialetais do contexto em que aprendeu os sinais.

Na interpretação de línguas orais, o intérprete pode se tranquilizar (mais ou menos), pelo fato de verter uma língua estrangeira para uma língua materna que é a dele, por ter uma certa garantia de ter tido uma aprendizagem formal e ter formalizado essa aprendizagem através de testes de proficiência oferecidos por diferentes órgãos competentes e reconhecidos. Ele pode se sentir confortável em fazer uma tradução ainda que para diferentes regiões do Brasil.

O mesmo não acontece com o intérprete de língua de sinais. Ele não pode ter a ilusão de estar preparado ou ter a segurança de um intérprete do estado de São Paulo em realizar uma tradução compreensível ou satisfatória para um grupo de surdos que pertença a outros estados brasileiros.

As dificuldades da atividade tradutória reside justamente nos diferentes modos de olhar a realidade e as formas distintas de nomeá-la. Os Estudos da Tradução nos remetem a uma situação contraditória: quanto mais se sabe sobre o modo como as pessoas se comunicam, mais se conhecem os obstáculos à tradução. Por outro lado, suponho que quanto mais o tradutor está ciente disto, melhor aprende a contorná-los de modo a tentar preservar, na tradução, senão toda, pelo menos, o máximo de “fidelidade” ao original.

## TRADUÇÃO, VERSÃO E RECRIAÇÃO EM ERWIN THEODOR

*O tradutor, ao realizar o seu trabalho, deve aspirar a ser mediador ideal entre o original e seu público, no sentido da máxima de Goethe:*

*“Todas as reflexões verdadeiramente inteligentes já foram feitas; essencial é tentar fazê-las de novo!”*

(Theodor, 1976, p.10)

Segundo Theodor (1976), todos nós realizamos, a toda hora, atos de tradução voluntários e inconscientes. Quando passamos algum pensamento de nossa linguagem cotidiana para a escrita, executamos um ato de conversão lingüística; agimos da mesma maneira quando assistimos a um filme estrangeiro e reconhecemos, sem ajuda das legendas, expressões utilizadas pelos atores, ou quando lemos uma revista estrangeira ou expressões em outras línguas que aparecem entremeadas no fluxo natural de uma oração da nossa língua. Sendo assim, a tradução está presente na vida de todos nós e *não visa exclusivamente à passagem de um sistema lingüístico para outro, mas alcança até mesmo o campo do próprio idioma.* (Theodor, 1976, p. 13).

O contato social e político em situações de guerra ou paz, assim como a transmissão de conhecimentos, quer científicos, filosóficos ou literários, seria muito restrito, ou mesmo impossível, se não houvesse tradutores preocupados em ampliar o conhecimento humano, possibilitando que indivíduos de determinada língua participem das conquistas técnicas e práticas, científicas e filosóficas, artísticas e literárias dos povos de outras línguas.

Hoje estamos vivendo em plena época de tradução: o mundo encolheu, a distância está morta. Há uma explosão de informações; a globalização, a despeito dos que não gostam dela, aí está. É nesse contexto de velocidade de informações

veiculadas pelos avanços tecnológicos que surge com força renovada a pessoa do tradutor.

Segundo Theodor (1976, p.13), *tradutor é aquele que torna compreensível aquilo que antes era ininteligível, e já por isso deve ser encarado como um intérprete por excelência*. Em seu livro, Theodor (1976) procura demonstrar a importância de uma interpretação correta pelo tradutor do texto original, para que, depois de realizada a sua tarefa, o texto seja de possível compreensão para os leitores da língua para a qual foi traduzido.

Ao contemplar a nossa própria língua materna, não podemos esquecer dos falares específicos e das variantes que a compõem. Dialectos, regionalismos, assim como as mais diversas situações sociolingüísticas e psicolingüísticas têm de ser levados em consideração; por um lado, sob o prisma de sua língua padrão, à qual estão ligados por inúmeras constantes, e por outro lado, pelo ponto de vista de seus “desvios” verificáveis através de suas variantes. Segundo Theodor (1976), todos somos de alguma forma políglotas, pois em casa aprendemos a falar e adquirimos uma língua que, no mais das vezes, apresenta determinantes regionais, sociais e locais. Na escola aprendemos a manejar uma língua padrão. Assim, dispomos todos de uma grande série de falares: o do cotidiano, empregado na relação com familiares e amigos mais próximos; o oficial, do qual fazemos uso em diversas situações sociais; e o falar profissional, com expressões que pertencem ao campo de nossa atividade funcional. Todas essas situações compreendem um grande “polissistema” que o tradutor tem que reconhecer durante o seu trabalho de transposição da língua de partida para a língua de chegada.

Vale ressaltar, em primeiro lugar, a necessária compreensão entre o tradutor e o autor do texto na língua de partida, com o objetivo de apropriar-se o tradutor, de forma adequada, do assunto tratado; e, em segundo lugar, a compreensão entre

tradutor e o leitor pretendido, de tal forma que seja possível veicular as informações contidas no texto original de forma pertinente e inteligível.

*A tradução não consiste, portanto, simplesmente na transferência de um código monossistemático para outro do mesmo tipo, mas de um processo de procura de equivalência entre desvios, por vezes extremamente complicados, desses códigos, que vêm a ser polissistemáticos. Daí dizer-se que o tradutor jamais é apenas bilíngüe. Tem de ser plurilíngüe para poder levar a cabo a sua tarefa e dominar as várias modalidades de expressões, a ponto de permitir-se malabarismos, muitas vezes indispensáveis no exercício de sua profissão.* (Theodor, 1976, p.20)

Sendo assim, para que seja realizada a tradução, é necessário que o tradutor disponha de conhecimentos suficientes para entender os termos específicos da língua de partida e dominar os equivalentes na língua de chegada: *O próprio ato da tradução consiste em transferir uma comunicação determinada, expressa em idioma definido, de tal maneira que ela surja de modo idêntico em outro.* (Theodor, 1976, p.21)

A grande angústia do tradutor literário, deve-se ao fato de que o texto da língua de partida é plural e a tradução é quase sempre singular. Ou seja, diante da polissemia, da polivalência, da ambigüidade, o tradutor sempre terá que fazer escolhas. A tradução baseia-se na correspondência natural ou relativa das palavras e, quanto mais perfeito esse trabalho, mais o leitor pensará estar lendo um texto original. (Veras, 2002<sup>15</sup>)

---

<sup>15</sup> Veras, Viviane. *Acolhendo Gestos*. Palestra proferida no I Seminário de Intérprete de Língua de Sinais. Realizado em 09 de novembro de 2002. Salão Vermelho da Prefeitura Municipal de Campinas. Texto não publicado.

Theodor (1976) pretende, assim, deixar claro que traduzir não significa substituir palavras de uma língua por palavras de outra, mas transferir o sentido de um texto utilizando os meios próprios de outra língua: *A tradução consiste em produzir na língua de chegada o equivalente natural mais próximo da mensagem da língua de partida, no que toca à significação e estilo.* (Theodor, 1976, p.24)

Dito de outra forma, em casos de expressões idiomáticas, o tradutor deve procurar expressões equivalentes na língua para a qual se traduz, não se importando com o significado individual das palavras na expressão original, já que os termos utilizados valem exclusivamente no contexto em que se encontram.



FICAR



CONTRARIADO

O sinal acima exemplificado significa *ficar contrariado*, não gostar de uma certa situação ou pessoa, ser pego de surpresa em algum dado momento em situação adversa.

Não há para este sinal uma única palavra que o traduza. Pois o próprio sinal já diz todo um sentido, um significado.

Ex: *Estou aqui e essa pessoa chegou.*

Toda a frase acima será significada dentro do contexto somente com o uso do sinal acima já exemplificado.

Além disso, o tradutor precisa ter um conhecimento profundo dos temas que constituem o texto de partida, sobretudo quando a tradução incide sobre um domínio especializado.

Para Theodor (1976), a versão deve conservar, ao mesmo tempo, a harmonia da mensagem do todo transportada para o outro idioma e suas qualidades estéticas. O resultado não é uma réplica, mas de uma *transmissão* do original. O ideal de uma tradução literária é a realização de efeitos semelhantes com meios diferentes.

Durante o processo de reformulação do texto traduzido a proposta é que na ausência de um termo da mesma especificidade, o tradutor empregue um outro mais geral, desde que se acrescentem as informações que ele não possui, ou então, que se empregue um termo mais específico, tornando explícitos alguns conceitos que, no original, estavam implícitos ou, até ausentes.

Na recriação tenta-se combinar a expressão original com a maior liberdade possível no idioma que utiliza. *Recriação é o trabalho de passagem de um texto para outro idioma, artístico, mas pouco exato.* (Theodor, 1976, p.88).

*Na sua essência, entendemos por tradução um determinado fazer comunicativo apoiado na linguagem articulada humana, pelo qual uma determinada fala, mensagem, texto sofre um processo de reelaboração mais ou menos extenso, com o intuito de superar um “ruído”, um bloqueio parcial ou total na sua inteligência, bloqueio este tendo por origem um ou mais fatores interferentes relacionados a fatores de variação lingüística não compartilhados por todos os interlocutores. Tal reelaboração resulta em uma nova mensagem, mantendo com a primeira um certo grau de equivalência.* (Aubert, 1996, p.60).

Os desafios impostos pelo tradutor evidenciam que entre os dois textos considerados há lacunas a serem preenchidas, o

que o obriga a realizar escolhas. Por exemplo, diante de uma palavra de difícil tradução, há vários modos de transmitir a mensagem, entre elas, o uso de um equivalente.

Tome-se, por exemplo, a palavra “insubstituível” em Português. Na língua de sinais não há um sinal equivalente, entretanto, este fato não impede que a idéia, ou conceito, seja, transmitido.

Ex: *O professor de Português é insubstituível.* (Português)  
*Ninguém professor Português.* (língua de sinais)



NINGUÉM

PROFESSOR

PORTUGUÊS

Tratando-se da língua de sinais, quando não há sinais equivalentes, outro recurso possível é o uso da datilologia, isto é, soletra-se a palavra fazendo uso do alfabeto manual. Após soletrar, sendo o conceito desconhecido pela comunidade interpretativa o ILS explica o significado da palavra.

A recriação pode ser inovadora e subversiva, pois pode introduzir novos conceitos, novos gêneros, novos mecanismos. Por outro lado, pode ser repressiva e conservadora ao manipular as obras para que se adaptem à poética ou a ideologia estabelecida.

As diferenças entre os sons da fala, vocabulário e as categorias gramaticais das diferentes línguas são evidentes. Mas o fato de também existirem diferenças nos conceitos muitas

vezes só se torna evidente quando nos damos conta das dificuldades na tradução de certas palavras e expressões. Todas as comunidades lingüísticas têm a sua própria maneira de ver a realidade, isto é, de traduzir a realidade em conceitos.

Por exemplo a palavra *INSUBSTITUÍVEL* (em Português) para um intérprete menos avisado, poderia ser traduzida para a língua de sinais como “não tem substituto”.



*Professor é insubstituível.* (Português)



*Professor não tem substituto.* ( Na língua de sinais)

Quando a palavra insubstituível significar único, não há como colocar a negativa *não tem* antes do sinal substituto porque na língua de sinais a palavra SUBSTITUTO significa *pôr* ou “colocar no lugar de”. A idéia da palavra substituto na língua de sinais significa é passível de ser repostado, trocado, não faz falta, não é único. E também tem a idéia de suplente. Tanto que o mesmo sinal é designado para a função de *vice*.

No caso da palavra “insubstituível” em Português se utiliza da mesma palavra acrescida do prefixo para significar o antônimo  
 SUBSTITUIR: pôr no lugar de (substituível adjetivo)  
 (Hoauiss, 2003, p.491).

INSUBSTITUÍVEL: o que não pode ser substituído, único. (Hoauiss, 2003, p.298).

A palavra substituir tem no Português o mesmo significado na língua de sinais, entretanto a mesma palavra no Português acrescida do prefixo “in” nos remete a exclusividade. O que não ocorre na língua de sinais quando acrescida da negativa “não tem”.

Os obstáculos à possibilidade de traduzir não devem ser procurados na convergência ou na divergência das línguas, mas na possibilidade de encontrar formulações equivalentes aos sentidos das mensagens.

Tomem-se os seguintes enunciados:

*O professor de Português foi substituído por um amigo.* (Português)  
*Amigo substituto professor Português.* (língua de sinais) .





PROFESSOR



PORTUGUÊS

Não há duas línguas que exprimem uma mensagem de certa complexidade de modo completamente igual. A língua A ora explicita algo que na língua B fica subentendido; ora deixa de exprimir, por óbvio, algo que naquela exige uma ou várias palavras. Nessa direção:

*[...] “a tradução não é uma ciência exacta e a sensibilidade do tradutor tem um papel de grande relevo na prática dessa actividade”, dizendo mesmo que a tradução ideal será a que “esteja em sintonia com a natureza e a intenção do original e com a sensibilidade do tradutor. (Hutchinson apud Varela, 1996, p.45.)*

Traduzir implica distanciar-se da língua materna e entrar na língua estrangeira e não inversamente. Em cada língua a relação entre o dizer e o omitir é diferente. Cada nação faz certas coisas para falar de outras. Daí haver uma grande dificuldade em traduzir, mas simultaneamente, um grande desafio suscitado pelo prazer de descobrir a revelação dos segredos que cada língua conserva em relação às outras.

Em suma, para Theodor (1976) traduzir é um trabalho baseado na correspondência natural ou relativa das palavras;

verter significa conservar ao mesmo tempo a harmonia do texto todo, transferindo para o texto traduzido as qualidades estéticas e, quando a obra traduzida for poesia, espera-se que a métrica e rima do original sejam semelhantes na poesia da língua traduzida. Contudo, na recriação o tradutor tem maior liberdade para combinar a expressão do original com a expressão da obra traduzida.

#### JACQUES DERRIDA - A TRADUÇÃO COMO SOBREVIDA DO ORIGINAL

*Nada é mais grave que uma tradução.*

Derrida, 2002, p.40

Em seu ensaio *Torres de Babel*, Derrida (2002) problematiza a questão da tradução a partir da metáfora do texto bíblico correspondente. Como é sabido, segundo a Bíblia, os homens desejavam a construção de uma torre que chegasse até os céus, como marco de uma cidade que os uniria e protegeria para sempre a sua língua pura, evitando sua dispersão pela face da terra.

A imagem de Babel tornou-se tão forte e de uma riqueza simbólica que passou a ser empregada como metáfora em diversos contextos que discutem a necessidade de tradução.

*Ora, toda a terra tinha uma só língua e um só idioma. E deslocando-se os homens para o oriente, acharam um vale na terra de Sinar; e ali habitaram. Disseram uns aos outros: Eis pois, façamos tijolos, e queimemo-los bem. Os tijolos lhes serviram de pedras e o betume de argamassa. Então desceu o Senhor para ver a cidade e a torre que os filhos dos homens*

*edificavam; e disse: “Eis que o povo é um e todos têm uma só língua; isto é o que começam a fazer; agora não haverá restrição para tudo o que eles intentarem fazer. Eia, desçamos, e confundamos ali a sua linguagem, para que não entenda um a língua do outro.” Assim o Senhor os espalhou dali sobre a face de toda a terra; e cessaram de edificar a cidade. Por isso se chamou o seu nome Babel, porquanto ali confundiu o Senhor a linguagem de toda a terra, e dali o Senhor os espalhou sobre a face de toda a terra. (Gênesis, 11:1-9)*

Segundo Derrida (2002), ao estabelecer a confusão das línguas, impedindo assim a execução do projeto e provocando a incompreensão entre os homens, Deus desconstrói a língua pura e impõe a tradução, ou seja, em Babel está o mito da comunicação plena. A metáfora de Babel<sup>16</sup> alude à multiplicidade de línguas no planeta e busca uma explicação mitológica para elas.

*A torre de Babel não configura apenas a multiplicidade das línguas, ela exhibe um não acabamento, a impossibilidade de compreender, de totalizar, de saturar, de acabar qualquer coisa que seria da ordem da edificação, da construção arquitetural, do sistema e da arquitetônica. O que a multiplicidade de idiomas vai limitar não é apenas uma tradução “verdadeira”, uma ent’expressão [entr’expression] transparente e adequada, mas também uma ordem estrutural, uma coerência do constructum. Existe aí (traduzamos) algo como um limite interno à formalização, uma incompletude da*

---

<sup>16</sup> Torre de Babel é uma alusão e não um fato real.

*construtura* [constructure]. *Seria fácil e até certo ponto justificado ver-se aí a tradução de um sistema em desconstrução.* (Derrida, 2002, p.11-12)

Para Derrida (2002), na metáfora da desconstrução divina, Deus teria desconstruído o nome que os homens queriam se dar, o da própria língua, ao reafirmar o seu próprio nome como Babel e Confusão. O nome Babel, por si só, já é intraduzível, por ser nome próprio.

*Não sei porque é dito na Gênese que Babel significa confusão; pois Ba significa pai nas línguas orientais, e Bel significa Deus; Babel significa a cidade de Deus, a cidade santa. Os antigos davam esse nome a todas as suas capitais. Mas é incontestável que Babel quer dizer confusão, seja porque os arquitetos foram confundidos após terem erguido sua obra até oitenta e um mil pés judeus, seja porque as línguas se confundiram; e é evidentemente desde esse tempo que os alemães não entendem mais os chineses; pois, segundo o sábio Bochart, está claro que o chinês é originariamente a mesma língua que o alto-alemão.* (Voltaire apud Derrida, 2002, p.12-13).

Pergunta-se Derrida (2002, p.12): *em qual língua Babel foi construída e “desconstruída”?* Pode-se traduzir um nome próprio, *Deus, Bel* e confundi-lo com um nome comum, ou seja, *confusão?*

Babel, aqui, é concebida não apenas como representante da multiplicidade das línguas, mas também da impossibilidade de se completar, de se totalizar uma construção, estrutural de uma língua. Assim, a multiplicidade de idiomas limita a “verdadeira tradução” e a possibilidade de uma interpretação que fosse transparente e considerada a mais

correta. Neste contexto, Babel não é somente um nome próprio, e sim uma metáfora, uma palavra com múltiplos significados, entre os quais a confusão das línguas e dos arquitetos diante da impossibilidade de completude de sua obra. Também significaria o nome de Deus, o Deus Pai, “o pai da cidade chamada confusão”, não sendo possível a sua compreensão.

Dessa forma, afirma Derrida (2002), Deus marca o seu patrimônio como um espaço comunitário, essa cidade onde não pode mais haver entendimento. E não se pode entender quando há apenas o nome próprio, e não se pode entender quando não há nome próprio. Dando seu nome, dando todos os nomes, o pai estaria na origem da linguagem e esse poder pertenceria de direito, enquanto instância da lei e interdição a ele. *O nome de Deus, o pai, seria o nome dessa origem das línguas.* (Derrida, 2002, p.14)

Do projeto humano que visava à racionalidade de uma comunicação clara entre os homens, Babel é a marca, o signo da opacidade da linguagem. Embasamento que revela o peso da estrangeiridade de um homem em relação a outro, de uma língua para si mesma e em relação a outra.

*Ora, esse idioma carrega nele mesmo a marca da confusão; ele quer dizer imprópriamente o impróprio, a saber, Babel, confusão. A tradução torna-se então necessária e impossível como efeito de uma luta pela apropriação do nome, necessária e interdita no intervalo entre dois nomes absolutamente próprios. E o nome próprio de Deus já se divide o bastante na língua, para significar também, confusamente “confusão”. E a guerra que ele declara faz inicialmente furor no interior do seu nome: dividido, bífido, ambivalente, polissêmico: Deus descontrói.* (Derrida, 2002, p.19)

Na multiplicidade das línguas é que se dá a atividade tradutória. O pai, a instância da lei, impõe e interdiz ao mesmo tempo a tradução. A desconstrução se associa à renúncia ao desejo impossível da restauração de uma suposta origem perdida.

A multiplicidade das línguas é o signo da sua incompletude e transitoriedade, pois cada língua traz em si apenas uma promessa de completude. Nesse sentido, todas as línguas são, ao mesmo tempo, insuficientes e verdadeiras. Derrida (2002), encontra na tradução a forma de configurar o encontro de uma relação da origem com a inescapabilidade de sua destruição. A relação que se estabelece entre as línguas no processo de tradução é de reconciliação e dispersão: a reconciliação é decorrente do fato de que cada língua quer significar algo que é comum a todas elas, e dispersão é decorrente do fato de que cada uma significa à sua maneira.

*No mundo pós-babélico, da multiplicidade de línguas e da impossibilidade de se chegar ao idioma divino, localizado acima e além de quaisquer diferenças, há, no início e na origem de qualquer significação, um processo de tradução, um processo de transformação do mesmo em outro, em que a “transparência se interdita” e “a univocidade se torna impossível”. Conseqüentemente, a tradução “se transforma na lei, no dever e na dívida, mas na dívida que não pode mais saldar. (Arrojo, 1993, p.57)*

No rastro das idéias de Derrida (2002), poder-se-ia dizer que, teoricamente, a tradução é impossível. Todavia, a atividade do tradutor parece defrontar-se com um paradoxo insolúvel: a prática mostra a existência de traduções ao mesmo tempo em que a teoria aponta para a sua impossibilidade. Para

Larrosa (2003), *la traducción aparece de un modo paradójico: su posibilidad se deriva de su imposibilidad, su productividad se deriva de su fracaso*.

É comum serem os tradutores os primeiros a apontar tal dificuldade nos prefácios das obras que publicam. Este é o ponto de partida do ensaio de Walter Benjamin<sup>17</sup>, cuja leitura levou Derrida (2002) a escrever outros ensaios, entre eles, *Des tours de Babel*. A *Tarefa do Tradutor* não consiste, para Benjamin, em primeiro lugar, na preservação do significado do texto original, ou seja, do seu conteúdo referencial. Traduzir é seguir o modo de significação que difere de uma língua para outra.

Para Benjamin, na interpretação de Derrida (2002), cabe ao tradutor manter vivo o texto, garantindo a sua sobrevida. Assim sendo, o tradutor não é devedor em relação a um original, mas o responsável por sua existência em outras línguas e culturas.

Um texto constitui um elo encadeado numa tradição literária e cultural que lhe preexiste e a qual sobrevive, apresentando-se como espaço de confluência dos fatores que moldam e relativizam as suas formas e sentidos. Na sua espessura, encontram-se impressas as marcas de uma localização geográfica, de um ambiente social, de um tempo histórico peculiar, das idiosincrasias próprias de um autor, do horizonte de expectativa dos possíveis leitores da língua a que se move a tradução.

Dessa forma, o primeiro movimento do tradutor em relação à obra é identificar estruturas lingüísticas portadoras de

---

<sup>17</sup>No âmbito dos estudos teóricos sobre tradução, o ensaio de Benjamin *A Tarefa do Tradutor* é uma referência constante. De maneira mais ou menos detida, tanto teóricos da tradução quanto especialistas da obra benjaminiana têm se questionado sobre o papel desse breve e, de certa forma, enigmático ensaio do autor alemão, escrito em 1921 para servir de prefácio a um conjunto de traduções de alguns poemas dos *Tableux parisiens* de Baudelaire, publicados em 1923.

valores denotativos, conotativos e pragmáticos que, pelos contextos, determinam a sua configuração no final da tradução. Durante esse processo, o tradutor, de acordo com sua própria imagem ou representação do enunciado, reorganiza os componentes, conferindo nova hierarquia às prioridades do original, redistribuindo as ênfases sintáticas ou semânticas, quer dizer, exercendo funções alteradoras, de acordo com os pressupostos adquiridos nas suas anteriores experiências de leituras. Dessa forma, enquanto o potencial de significado do texto se mantém teoricamente constante, as reais possibilidades da sua sobrevivida estão sujeitas a variações com acentuado grau de amplitude: *na tradução o original cresce*. (Derrida, 2002, p. 50).

*Se o tradutor não restitui nem cópia um original, é que este sobrevive e se transforma. A tradução será na verdade um momento de seu próprio crescimento, ele aí completar-se-á engrandecendo-se. Ora, é necessário que o crescimento, e é nisso que a lógica “seminal” deve ter-se imposto a Benjamin, não dê lugar a qualquer forma em qualquer direção. O crescimento deve concluir, preencher, completar.* (Derrida, 2002, p.46)

A sobrevivida de uma obra deve-se ao fato de ela ter vida própria, distinta da do autor: enquanto a existência natural do autor se extingue, a obra, por estar inscrita num universo simbólico, persiste e cresce ao ser traduzida.

Dito de outra forma, a tarefa do tradutor não o comprometeria com o “autor do original” (que morre a partir do momento que conclui seu texto, pois perde o poder sobre ele, que passa a ter vida própria). O compromisso do tradutor é com o próprio texto, este sim, passível de imortalidade. E a esta imortalidade – ou, nas palavras de Derrida (2002), *sobrevida* – do

texto, vincula-se à possibilidade de tradução e transformação - o texto existe e continua existindo porque pode ser traduzido, transformado.

*Pois na sobrevida, que não merecia esse nome se ela não fosse mutação e renovação do vivo, o original se modifica. Mas para as palavras solidificadas existe ainda uma pós-maturação.* (Derrida, 2002, p.38)

Logo as diferentes traduções do original lhe possibilitam a sobrevida e a continuação da obra. A tradução não é a obra, mas a via que conduz a esta obra. A sobrevida é da obra e não dos autores; a tradução, que acrescenta vida ao original, é mais que uma sobrevivência. A tradução procura expandir o alcance que cada obra tem, como se cada novo texto tivesse como intenção subjacente retomar os anteriores e levá-los mais longe. *A obra não vive apenas mais tempo, ela vive mais e melhor, acima dos meios de seu autor.* (Derrida, 2002, p.33)

*[...] sobrevivência não estática, assegurada pela cadeia de traduções e interpretações que os perpetuam e ao longo da qual, como uma "realidade viva", os originais, de cada vez diferentemente interpretados, recebem, ao serem transladados para outras línguas uma renovada carga de sentido. Mudando, portanto, através da cadeia que os perpetua ao transmiti-los, a sobrevivência deles reforça-se pela variação de sua compreensão. E é a mudança da compreensão que reabre a possibilidade de interpretá-los e, conseqüentemente, também traduzi-los.* (Nunes, 2002, p.14)

Assim, ao contrário do que o senso comum postula, o texto é o primeiro a contrair uma dívida, dívida para com a

tradução e, em última instância, para com o tradutor, pelo fato de depender dele para ser compreendido por quem desconhece a língua na qual a obra foi escrita.

É necessário, também, abandonar-se a idéia de que a tradução visa à isomorfia com o original. Derrida (2002, p. 35), afirma que *a tradução não é nem uma imagem e nem uma cópia*, e sim uma forma de expressão lingüística.

O autor se distancia da nostálgica esperança de encontrar na tradução a fidelidade única e a correspondência uma boa tradução no sentido de haver uma língua transparente, pura, idêntica, sem diferença. E não só a atividade tradutória ao remontar à situação pré-babélica, e demonstra a sua própria possibilidade, a possibilidade de se traduzir. Segundo Larrosa (2003), *La traducción, en Derrida, no es en absoluto una práctica antibabélica sino que, por el contrari, babeliza ella misma: la traducción es la experiencia babélica de Babel*. A experiência babélica de Babel, se refere tanto à pluralidade de falares sobre um mesmo objeto como à multiplicidade das línguas. E, no interior vivido de cada uma, tem-se, de novo, a pluralidade de falares sobre um mesmo objeto.

*Pero la confusión y la dispersión babélica no es sólo esa pluralidad casi infinita de lenguas y de variantes de lenguas. Babel quiere decir también, y sobre todo, que la lengua, cualquier lengua, em cualquier momento de su historia y en cualquier contexto de uso, se da en estado de confusión, en estado de dispersión; Babel significa que la palabra humana se da como confusa, como dispersa, como inestable y, por lo tanto, como infinita. Babel atravisa cualquier fenómeno humano de comunicación, o de transporte o de transmisión d esentido. Y, desde luego, cualquier acto de lectura. Lo que ocurre es que existen distintas actitudes ante Babel, ante el significado del*

*“hecho” babel, ante el escándalo o la bendición de Babel, ante lo remediable o lo irremediable de Babel, ante la radicalidad y el lance de la condición babélica de la palabra humana.* (Larrosa, 2003)

Entretanto, não podemos nos esquecer que o significado, o que uma frase quer dizer, depende do leitor, não no sentido de decodificador, mas como co-criador de sentido e significado. Dessa forma [...] *qualquer tradução será sempre “infel”, em algum nível e para algum leitor, sempre “menor”, sempre “insatisfatória”, em comparação a um original idealizado e, por isso mesmo, inatingível.* (Arrojo, 1993, p.29).

No alargamento das possibilidades expressivas da língua de chegada, encontramos alguns exemplos históricos em que um texto traduzido, pela sua grande divulgação e pelo seu prestígio intrínseco, contribuiu efetivamente para a evolução da língua de chegada, de forma extensa, contínua e profunda, a exemplo do que ocorre com a própria língua de sinais, que tem crescido no contato com o Português, através do intérprete de língua de sinais. Muitos conceitos, antes desconhecidos pela comunidade surda, são agora enunciados na língua de sinais.

A exemplo da expressão “viajar na maionese”. *O professor viaja na maionese.*



A expressão sinalizada não guarda com o Português nenhuma questão de empréstimo lingüístico e nem se trata de estrangeirismo, da influência do Português na língua de sinais, nesse caso essa expressão foi criada com recursos lingüísticos da língua de sinais, não guarda com o sinal “maionese” nenhuma relação, é totalmente arbitrário em relação ao sinal “maionese’, o que ela faz é criar uma expressão para dar conta do significado da expressão do Português mas dentro da própria língua de sinais.

A atividade tradutora é paradoxal. Por um lado, trai, na medida em que realiza uma aculturação do original mas, por outro, é também fator de democratização do saber, visto que ela expande a vida do texto, tornando-o compreensível no seio de outras culturas.

## CAPÍTULO III

### LINGUAGEM e TRADUÇÃO

*Confessarei, aliás, que o trabalho de tradução é a meus  
olhos coisa bem mais importante do que se pensa.  
A vida psíquica dos homens não tem outro tabique  
tão forte como a linguagem.*

**Babits apud Rónai:29**

A comunicação assegura a disseminação de conhecimentos, de informação e da experiência, permitindo a perpetuação e a identificação de certa comunidade.

A linguagem, inseparável do homem, está presente em todos os seus atos: é por meio dela que o homem forma seus pensamentos, as suas emoções; é o instrumento pelo qual influencia e é influenciado.

Sendo a língua o objeto da tradução, é impossível adotarmos um conceito de tradução sem antes assumirmos o conceito de língua(gem) que norteará este trabalho. Importa-nos saber como se processa esse fenômeno e que relação existe entre o original e a sua tradução/interpretação.

Partindo da visão de linguagem em Bakhtin (1992), pretendemos demonstrar de que modo a teoria da linguagem contribui para a teoria da tradução/interpretação para concluirmos com um conceito de tradução, a ser aqui assumido, resultante da análise teórica realizada no capítulo anterior. Esse quadro possibilitará, também, que seja delimitada a construção da tarefa do intérprete de língua de sinais-ILS.

Em *Marxismo e Filosofia da Linguagem* Bakhtin (1992) nos apresenta as bases de sua teoria sobre a linguagem. Esse autor concebe a linguagem não como um sistema abstrato, isto é, a idéia de que a língua possui um espaço de criação individual da fala, mas, ao contrário, é o efeito (resultado) de uma produção dialógica entre o “eu” e o “outro”. Para Bakhtin (1992), o homem dialoga com a realidade por meio da linguagem, sendo ambos – homem e linguagem – partes de um mesmo processo dialético. Portanto, a interação entre interlocutores é o princípio fundador da linguagem. É na relação entre sujeitos, ou seja, na produção e na compreensão dos textos que se constroem o seu sentido, a significação das palavras e os próprios sujeitos.

Bakhtin (1992) se opõe ao formalismo, representado por Saussure, e também se contrapõe a uma outra abordagem – que ele denomina subjetivismo abstrato – a qual defende a idéia de que a língua possui um espaço de criação individual da fala. Segundo Vossler (apud Bakhtin) essa abordagem proporcionaria uma certa individualização do sujeito na língua (estilo), ou seja, a produção lingüística seria, antes de mais nada, uma atividade subjetiva caracterizada por uma certa relação de identificação com o sujeito: o indivíduo teria um estilo seu, que ficaria marcado no que se chama língua.

*A própria idéia de língua, diz ele, “é por essência uma idéia poética; a verdade da língua é de natureza, é o Belo dotado de Sentido”. Compreende-se que não é um sistema lingüístico acabado, no sentido da totalidade dos traços fônicos, gramaticais e outros, mas sim no ato de criação individual da fala (Sprache als Rede) que será, para Vössler, o fenômeno essencial, a realidade essencial da língua. Segue-se, em todo ato da fala, o importante, do ponto de vista da evolução da língua, não são as formas gramaticais estáveis, efetivas e comuns a todas as demais enunciações da língua em questão, mas sim a realização estilística e a modificação das formas abstratas da língua, de caráter individual e que dizem respeito apenas a esta enunciação. (Bakhtin, 1992, p. 75-76)*

O lugar de realização da língua estaria no próprio sujeito; apesar de ser algo cultural, externo, que ele aprende, a produção lingüística é vista por Vössler e Humboldt como uma atividade preeminente, criativa e individual, e toda a ênfase é dada ao estilo.

*Só essa individualização estilística da língua na enunciação concreta é histórica e realmente produtiva. É nela que tem lugar a evolução da língua, logo dissimulada pela formalização gramatical. Todo fato gramatical foi, a princípio, de fato estilístico. É a isto que se liga a idéia vössleriana da primazia do estilístico sobre o gramatical. (Bakhtin, 1992, p.76)*

Para Bakhtin (1992), a criatividade não é a expressão de uma atividade intrínseca ao sujeito, pois não está desatrelada

dos valores ideológicos<sup>18</sup> que a língua guarda; o indivíduo não é um produtor soberano de formas lingüísticas, ele só é compreendido se aquilo que ele diz é entendido por outro e, para ser compreendido por outro, ele precisa estar em sintonia com determinado grupo social. O texto só tem sentido ou significado a partir da sua legitimação por uma comunidade de leitura que aceita e compartilha.

*Portanto, o texto tem sempre uma inscrição; um autor, quando toma a palavra, o faz para dizer algo para alguém, e tece o texto pensando já em seu grupo e é claro que, quando pensa em seu grupo, ele se opõe a outro. Portanto, não há criatividade na língua, ela não é subjetiva, mas está condicionada ao funcionamento ideológico, ao trabalho ideológico do próprio autor. Se o texto fosse algo totalmente, unicamente criativo, não diria nada a ninguém, ou seja: o autor precisa ter seu texto legitimado, lido; caso contrário, o autor só escreveria para si. Essa criatividade precisa ter, portanto, um laço social, senão o texto não será para ser lido e, se não é um texto para ser lido, não tem razão para ser escrito. E, se tem lastro com um conjunto de pessoas externas, não é individual: aquilo que o autor diz cria uma adesão com outro; cria-se, portanto, um texto, que não tem fronteira. “Com efeito, é indispensável que o locutor e o ouvinte pertençam à mesma comunidade lingüística, a uma sociedade claramente organizada. E mais, é indispensável que estes dois indivíduos*

---

<sup>18</sup> “ Ideologia é o nome que o Círculo de Bakhtin costuma dar, então, para o universo que engloba a arte, a ciência, a filosofia, o direito, a religião, a ética, a política, ou seja, todas as manifestações superestruturais (para usar uma certa terminologia da tradição marxista). A palavra ocorre também no plural para designar a pluralidade de esferas da produção imaterial (assim, a arte, a ciência, a filosofia, o direito, a religião, a ética, a política são ideologias).” Faraco, C. *A Linguagem e Diálogo: as idéias lingüísticas do círculo de Bakhtin*. 2003, p.46. Editora Criar Edições – Curitiba-PR.

*estejam integrados na unicidade da situação social imediata, quer dizer, que tenham uma relação de pessoa para pessoa sobre um terreno bem definido. É apenas sobre este terreno preciso que a troca lingüística se torna possível; um terreno de acordo ocasional não se presta a isso, mesmo que haja comunhão de espírito. Portanto, a unicidade do meio social e a do contexto social imediato são condições físico-psíquico-fisiológico que definimos possa ver vinculado à língua, á fala, possa tornar-se um fato de linguagem.* (Bakhtin, 1992, p. 70-71)

É a partir da concepção de linguagem de Bakhtin que nasce uma das categorias básicas de compreensão da produção textual – o dialogismo, a partir do qual ele estuda o discurso interior, o monólogo, a comunicação diária, os vários gêneros de discurso, a literatura e outras manifestações culturais. Ele aborda o dito como réplica a um já – dito.

Para Bakhtin (1992) a língua é, antes de tudo, uma atividade dialógica, uma estrutura aberta, ou seja, tem regras gramaticais, morfológicas, sintáticas, mas essas regras só se tornam vivas na relação de um falante com outro, de uma pessoa com outra, porque essas pessoas, ao operarem sobre a língua, alteram o próprio fluxo dessa, criam coisas; a língua é, portanto, uma matéria mais ou menos estruturada semi-amorfa, que é talhada pelos seus usuários. *Aquilo que chamamos de língua é também e principalmente um conjunto infinito de vozes sociais.* (Faraco, 2003, p.56).

Todas as reformulações feitas na língua sofrem o trabalho dos falantes. Para entendemos o funcionamento da língua, temos que entender a história da constituição dessa língua, ou seja, os movimentos que os falantes vão fazendo com elas.

As concepções de Bakhtin (1992) solicitam do leitor um olhar múltiplo sobre o mundo e sobre o outro, pois, para este

teórico, o mundo é constituído por ruídos, vozes, sentidos, sons e linguagens que se misturam, (re)constroem-se, modificando-se e transformando-se.

*Os elementos principais de qualquer interação são: presença de um locutor, de um interlocutor (real, suposto ou virtual), uma situação social dada, um contexto historicamente determinado, o objeto de discurso e o desejo pela palavra. Como esses elementos variam sempre, na totalidade ou em partes, cada ato enunciativo é um ato único de transformação das formas da linguagem. O processo de significação inscreve-se, pois, na interindividualidade.* (Souza, 1998, p.38)

A palavra é o produto, assim da interação de um locutor com um interlocutor. *A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros. Se ela se apóia sobre mim numa extremidade, na outra se apóia sobre o meu interlocutor. A palavra é o território comum do locutor e do interlocutor.* (Bakhtin, 1992, p.113)

Ao orientar a sua palavra a partir do seu interlocutor, o falante constitui a sua subjetividade considerando seu o outro. Esse processo funciona como espelho em que o falante busca refletir-se. Daí o fato de a palavra ter dupla face, pois é determinada tanto pelo fato de perceber de alguém, como por dirigir-se a alguém. Podemos afirmar que a sua existência da linguagem está intrinsecamente ligada à realidade social: fora do contexto de uso é destituída de sentido.

A linguagem e a história são pontos fundamentais na compreensão das questões humanas e sociais. Por ser histórica e polissêmica, *Bakhtin concebe a dialogia como elemento constitutivo da linguagem e do próprio sujeito.* (Souza, 1998, p.39). A partir dessa concepção dialógica da linguagem, Bakhtin se opõe à concepção estruturalista, que considera a palavra

como parte de um sistema abstrato de formas, apartada de seu acontecimento dialógico. Para Bakhtin, o contexto histórico transforma a palavra fria do dicionário em fios dialógicos vivos, que refletem a realidade de quem a produziu.

*Assim, na prática viva da língua, a consciência lingüística do locutor e do receptor nada tem a ver com um sistema abstrato de formas normativas, mas apenas com a linguagem no sentido de conjunto dos contextos possíveis de uso de cada forma particular. Para o falante nativo, a palavra não se apresenta como um item de dicionário, mas como parte das mais diversas enunciações dos locutores A, B ou C de sua comunidade e das múltiplas enunciações de sua própria prática lingüística. Para que se passe a perceber a palavra como forma fixa pertencente ao sistema lexical de uma língua dada – como uma palavra de dicionário – é preciso que se adote uma orientação particular e específica. (Bakhtin, 1997, p.95)*

Esses aspectos do dialogismo bakhtiniano contribuem para as várias características do discurso, em especial, a compreensão. O dialogismo é o permanente diálogo entre os diversos discursos que configuram uma sociedade, uma comunidade, uma cultura. A linguagem é, portanto, essencialmente dialógica e complexa, pois nela se imprimem, historicamente e pelo uso, as relações dialógicas dos discursos. A palavra é sempre perpassada pela palavra do outro. Isso significa que o enunciador, ao construir seu discurso, leva em conta o discurso de outrem, que está sempre presente no seu. *Em Bakhtin, o sujeito é ativo e responsivo. Todo enunciado é, para ele, uma resposta ou réplica ao enunciado do outro. (Souza, 1998, p. 39)*

Dessa forma, não é possível conceber integral submissão ou dependência do falante com relação ao contexto social,

pois, ao mesmo tempo em que se submete para adequar-se ao grupo social em que está inserido, o sujeito também interfere e muda seu contexto.

Em Bakhtin (1992), a palavra é marcada por essa concepção da língua como uma atividade comunicativa: os sentidos de uma palavra são construídos historicamente, nos jogos que as pessoas utilizam, ao longo do tempo, ao fazerem uso da língua. Sendo assim, nenhuma palavra é neutra e todas são polissêmicas – uma vez que guardam as vozes de sua constituição e carregam a história de seu uso pelos falantes da língua – e cada uma delas faz refletir e refratar o mundo. A dialogia é vista, portanto, também como um processo de fermentação da própria língua.

*No processo de referência, realizam-se portanto, duas operações simultâneas nos signos: eles refletem e refratam o mundo. Quer dizer: com os signos podemos apontar para uma realidade que lhes é extrema (para a materialidade do mundo), mas o fazemos sempre de modo refratado. E refratar significa, aqui, que com nossos signos nós não somente descrevemos o mundo, mas construímos – na dinâmica da história e por decorrência do caráter sempre múltiplo e heterogêneo das experiências concretas dos grupos humanos – diversas interpretações (refrações) desse mundo. (Faraco, 2003, p.50)*

Na produção dialógica, portanto, a palavra sofre inúmeras transformações, ou seja, é revestida constantemente de sentidos, tons e valores.

Ao fazermos uso da palavra, encontramos-la já marcada pelas falas de outrem, pois ela penetra em todos os domínios da sociedade; por isso, é indicadora das transformações que a sociedade impõe ao ser humano.

*Adotar este ponto de vista significaria dizer que os falantes, já que produzem discursos, criam a língua. Com o conceito de constituição, pretendo situar-me a meio caminho entre o que implica a noção de apropriação e o que implica a noção de criação. As concepções de língua ou gramática correntes (as mais sólidas na tradição), como sabemos, vão da convenção ao iatismo quando buscam explicar por que há semelhanças entre línguas ou discursos. Optando pelo conceito de constituição, quer-se ressaltar que as línguas são resultados do trabalho dos falantes. Se foi o trabalho de todos os que falaram uma língua que a levou a um determinado estágio, seria incongruente imaginar que, neste estágio, os falantes já não trabalham, apenas se apropriam do produto. Por outro lado, como nem todos os que trabalham por uma língua são iguais, é de se esperar que o produto apresente irregularidades, desigualdades, traços, enfim, da trajetória de cada um dos elementos constituidores de uma língua. Produzir um discurso é continuar agindo com essa língua não só em relação a um interlocutor, mas também sobre a própria língua. No mínimo, a cada vez que um locutor diz uma palavra, está colaborando para que ou a língua continue mantendo um determinado traço ou, inversamente, para que ela venha a modificar-se. (Possenti, 2001 p.75-76)*

Dentro desse jogo dialético – da palavra que liga a palavra – o sujeito falante, que apreende o discurso do outro, não é um ser passivo. Ao contrário, é um ser perpassado pelas suas palavras e pelas palavras do outro. Esse processo de interação não ocorre fora do contexto social e histórico, é resultado da interlocução de dois ou mais falantes pertencentes a um mesmo contexto. Nesse caso, questões como classe social, hierarquia e afetividade são determinantes para a construção dos sentidos.

Em razão desses condicionamentos sociais e históricos que perpassam tanto os sujeitos quanto as palavras, somente o acontecimento enunciativo dará a significação uma vez que ela é construída no processo de interação social. Dito de outro modo: *O sentido da palavra é totalmente determinado por seu contexto. De fato, há tantas significações possíveis quantos contextos possíveis.* (Bakhtin, 1997, p. 106.)

Para Bakhtin (1992) a “*enunciação é de natureza social*” e para compreendê-la é necessário entender que ela acontece sempre numa interação. A verdadeira substância da língua é constituída, para Bakhtin (1992), pelo fenômeno social da interação verbal, realizada por meio da enunciação ou das enunciações

Para o autor russo, uma das formas mais importantes da interação verbal é o diálogo, caracterizado não apenas como comunicação em voz alta, de pessoas face a face, mas toda comunicação verbal, de todo tipo. Qualquer enunciação constitui apenas uma fração da corrente da comunicação verbal ininterrupta (relativa à vida cotidiana, à literatura, à política, etc.). Por sua vez, a comunicação verbal ininterrupta constitui apenas um momento na evolução contínua e em todas as direções de um grupo social determinado.

*Em suma, o falante nem é inútil, nem todo-poderoso. Entre ele e o ouvinte está a língua, e, na verdade, o que foi dito, se, por um lado, é a garantia à qual pode apelar o locutor, se acusado de produzir um efeito que não intencionava, pode ser a garantia do interlocutor de que tal efeito decorre do que foi dito. É que é possível um trabalho diferente sobre a mesma coisa. É nisso, aliás, que se distinguem os sujeitos. Especificamente, um constitui um enunciado para produzir um certo efeito, e outro trabalhou sobre um enunciado para*

*extrair dele um certo efeito. A coincidência não é garantia. Se a língua fosse um sistema estruturado efetivamente, isto é, não indeterminado, da qual interlocutores se apropriassem, este tipo de resultado não seria possível. Por outro lado, não é de qualquer maneira que um locutor pode expressar ou dar a entender sua intenção. Os interlocutores não são nem escravos nem senhores da língua. São trabalhadores.* (Possenti, 2001, p. 77)

Tradutores e intérpretes são trabalhadores da língua, trabalham com a língua estrangeira e com a sua língua nativa. Também são sujeitos sócio-históricos e trazem valores, idéias, desejos, culturas e marcas de pertencimento sócio-político-econômico distintos; traços esses que se fazem presentes na materialidade de suas palavras.

Nessa direção, não é possível haver tradutor/intérprete neutro, que não interfira no texto/discurso. A tradução/interpretação é uma atividade em que se trabalha construindo sentidos e significações, em uma dada língua, para sujeitos estrangeiros com relação à língua de partida.

Na concepção estrutural da linguagem, a tradução é vista como um fenômeno transcendente: o tradutor é aquele que vai, com muita habilidade e experiência, transportar, sem, todavia, contaminar, um texto de uma língua para a outra. Como uma exata correlação entre a língua do original e a língua da tradução é quase impossível, a tradução configura-se, neste caso, como perda, como traição. Dessa forma, esse enfoque postula que o primeiro dever de fidelidade do tradutor é para com a obra original e coloca a tradução como atividade lingüística marginal, uma cópia, remetendo o tradutor à invisibilidade (neutralidade) do seu trabalho.

*Como se o original fosse obra ditada por alguma divindade, e não produzida pelo mui falível homem, muitas vezes eivada de erros ortográficos, morfossintáticos, semânticos-pragmáticos, factuais, de inadequações estilísticas, que se não devidamente filtradas, emendadas, corrigidas pelos tradutores, serviriam um propósito contrário à própria razão de ser da tradução, a comunicação interpessoal por sobre as barreiras lingüísticas e culturais; e como se o original não fosse muitas vezes, quiçá sempre, a refração de outro ou outros textos, e assim sucessivamente.* (Aubert, 1987, p. 13-14)

Neste trabalho, porém, a forma como a tradução e/ou interpretação é concebida, difere em muito da concepção estrutural, pois entendemos que, sendo um trabalhador da linguagem, o tradutor é aquele que vai transformar e produzir significados, gerar formas recriadas na língua para a qual traduz. A tarefa neste caso, é um refazer o texto numa outra voz; voz que faz ecoarem as significações culturais que trabalharam essa língua.

Segundo Martins, 2003, a principal razão para a fragmentação dos estudos da tradução<sup>19</sup> pode ser a própria etimologia da palavra “traduzir”, que significa, do ponto de vista diacrônico, “fazer passar de um lugar para outro”.

Derrida (2002) discute e redimensiona a distinção entre língua materna e língua estrangeira: para ele, não são pólos antagonísticos, e sim complementares; a tradução – afirma ele – é um acontecimento situado dentro do jogo de significados que se produz entre as línguas. Não há, assim, fronteiras entre

---

<sup>19</sup> Por “estudos da tradução” entendemos: “o conjunto de práticas acadêmicas que, independentemente da designação, tornam a tradução por objeto de estudo, pode-se afirmar que tantas são as tendências dos estudos da tradução quantas as concepções de tradução envolvidas em cada uma das diferentes perspectivas de consideração do fenômeno.” (Martins, 2003, p. 4)

as línguas: elas se complementam, provocando e proporcionando um transbordamento e evidenciando a multiplicidade de línguas envolvidas na tradução.

Para Derrida (2002), na concepção *desconstrutivista*, a tradução não consiste na relação entre dois sistemas lingüísticos autônomos; tampouco é uma relação que envolve duas línguas distintas: é, na verdade, um acontecimento que evidencia a existência de sistemas lingüísticos que comportam em si várias línguas.

Não há, na teoria da desconstrução, duas línguas independentes, e sim várias línguas numa só, em razão de, na sua origem, as línguas todas estarem imbricadas. Na dimensão desconstrutivista, língua e tradução vão se (con)fundir, uma não sobrevive sem a outra; a tradução é um acontecimento que deflagra a língua, está entre as línguas e faz parte das línguas.

Não há língua original, pois a origem das línguas estaria no mito de Babel, impossível haver uma língua original. Desse modo, todas são originais e traduções ao mesmo tempo, pois a língua falada na metáfora de Babel era a língua de Deus e, ao instituir a confusão das línguas, alcançar a língua original tornou-se impossível.

Para Rónai (1952) e Theodor (1976), tanto a distinção institucional quanto o antagonismo entre as línguas envolvidas na tradução existem, ou seja, há língua original e língua da tradução, nomeadas, entretanto, como língua de partida ou fonte e língua de chegada ou alvo, respectivamente.

Vejamos, no entanto, como Rónai (1952) e Theodor (1976) redimensionam o conceito de “fidelidade” e comentam, com extrema lucidez, a complexa tarefa do tradutor.

Segundo eles, o tradutor deve esmerar-se em alcançar a “*fidelidade*”, mas vista de outra maneira, fora do campo estritamente

lingüístico; a fidelidade ou infidelidade será discutida dentro de uma perspectiva filosófica e ideológica, que permite que a correlação entre as línguas se dê levando em conta que a “fidelidade” pode ser atingida a partir do contexto do texto. Portanto, a tradução deverá produzir um texto coerente e não simplesmente uma substituição palavra a palavra.

Para os dois autores, o desejo de alcançar uma “fidelidade” deve nortear o trabalho do tradutor e/ou intérprete. Para tanto, ambos colocam a questão da equivalência como possibilidade para se encontrar uma afinidade do texto original com o texto traduzido.

Tanto para Rónai (1952), como para Theodor (1976), a idéia da impossibilidade da tradução literária não é novidade, e comparam o trabalho do tradutor com o trabalho do artista, que pretende retratar a sua obra com “fidelidade”.

Apesar de o tradutor ser visto como um sujeito que faz escolhas e intervém na tradução, ele não pode deixar de se reportar ao texto da língua de partida, ao verter um texto para o outro, e não é livre para debater sobre o tema da obra original.

Para os teóricos Paulo Rónai (1952) e Theodor (1976) há uma dicotomia entre a língua de partida e a língua de chegada, ficando o tradutor e/ou intérprete nesse meio, criando uma ponte entre o leitor bilíngüe, isto é o tradutor, e o leitor monoglota, ou para aquele que só terá acesso à obra se esta for traduzida para sua própria língua.

Quando o tradutor, durante o seu trabalho, encontra uma equivalência textual entre as línguas envolvidas na tradução, a tarefa de traduzir torna-se mais difícil do que quando há diferença. Para Rónai (1952) essa é uma das falácias da tradução, pois as semelhanças de sintaxe enganam o tradutor, deixando-o com a falsa idéia de que alcançou a “fidelidade” total. Não é

possível estudar a língua sem se defrontar com sua interpretação, ou seja, as suas “traduções” possíveis.

Entretanto, ao se deparar com expressões “intraduzíveis”, o tradutor irá investigar o que o autor do original quis dizer na sua língua nativa e procurará, na língua traduzida, expressão semelhante. Por isso, acrescenta Rónai (1952, p.53), *a tradução é um mundo de minúcias*. Somente pelo estudo atento e rigoroso é possível ao tradutor aproximar-se da exigida “fidelidade”. Sem essa dedicação e esmero, é improvável que o tradutor realize sua tarefa com êxito.

A tradução, assim, é concebida como movimento inevitavelmente sujeito à transformação, na medida em que a produção do texto de chegada implica, necessariamente, na reinauguração do significado do texto de partida. Nessa perspectiva, o texto de chegada e de partida compartilham do mesmo *status* social, porque o tradutor, longe de exercer o papel de descobridor do verdadeiro significado veiculado pelo texto de partida, transforma-se em seu novo autor. No entanto, é necessário reconhecer, há uma identidade entre os dois textos, e não há total autonomia do texto de chegada. Os conceitos de texto de partida e de texto de chegada não são totalmente distintos, uma vez que o significado do texto de partida é (re)criado no mesmo movimento em que o texto de chegada é produzido. Sujeito e objeto de leitura são indissociáveis, o que caracteriza, em última instância, uma relação absoluta entre a origem e o destino dos processos de tradução.

O intérprete de língua de sinais está entre a comunidade ouvinte e a comunidade surda, proporcionando um (des)entendimento entre esses dois grupos lingüísticos. E, ao realizar o seu trabalho, é essencial que ele converta para a língua de sinais a mensagem dita em português, buscando a

“fidelidade”, concebida neste trabalho como equivalência de mensagens. O ILS produzirá um outro/mesmo discurso: outro, porque o fato de buscar um sinal/palavra equivalente já é um movimento diferente; e mesmo, pelo fato de o discurso ser correspondente ao discurso do português.

A possibilidade de tradução no ato interpretativo, a “fidelidade”, será encontrada não na tradução literal do Português para os sinais, e sim na sua equivalência respeitando a estrutura gramatical da língua de sinais, procurando manter o mesmo sentido da mensagem emitida na língua de partida. Há um contexto como referência e o intérprete reformula, na língua de sinais, a mensagem dita em Português.

A tarefa mais difícil do intérprete de língua de sinais será justamente saber distinguir as situações em que deverá ser literal, usar de equivalência ou usar da datilologia - e se possível explicar o termo para sua comunidade interpretativa, caso ela desconheça a palavra – em razão de não haver ou não conhecer sinal equivalente para expressar o que o emissor quis dizer.

## CAPÍTULO IV

### O INTÉRPRETE SUA FORMAÇÃO E LIMITES DE ATUAÇÃO

*A tradução é objeto privilegiado da prática(...).*  
Silveira JR. (1983, p.33)

A interpretação é a atividade mais antiga da história; os primeiros intérpretes foram os hermeneutas, que se propunham a traduzir a vontade divina para o povo.

*Historicamente a interpretação é mais antiga do que a tradução, que depende da palavra escrita, mas ela se subtrai à quantificação documentada, uma vez que reside exclusivamente no âmbito da palavra falada. Apenas desde a invenção dos meios de gravação tornou-se possível documentar a ação dos intérpretes.*  
(Theodor, 1980, p.16)

Na Antiguidade, antes do Renascimento, os intérpretes raramente eram mencionados; uma possível causa para esse fato era a primazia dada ao texto escrito em relação à palavra oral. A posição social dos intérpretes pode também explicar sua

omissão nos anais da história: híbridos étnicos e culturais, muitas vezes do sexo feminino, escravos ou membros de um grupo social desprezado, isto é, cristãos, armênios e judeus que viviam na Índia Britânica, esses intermediários não receberam nos registros históricos o tratamento devido. (Delisle e Woodsworth, 2003)

O conhecimento sobre o trabalho que os intérpretes de línguas orais realizaram no passado tende a ser derivado de fontes tais como: cartas, diários, memórias e biografias dos próprios intérpretes.

No passado, os usuários dos serviços de interpretação não distinguiam, como fazemos hoje, entre as diferentes categorias de intérpretes: intérpretes de conferências, de tribunal, acompanhamentos e comunitários. Esses profissionais podem ser classificados de acordo com os vários papéis desempenhados: a serviço do Estado ou de uma religião, em expedições de descoberta ou conquista, a serviço de militares ou da diplomacia, muito embora essas categorias às vezes se embaralhem. De qualquer modo, no passado os intérpretes foram não só testemunhas da história, mas também participaram do seu desdobramento. (Delisle e Woodsworth, 2003)

A história dos intérpretes das línguas orais tem sido construída como num mosaico de fatos. Entretanto, a história dos ILS ainda mal começou a ser contada. O ILS até pouco tempo não era considerado como profissional, ou seja, não era remunerado em qualquer situação, não tinha preocupação com sua formação ou treinamento para o exercício da profissão. A história da composição do ILS se embaralha com a própria história da língua de sinais.

Devido à inexistência de registros oficiais sobre a atuação do intérprete de língua de sinais na sociedade, algumas lacunas provavelmente nunca chegarão a ser preenchidas, especialmente

com respeito àqueles períodos em que as relações de poder conferiam demasiado prestígio à oralidade, proibindo e desestimulando o uso da língua de sinais pela comunidade surda.

No Brasil, a profissão de intérprete de língua de sinais ainda não é reconhecida e, por essa razão, essa atividade abarcou profissionais de diferentes áreas, como: pedagogos, fonoaudiólogos e pastores, entre outros. Vale ressaltar que esse trabalho tem sido desenvolvido por profissionais que, em diversas situações, realizam o trabalho de interpretação pelo envolvimento que possuem com os grupos e/ou organizações de surdos, pois nem sempre é possível esperar remuneração (Rosa, 2003).

*Como resultado de este surgimiento “natural” de la interpretación, especialmente para personas sordas, se presentó y aún se da el hecho de que muchos jóvenes y niños oyentes hijos de padres sordos, quienes por esta situación son bilingües, han debido actuar como intérpretes aún desde edades muy tempranas, sin contar ni con la formación específica para tal fin ni con la mínima madurez requerida para enfrentar una tarea de la magnitud y responsabilidad que implica la interpretación.* (Plazas, 2000, p. 130)

A interpretação em língua de sinais no Brasil é exercida, principalmente, por pessoas que se tornam intérpretes de modo fortuito.

No Brasil a atividade de interpretação ocorre com maior frequência nas instituições religiosas; aliás, nesses lugares, a atuação do ILS tem sido uma prática há décadas, mais exatamente desde o início dos anos 80, o que explica que os melhores intérpretes de língua de sinais – salvo os filhos de pais surdos – são oriundos das instituições religiosas.

Esse cenário começou a mudar quando as pessoas que atuavam, e ainda atuam, em instituições religiosas começaram a ser convidadas a intermediarem a comunicação entre surdos e ouvintes em congressos, mais especificamente, sobre educação; posteriormente, muitos desses mesmos intérpretes foram convidados a assumirem esse papel na sala de aula de universidades e, mais recentemente, no ensino médio e fundamental, com menor frequência neste último. Porém, a sua presença ainda acontece como concessão (e não dever) da instituição escolar.

Até recentemente, a formação dos intérpretes acontecia exclusivamente nos espaços religiosos, “formação” resultante da prática quase que diária da atividade de interpretar.

Existem exceções em algumas universidades do País:

1. Na Faculdade e Colégio Radial, os intérpretes são contratados pela própria faculdade e registrados como tradutor/intérprete.

2. Na Universidade Luterana do Brasil – ULBRA, os intérpretes são contratados como prestadores de serviço via contrato com a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos – FENEIS/RS.

3. Na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, os intérpretes são contratados através da FENEIS/SP.

4. Na Universidade Federal do Rio Grande do Sul existem várias formas de se contratar um intérprete, entre elas: contratação através da FENEIS ou pelo Núcleo de Pesquisas em Políticas e Educacionais para Surdos – NUPPES – que paga diretamente ao intérprete.

Entretanto, em algumas instituições de ensino superior utilizam-se de alunos da graduação para realizarem esses serviços, em troca de bolsas de monitorias, configurando, assim, um ato assistencialista e não de uma efetiva política de ensino.

Além disso, desconsidera-se o grau de conhecimento que esses bolsistas possuem da língua de sinais, fato que compromete o próprio valor da tradução.

Essas diferenças de formas de contrato de trabalho acontecem não só pelo fato da profissão não estar regulamentada, principalmente, pela razão de não termos uma instituição que acolha os interesses dos profissionais e responda por eles.

Do ponto de vista do que se tem atualmente, a profissão de intérprete de língua de sinais está ligada à Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - CORDE, órgão governamental de cunho assistencial. Segundo o Dicionário Houaiss (2003), “assistência” significa amparo e proteção. Ou seja, o ILS é entendido pelo Estado como um ajudador das pessoas surdas, diferentemente do tradutor/intérprete que está enquadrado no 36º grupo no plano da Confederação Nacional das Profissões Liberais (portaria nº 3264 de 27 de setembro de 1988 do Ministério do Trabalho). Apesar de ser compreendida como uma profissão liberal, o trabalho de tradutor/intérprete também não é regulamentado, como ocorre com o ILS.

A luta pela regulamentação da profissão de tradutor no Brasil data desde de 21 de maio de 1974 e remonta à fundação da Associação Brasileira de Tradutores - ABRATES. Os objetivos da ABRATES eram melhorar as condições de trabalho do tradutor e aprimorar a qualidade profissional da tradução. (Esqueda, 1999).

Em 1977 a ABRATES elaborou um projeto-lei para a regulamentação da profissão no Brasil, que foi engavetado pelo Ministério do Trabalho. Uma das razões da não aprovação da regulamentação da profissão do tradutor foi justamente a necessidade da definição dos parâmetros da formação acadêmica

do tradutor, que está intimamente ligada à questão do que seja traduzir e como se dá o ato tradutório. (Esqueda, 1999).

Vale ressaltar que um dos fundadores da ABRATES foi Paulo Rónai, e o primeiro Conselho Deliberativo era constituído por: Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira, Antônio Houaiss, Carlos Drummond de Andrade entre outros.

O Sindicato de Tradutores - SINTRA, foi criado a partir da ABRATES, e tem dado continuidade na luta pela regulamentação da profissão, orientando sobre tabelas de preços, cursos de aperfeiçoamento, listas de discussão e outros para os tradutores e/ou intérpretes.

## INTERPRETAÇÃO

Atualmente tem-se pensado o trabalho do intérprete de língua de sinais como um direito conquistado pelos próprios surdos de compreenderem, e serem compreendidos, pela comunidade ouvinte, ou como resultado dos movimentos das comunidades surdas frente à sua educação.

Todavia, a defesa da presença do intérprete de língua de sinais em diversos segmentos da sociedade, e mais especificamente no campo da educação, pode esconder discursos oralistas<sup>20</sup>.

A sociedade majoritária é ouvinte e usuária do Português oral, não conhecedora da língua de sinais, e nem se espera que todas as pessoas na sociedade sejam fluentes na Língua Brasileira de Sinais. Para possibilitar a comunicação entre esses dois grupos lingüísticos existe o ILS. No meio acadêmico, a prática

---

<sup>20</sup> A palavra oralista está se referindo a ideologia oralista, que oferece substrato para a idéia que se deve se normatizar os surdos através do ensino da fala. O intérprete pode ser mais uma forma de normatizar a comunidade surda.

tradutória escrita é denominada “tradução”, enquanto o termo “interpretação” é utilizado para a referência à prática tradutória oral.

*Ambos, los intérpretes de lenguas habladas y los intérpretes de lenguas de señas funcionan como mediadores entre miembros de diferentes grupos lingüísticos y culturales. No obstante, los intérpretes de lenguas de señas adicionalmente funcionan como mediadores entre miembros de una mayoría poderosa ( Los oyentes) y miembros de una minoría oprimida (Los sordos). Y muchos de los intérpretes de lenguas de señas, en virtud de su condición de oyentes son miembros de la mayoría poderosa. Este factor básico es de crítica importancia para entender el contexto en el cual trabajan los intérpretes. (Plazas, 2000, p. 135)*

Diferente do tradutor, o ILS é visível, pois a língua de sinais se apresenta numa modalidade visual-gestual; sendo assim, o ato interpretativo só pode acontecer na presença física do ILS. Segundo Veras (2002), o intérprete é tradicionalmente aquele que faz uma tradução ao vivo, usando a voz ou o gesto, de corpo presente, **representando** como no teatro.

*O prefixo INTER, na palavra intérprete, significa o que está entre uma língua e outra, pondo essas línguas em relação, criando uma afinidade entre elas. Os gestos da intérprete constroem o sentido do que digo; e ela depende disso que digo para sua construção, assim como dependo de seus gestos para que esta fala sobreviva. (Veras, 2002).*

O ILS viabiliza a comunicação entre surdos e ouvintes, identificando-se com o orador, exprimindo-se na primeira

peessoa, sinalizando e representando suas idéias e convicções, buscando imprimir-lhes similar intensidade e mesmas sutilezas que as do enunciados em português oral.

*Interpretar nos es una simple transcodificación del mensaje en una nueva lengua; el principal reto de un intérprete consiste en transmitir el sentido del mensaje expresado originalmente, en la lengua de destino.* (Plazas, 2000, p. 131)

O trabalho do intérprete de língua de sinais consiste em pronunciar, na língua de sinais, um discurso equivalente ao discurso pronunciado no português oral (ou vice-versa).

O ILS trabalha em variadas circunstâncias, precisando ser capaz de adaptar-se a uma ampla gama de situações e necessidades de interpretação da comunidade surda, situações às vezes tão íntimas quanto uma terapia, sigilosa como delegacias e tribunais, ou tão expostas como salas de aulas e congressos. Existem vários tipos de interpretação, que podem ser consecutivas ou simultâneas, sendo esta última a que contribui para a identificação imediata, tanto do intérprete de língua oral como do ILS, por ser mais conhecida na sociedade.

Na interpretação consecutiva, o intérprete senta-se junto à pessoa, ouve uma longa parte do discurso e, depois, verte-o para uma outra língua, geralmente com a ajuda de notas.

*Na interpretação, o canal escrito pode servir de apoio à tradução simultânea, através da leitura prévia de resumos das conferências ou palestras a serem proferidas e/ou confecção de glossários, ou, no caso da tradução consecutiva, mais sistematicamente, pela tomada de notas, taquigráficas ou não.* (Aubert, 1994, p.63).

Embora, hoje em dia, a interpretação consecutiva tenha sido amplamente substituída pela simultânea, continua a ser relevante em certos tipos de reuniões, principalmente em: tribunais, almoço de trabalho, visitas a locais de produção e investigação, ou ainda quando não existem equipamentos adequados para a realização da interpretação simultânea. (Delise e Woodsworth, 2003).

No caso do ILS, a interpretação consecutiva ocorre quando este profissional atua em situações de acompanhamento da pessoa surda, como: consultas médicas, audiências em tribunal, entrevistas de emprego e sala de aula.

Todavia, o mais comum é o ILS fazer uso da interpretação simultânea, ou seja, sinaliza a fala do ouvinte em tempo real, acompanhando, em frações de segundos, o discurso produzido em Português.

Nesse tipo de trabalho, não há espaços para pensar frases ou palavras mais apropriadas; essa, aliás, é a diferença entre ser tradutor e ser intérprete.

*Para algunos autores la característica definitoria de la interpretación es que la transmisión del mensaje a la lengua de destino sea inmediata, lo que implica que el intérprete escucha un mensaje en una lengua y realiza el cambio del mismo a la otra lengua con un breve lapso de tiempo de por medio, lapso apenas suficiente para oír y procesar el mensaje y al cual se le conoce por su nombre en francés: décalage.* (Plazas, 2000, p. 132)

Mesmo quando o ILS conhece todas as palavras apropriadas, o ato interpretativo exige uma reação tão imediata que não há tempo para pensar: faltam segundos, os sinais certos são

lembrados uma frase mais tarde, quando já não adiantam mais. *Uma reação imediata apenas é possibilitada pela combinação de conhecimento lingüístico das línguas envolvidas e a capacidade e poder de decisão ultra-rápidos.* (Hofmann e Lang, 1987 p.271). Para realizar essa tarefa, é necessário ao intérprete de língua de sinais conhecer os equivalentes entre as expressões típicas da língua de partida (Português) e as da língua de chegada (língua de sinais), nem sempre vertendo em sinais todas as palavras pronunciadas pelo ouvinte, mas procurando manter o sentido e buscando os efeitos produzidos pelo pronunciador do enunciado oral (os mesmos efeitos possíveis por certos atos lingüísticos marcados na prosódia, no corpo etc.).

*A construção de frases na Libras possui regras próprias. Se compararmos com o Português, observamos que em Libras não usamos artigos, preposições, conjunções, porque esses elementos estão “dentro” do sinal. Modos e tempos verbais, sufixos e prefixos, são produzidos por movimentos das mãos no espaço, em várias palavras. Seria também impossível pensar em traduzir ao “pé da letra” uma frase sinalizada, para outra língua qualquer. (Por exemplo: em inglês, perguntamos: How old are you? (“quanto velho você é?”). Em Português, corresponde a: “quantos anos você tem?”. Em Libras, sinalizamos: mão direita em “Y”, tocando de leve com o dedo mínimo na altura do lado direito do peito, e uma expressão fácil da pergunta. (Valverde, 1990 p.106.)*

Nesse contexto, realizar interpretação para a língua de sinais não significa sinalizar todas e/ou as mesmas palavras pronunciadas no Português pelo ouvinte, ou seja, ser literal. Assim sendo, é possível afirmar que ser intérprete de língua de sinais

é sinalizar, respeitando a estrutura gramatical da língua de sinais, um discurso<sup>21</sup> equivalente já dito no Português, possibilitando, dessa forma, a compreensão da mensagem pela comunidade surda. Ao ILS é necessário tomar um tópico qualquer e entender a sua estrutura, estabelecer um vocabulário em língua de sinais, habilidades estas sem as quais é impossível interpretar.

*Anderson (1978) describe la posición del intérprete como de potencial conflicto, en la cual el intérprete debe trabajar bajo presiones de tiempo, tensión mental y posible fatiga, mientras que toma decisiones rápidas. El intérprete puede desear ser simplemente un eco, pero los usuarios podrán intentar colocarlo en le papel de aliado o consejero. (Plazas, 2000, p. 136).*

Isso leva, muitas vezes, a pessoa que pretende atuar como intérprete a perceber que ela não teria condições de desempenhar profissionalmente essa função.

*Não se traduz, afinal, de uma língua para outra, e sim de uma cultura para outra; a tradução requer, assim, do tradutor qualificado, um repositório de conhecimentos gerais, de cultura geral, que cada profissional irá aos poucos ampliando a aperfeiçoando de acordo com os interesses do setor a que se destine seu trabalho. (Campos, 1986, p. 27-28)*

Nem sempre o profissional ILS tem consciência da necessidade de atualização de assuntos gerais, o que se deve, principalmente,

---

<sup>21</sup> Discurso, neste trabalho, será compreendido como [...] colocação em funcionamento de recursos expressivos de uma língua com certa finalidade, atividade que sempre se dá numa instância concreta e entre um locutor e um alocutário. (Possenti, 2001 p.64)

à concepção assistencial de que se o surdo tiver alguma informação em Libras já lhe é suficiente. Desse modo, é em parte compreensível que o trabalho do ILS ainda esteja relacionado ao voluntariado. A presença do ILS não é considerada um direito de cidadania, e sim um ato de benevolência às pessoas ainda consideradas deficientes.

Penso o contrário: ao ILS é necessário estar em constante atualização pois, como a comunidade surda pouco se beneficia dos meios de comunicação de massa, uma vez que somente três canais de televisão possuem serviços de legenda oculta<sup>22</sup> e em horários pré-selecionados, são inúmeras as situações em que o palestrante cita acontecimentos da atualidade para completar ou significar a sua fala. Assim sendo, o ILS precisa estar pronto a esclarecer, para a sua comunidade interpretativa, detalhes do assunto tratado pelo palestrante ouvinte. Dessa forma, o assunto exposto sobrevive na língua de sinais.

*Muitas vezes, a fim de estabelecer uma ponte entre as duas culturas a tradução tem que explicitar conhecimentos que são comuns entre os leitores do original, mas dos quais não partilham os leitores da tradução, por meio de notas de rodapé, glossários e outros recursos.* (Travaglia, 2003 p.85).

As informações que são acrescidas pelo tradutor, nas notas de rodapé, quase sempre acontecem, no caso do intérprete de língua de sinais, durante o ato interpretativo.

Nessas situações, o intérprete terá que escolher entre ignorar o desconhecimento do assunto pela comunidade

---

<sup>22</sup> Os canais que oferecem esses serviços são: Rede Globo de Televisão, Rede Record de Televisão e Sistema Brasileiro de Televisão-SBT.

interpretativa e seguir interpretando todo o discurso - isto é, todo o discurso que for captado por ele - ou interpretar menos informações do que está sendo dito e fazer com que a idéia do palestrante seja de possível compreensão pela comunidade surda, explicitando algumas informações já dadas como conhecidas pelos ouvintes e acrescentando as novas, figuradas pelo palestrante.

O intérprete necessita fornecer pistas suficientes à interpretação e à reconstrução do sentido na língua de sinais, tendo o cuidado, entretanto, de não explicar excessivamente, para não restringir a compreensão dos surdos, além da preocupação em não deixar conceitos totalmente desvinculados, que vão dificultar ou até impedir o estabelecimento da coerência do discurso na língua de sinais, ou seja, na língua de chegada.

Durante a interpretação, não raro, o ILS é interpelado pelo surdo, que solicita esclarecimento sobre um sinal desconhecido. Normalmente, o intérprete faz a opção por explicar o significado do referido sinal ou palavra que possa ter sido soletrada por meio do alfabeto manual (datilologia).

Um exemplo disso ocorreu num congresso de alcance nacional, com relação ao sinal inclusão. Após o ILS sinalizar repetidas vezes o sinal de INCLUSÃO, muitos surdos presentes lhe perguntaram o significado daquele sinal. O intérprete escolheu não continuar interpretando e, sim, esclarecer aos surdos a que o orador estava se referindo quando mencionava a palavra INCLUSÃO.

Nessa ocasião, o palestrante fazia uso da palavra INCLUSÃO para designar a entrada do aluno surdo na escola regular; inclusão, portanto, significava surdos e ouvintes juntos na mesma sala de aula na escola regular, qualificada como inclusiva. Depois de ter compreendido o significado do sinal, um

surdo formulou a seguinte pergunta para o palestrante: *E, se o surdo quiser estudar numa escola para surdos, ele pode escolher entre incluir-se ou não?* O entendimento da palavra, portanto, possibilitou a participação do surdo no debate.

Porém, dessa opção, advém um questionamento frequente: E o que palestrante disse, durante o tempo em que o intérprete estava dando os devidos esclarecimentos sobre a palavra inclusão, os surdos perderam? Em meu ponto de vista, a minha resposta para essa situação específica é *não*.

A perda estaria, a meu ver, em não compreenderem o contexto, a idéia da mensagem do orador, em não poderem expor a sua opinião sobre a sua própria educação, em não poderem estar incluídos pela palavra. O não-esclarecimento ocasionaria uma suposta fidelidade e a ilusão de ser possível transmitir tudo, durante o ato interpretativo. No momento em que o assunto foi esclarecido, o discurso do orador ganhou sobrevida na língua de sinais. Vale ressaltar que o sinal de INCLUSÃO surgiu devido à participação da comunidade surda, com a presença do intérprete de língua de sinais, nos congressos sobre a sua educação, nos quais este assunto tem sido abordado constantemente pelos ouvintes. O próprio sinal de INCLUSÃO já seria, para parafrasear Derrida (2002), uma sobrevida do discurso sobre a proposta de educação para os surdos; ou seja, pela via da interpretação, os dizeres e os saberes produzidos na língua de origem têm ecoado na língua de chegada, isto é, na língua de sinais.

Em situações assim, o intérprete terá que escolher entre ignorar o desconhecimento do assunto pela comunidade interpretativa e seguir interpretando todo o discurso. Essa é sempre uma escolha conflitiva para o ILS que, vale lembrar, em geral desempenha militância (política e/ou religiosa) no campo da surdez.

Algumas vezes, por conta desse papel militante, atribui-se ao ILS a autoria do enunciado que ele próprio traduz, como se ele tivesse ignorado o que o surdo tivesse sinalizado e criado seu próprio texto. Essa atitude evidencia a desqualificação que se faz dos surdos, no que se refere a sua capacidade de compreensão do assunto tratado; ao mesmo tempo, o intérprete é desqualificado ao ser colocado no lugar do trapaceador ou traidor.

Além disso, existem outros fatos que impedem, ou dificultam, uma boa interpretação, e que devem ser aqui considerados. Se o orador não tiver um domínio da própria língua (Português) e/ou do assunto, que lhe possibilite expressar com clareza as suas idéias, ou seja, se a mensagem for emitida em condições desfavoráveis na língua de partida, dificilmente será compreendida pelo ILS. Frequentemente, essa situação gera embaraço para o ILS e para os surdos pois estes percebem a insegurança do próprio intérprete. Nesses casos, os surdos tendem a interromper a interpretação e a pedir esclarecimentos.

Nessas situações, quando a platéia percebe que não está sendo realizada uma interpretação coerente, é comum atribuir o fracasso ao ILS (às vezes esse fracasso é mesmo da responsabilidade do próprio intérprete). E haverá outros que irão atribuir a não-compreensão do assunto à falta de capacidade da comunidade surda, reforçando o conceito da suposta incapacidade do surdo. A responsabilidade pelo fracasso será julgada segundo a concepção que as pessoas presentes têm sobre surdez, sobre a interpretação e sobre comunidades surdas. Entretanto, nunca se questiona o próprio orador, pois este já está revestido de imunidade (é falante da língua majoritária, possui legitimidade institucional para falar - em geral, possui algum título que o autoriza a estar na posição de palestrante ou professor/educador).

Não podemos ignorar que o intérprete de língua de sinais raramente tem acesso ao texto com antecedência, e, por essa razão, vai construindo a interpretação na língua de sinais à medida que o orador vai expondo suas idéias. Essa exposição, porém, nem sempre é seqüencial; usualmente, o orador se perde na mensagem, dando voltas no assunto sem dar nenhuma pista, o que deixa o intérprete perdido, nem sempre conseguindo retomar ao texto. Nessas ocasiões, não raro, a platéia ouvinte também se perde. Quando isso acontece, normalmente o ILS deixa de ser interlocutor/intérprete e torna-se locutor na língua de sinais, criando, inventando seu próprio discurso, quando conhece um pouco do assunto ou leu obras da pessoa que está com a palavra. Assim, pode ser possível que ele, o intérprete, faça um discurso coerente e, de modo geral, em concordância com o locutor ouvinte; caso contrário, o ILS segue escapando totalmente da mensagem enunciada no Português.

*Os piores desses problemas, cabe notar, decorrem em geral de uma falsa noção de “liberdade” de alguns tradutores, que, no afã de se mostrarem “livres”, parecem esquecer a “necessidade” do cumprimento de um compromisso mínimo assumido para com o autor da obra original; tais traduções, em não raros casos, descambam para o plano de meras “variações” sobre o tema ou os temas do original, com toda a sua carga de conotações, além das suas especificidades denotativas.* (Campos, 1983 p.129)

Nem sempre, portanto, há equivalência entre os textos originais e os vertidos em língua de sinais. O modo como o ILS entende que deva ser, eticamente, seu papel também influi. Caso o ILS considere a língua transparente e possível

decodificar um único sentido no discurso, esse intérprete realizará o seu trabalho da forma mais literal possível e, desse modo, já estará agindo sobre o discurso, pois ignorar informações que seriam necessárias para a compreensão da mensagem pelo surdo. O que lhe importa, nesse caso, é a língua em si e não a compreensão e apropriação do surdo pelo assunto exposto.

Em contrapartida, há aqueles que, partindo do pressupostos de que a sua compreensão é a mais correta, realizam uma interpretação totalmente aleatória em relação à fala do locutor ouvinte, criando seu próprio texto.

#### LIMITES E ABUSOS NO ATO INTERPRETATIVO

Como vimos no item anterior, o ato interpretativo será efeito do conhecimento que o ILS tem sobre comunidade surda, língua de sinais e assunto versado.

Segundo Humberto Eco (1997), há uma grande diferença entre usar um texto e interpretá-lo. O uso estende, sem nenhum parâmetro, o universo de sentido do texto. A interpretação, ao contrário, respeita a coerência do texto, ou seja, a unidade, a continuidade de sentido que ela possui e o contexto em que está inserido. *Se há algo para ser interpretado, a interpretação deve falar de algo que deve ser encontrado em algum lugar, e de certa forma respeitado.* (Eco, 1987, p. 50).

Quando há, por parte do intérprete, uso da mensagem original para o próprio proveito, essa situação deixa o surdo numa condição de grande dependência do ILS; este profissional, se é que podemos classificá-lo assim, torna-se o tutor desse surdo.

O abuso na interpretação é um fator complicador para a comunidade surda, justamente pela sua especificidade e sua história de exclusão social.

O fator complicador está ligado ao fato de ser uma profissão não regulamentada e por não haver qualquer instituição de ensino que se destine a formar intérpretes, estes são, geralmente pessoas do convívio e da confiança da comunidade surda. Quando o intérprete não pertence a uma comunidade surda, seu trabalho enfrenta dificuldades e, geralmente, está fadado ao fracasso, porque sua fala não terá crédito, *o intérprete é a pessoa em que o surdo mantém extrema confiança. Tanto profissional como pessoal* (FENEIS<sup>23</sup>). Sendo esse intérprete escolhido pela comunidade surda, dificilmente a sua “fala” ou interpretação será questionada<sup>24</sup>, até que ele seja pego em contradição. Caso isso ocorra, já terá feito muito uso de diversos discursos, criando um ciclo vicioso, que poderia ser assim explicado: “quanto mais amigo eu for do surdo, mais ele acredita em mim, mais eu uso da mensagem para manipular e mais ele acredita em mim e assim sucessivamente”.

Essa é uma das grandes razões de muitos surdos terem desconfianças enormes com relação à atuação dos intérpretes e, em consequência disso, alguns surdos impõem ao intérprete exigências incabíveis<sup>25</sup>, chegando ao extremo de se envolverem na vida pessoal dos ILS.

Caso o surdo queira se aproximar do professor e lhe direcionar uma pergunta, quase sempre o fará com auxílio do intérprete que, por sua vez, estará entre a pergunta ao professor e a resposta para o aluno.

---

<sup>23</sup> Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos – FENEIS. [www.feneis.com.br](http://www.feneis.com.br).

<sup>24</sup> Boa parte das considerações que farei às páginas seguintes são baseadas nas experiências que acumulei ao longo dos anos: interpretando, ouvindo intérpretes, observando as relações que se estabelecem entre os distintos pareamentos, fazendo parte da lista de discussão compostas por ILS e etc...

<sup>25</sup> Refiro-me a tais exigências: a) disponibilidade 24 horas; b) priorizar as necessidades dos surdos acima de suas próprias prioridades; c) não avisar o intérprete com antecedência, enviando e-mail ou mensagens de texto e querer ser atendido naquele momento; d) interferir nas amizades; e) querer saber quais os locais que frequenta.

O Português escrito, principalmente os termos idiomáticos e as gírias, como sabemos, é para a maioria da comunidade surda, de difícil compreensão. Por essa razão, caso esse surdo procure compreender a fala do professor pela interação no texto escrito, normalmente, em algum dado momento, pedirá para o intérprete uma explicação ou outra de alguns conceitos da língua portuguesa.

Logo, dificilmente o surdo tem acesso com clareza ao original, quer seja esse original a fala do professor, quer seja um texto escrito. Mesmo que o surdo perceba atitude do intérprete, e quase sempre ele percebe, improvável que ele tenha como denunciar e - ainda mais grave - não há para quem ou onde denunciar.

A palavra é evanescente, a interpretação escapa a provas. A menos que esteja sendo filmado diariamente, o intérprete de língua de sinais tem total “liberdade” para atuar, ou seja, é de sua escolha e decisão interpretar a aula ou fazer uso dela para proveito seu.

E, caso o surdo resolva não mais utilizar os serviços desse intérprete na sala de aula, é bem possível que ele fique sem nenhum auxílio: em consequência da não-oficialização da profissão e dos baixos salários, é raro conseguir um intérprete na sala de aula, independentemente da qualidade de sua atuação.

E quais seriam os limites da interpretação, uma vez que, como já vimos, o sentido é construído pelo receptor da mensagem não há somente um único sentido a ser decodificado e extraído. Isso não torna o processo de interpretação incontrolável, há, na mensagem, pistas, o contexto, que nos remetem a vários sentidos que serão confirmados por outros elementos do texto. Ou seja, no entendimento global da mensagem, não pode o texto/discurso ser interpretado fora do seu

contexto. Em outras palavras, a interpretação/compreensão de uma parte do texto será válida se estiver de acordo todo o texto/mensagem.

Conforme assinalamos anteriormente, ao nos referirmos ao entendimento de Eco, a interpretação de um texto, no caso do intérprete de língua de sinais, configura-se na compreensão da mensagem e ocorre sempre que respeitamos a sua coerência. Segundo Eco (1993, p.76):

*(...) qualquer interpretação feita de uma certa parte de um texto poderá ser aceita se for confirmada por outra parte do mesmo texto, e deverá ser rejeitada se a contradisser. Neste sentido, a coerência interna do texto domina os impulsos do leitor, de outro modo incontrolláveis.*

Se o uso de um texto/mensagem é ilimitado, a sua interpretação não o é. O limite da interpretação/compreensão é dado, em primeiro lugar, pela idéia segundo a qual um texto ou discurso é um todo coerente. Ou seja, ao compreender a mensagem, mais especificamente a matéria exposta pelo professor na sala de aula, o ILS deve considerar todo o contexto da matéria, e não somente uma fala específica. Nesse caso, havendo dúvidas, é possível ter acesso ao professor e perguntar-lhe o que quis dizer em determinadas situações.

É preciso salientar que o intérprete na sala de aula parte sempre de uma realização verbal precisa, de uma unidade lingüística concreta, perceptível pela audição, e, por princípio, ele não pode modificar a construção verbal original, a montagem do texto anteriormente feita, pois é essa composição, esse arranjo que vai oferecer-lhe as marcas, as pistas para sua construção de uma outra/mesma “aula”, em língua de sinais.

Entretanto, o compromisso do intérprete não se define tão somente na relação no Português/língua de sinais. Como instrumento humano, suporte para a educação dos surdos nas salas de aulas inclusivas, é de se esperar que o intérprete tenha, como de fato a maioria o tem, em grau passível de certa variação, é verdade, um compromisso com as expectativas do aluno surdo.

#### ALGUNS ASPECTOS DA FORMAÇÃO DO ILS CONSIDERADOS IMPORTANTES NA FORMAÇÃO DO INTÉRPRETE DE LÍNGUA DE SINAIS.

Reportando-nos aos documentos da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE (Brasil, 1996) podemos dizer que, para o exercício da profissão de intérprete de língua de sinais, são necessários três requisitos básicos: conhecimento sobre a surdez, domínio da língua de sinais e bom nível de cultura. (anexos)

“CONHECIMENTO DAS IMPLICAÇÕES DA SURDEZ NO DESENVOLVIMENTO DO INDIVÍDUO SURDO” (Brasil, 1996, p. 4)

Essa exigência, colocada pela CORDE, desmistifica a idéia de que o intérprete de língua de sinais é neutro. Pois, como sabemos, há diferentes concepções sobre a surdez e, ao cumprir esse requisito, o ILS já estará de antemão constituído de um pré-conceito sobre a surdez e, conseqüentemente, sobre a pessoa surda. Esta informação afetará diretamente a sua atuação como intérprete.

A guisa de um rápido resumo, lembro que há dois modos distintos de se entender a surdez. Para um deles, conhecida como clínico-terapêutica, a surdez é vista como doença/déficit

e o surdo como deficiente auditivo. Considerando-se a surdez como um déficit, defende-se a tese de que a pessoa com surdez necessita de um trabalho de reabilitação oral para suprir, ou sanar, essa falta e, assim, ser “curada”. A “cura”, nos casos de crianças que nascem surdas, está relacionada, na maioria das vezes, ao aprendizado da linguagem oral, ficando implícito que, quanto melhor a sua fala for, melhor terá sido seu processo de reabilitação. Nessa concepção, a língua de sinais é tida como inferior à língua oral, e só é ensinada ao surdo quando adulto e quando este não foi capaz de ser oralizado. (Silva, 2000)

Contrária à visão clínico-terapêutica, a visão sócio-antropológica utiliza o termo “surdo” para se referir a qualquer pessoa que não escute, independentemente do grau da perda (no melhor ouvido). Nesta visão, a surdez é concebida como diferença e os surdos, como membros de uma comunidade lingüística minoritária. Assume-se, nesta perspectiva, como direito das crianças surdas o acesso à língua de sinais o mais cedo possível. Considerar a surdez uma diferença implica, entre outras coisas, respeitar a língua de sinais enquanto tal e aceitá-la como forma legítima de aquisição de conhecimento pela pessoa surda. (Silva, 2000).

A partir da escolha de uma dessas concepções, o ILS irá construir o discurso em língua de sinais, podendo ser mais ou menos equivalente ao discurso do ouvinte, dependendo do conceito que ele tem sobre surdez e, conseqüentemente, sobre a língua de sinais.

No caso do intérprete de língua de sinais, se estiver inscrito na primeira concepção, ou seja, na clínico-terapêutica, considerará o seu trabalho como assistencial, se perceberá um ajudador que, no momento interpretativo, está praticando uma

boa ação. Por conta disso, geralmente aceita interpretar gratuitamente, pois a sua satisfação está justamente em “ajudar os necessitados”.

Normalmente quando se tem essa concepção, o intérprete pode sentir-se perfeitamente à vontade para criar novos “sinais”, crendo estar ampliando o “vocabulário das pessoas surdas”.

Essa atitude acarreta uma situação interpretativa de baixa qualidade, e contribui para propalar vários estereótipos sobre os surdos, principalmente aquele que diz que a língua de sinais pode ser aprendida facilmente e que é simples. Do mesmo modo, pode endossar a classificação preconceituosa do surdo usuário da língua de sinais como limitado em sua habilidade para compreender e expressar pensamentos abstratos.

Quase sempre, quando um intérprete realiza um trabalho ruim, seja utilizando a LS de maneira confusa ou simplista ou traduzindo o discurso de uma pessoa com sinais ininteligíveis, é o surdo que se sente diminuído, humilhado e desprezado intelectualmente.

Em contrapartida, se o intérprete tem como escolha a segunda concepção, ou seja, tem a comunidade surda como minoria lingüística, a postura durante o ato interpretativo será outra. Não se colocará, tão facilmente, diante da comunidade surda como um protetor e sim de profissional da tradução.

Terá, talvez, uma preocupação maior com a qualidade da interpretação, e principalmente, terá menos (ou nenhum) preconceitos com relação a língua de sinais. Essa atitude produzirá uma interpretação mais coerente e não inferior à mensagem enunciada no Português.

Ao se colocar como profissional da tradução, o intérprete de língua de sinais tende a pesquisar sobre a sua atuação e a não se limitar à aprendizagem decorrente da prática.

“BOM NÍVEL DE CULTURA”, AQUI NESTE TRABALHO COMPREENDIDO COMO CONHECIMENTO DE MUNDO. (Brasil, 1996, p.4)

Segundo Graça (2002), do ponto de vista da prática da tradução, a cultura é, num sentido mais amplo, um lugar de conhecimento intersubjetivo que permite atualizar, cada vez com mais eficácia, uma relação de equivalência interlingual. A cultura permite intuir, reconhecer, experimentar ou investigar os hábitos lingüísticos e extralingüísticos, as idiossincrasias e os mecanismos inconscientes que podem estar por detrás da produção e recepção do texto de partida e do texto de chegada. Segundo a autora este lugar de operacionalidade é componente insubstituível da competência do tradutor/intérprete.

Num sentido mais restrito, os conhecimentos adquiridos pelo intérprete (ou a sua cultura) lhe permitem selecionar alternativas translatórias, nos casos em que o contexto lingüístico e o contexto situacional não sejam suficientes, porque, no ato tradutório, são atualizados horizontes de natureza ideológica, lógica, emocional e textual.

De fato, nosso conhecimento de mundo é produto das nossas vivências de cada dia, efeito de estudos, leitura e/ou experiências de vida. Adquirindo, não se apresenta como uma espécie de massa desordenada e estática, mas como algo dinâmico, que se renova e está disponível para ser ativado pelas solicitações do cotidiano. (Travaglia, 2003).

Não me refiro, neste trabalho, às diversas experiências de mundo para locutores diferentes dentro da mesma língua, mas considero o que poderia ser comum e o que poderia ser

diferente, numa esfera maior, para pessoas pertencentes a diferentes grupos lingüísticos.

*Os elementos lingüísticos que o texto oferece, porém, representam apenas uma parte daquilo que é necessário para que se possa estabelecer o seu sentido; a outra parte vem do conhecimento do mundo, esta espécie de grande dicionário enciclopédico do mundo e da cultura que temos na memória e que nos permite, então, fazer a ponte entre o lingüístico e o extralingüístico. (Travaglia, 2003 P.79)*

Ao ouvirmos um discurso é o nosso conhecimento de mundo, com tudo o que ele tem de complexo, que nos auxilia estabelecer as diversas ligações necessárias para que esse mesmo discurso tenha significado, isto é, seja coerente para nós. Para que possa ser compreensível, é necessário, pois, um certo equilíbrio entre as informações “novas”, que constituem a própria razão do discurso, e as informações “velhas”, isto é, os “dados” nos quais o receptor ou público-alvo vai ancorar-se para construir sentido.

Ao produzir um discurso, o locutor pressupõe que seu ouvinte compartilhe de uma dose de conhecimentos que lhe possibilite entender o assunto. Tanto é assim que, à medida que produz seu discurso, vai realizando os ajustes necessários para evitar, ao mesmo tempo, o excesso de informações novas e de informações supostas por ele velhas, o que tornaria o discurso repetitivo e maçante para sua platéia. O público-alvo, ao ouvir o discurso, situa-se, de certa forma, naquele circuito de conhecimentos partilhados com o locutor do discurso original, o que lhe facilita a compreensão.

Quanto ao intérprete, que não deixa de ser um interlocutor especial, uma vez que sua compreensão tem como objetivo a

construção de um outro/mesmo discurso na língua de sinais, podemos dizer que deve partilhar de uma dose de conhecimento se não equivalente, pelo menos aproximada ao do receptor do discurso original, isto é, da platéia ouvinte, mas também deve partilhar do conhecimento da comunidade surda a quem está sendo destinada a interpretação. *A atividade tradutória é inerentemente intelectual – portanto, o exercício intelectual, seu alicerce.* (Alfarano, 2003, p. 37).

O ILS, na realidade, partilha dos dois mundos veiculados pelas duas línguas: o do original (Português) e o da interpretação (língua de sinais).

O ILS é quem se encarrega de (re)conciliar, em outro/mesmo discurso, essas diferentes visões de mundo e, nessa mediação, estará presente a própria visão de mundo do intérprete, que normalmente é um ouvinte, e iniciou a sua participação na comunidade surda já na idade adulta.

DOMÍNIO DA LÍNGUA DE SINAIS, QUE COMPREENDEREMOS COMO CONHECIMENTOS LINGÜÍSTICOS. (Brasil, 1996, p.4)

O intérprete em geral só adquire fluência na língua de sinais na convivência com a comunidade surda. Vale lembrar que a oferta de cursos de língua de sinais com instrutores surdos é bem recente; na cidade de Campinas, especificamente, esses cursos começaram a ser divulgados em 1999<sup>26</sup>. Anteriormente a esse período, os cursos de língua de sinais eram oferecidos por ouvintes que já realizavam trabalhos em instituições religiosas. Normalmente, os cursos eram oferecidos gratuitamente.

---

<sup>26</sup> A princípio o curso começou a ser oferecido na Faculdade de Educação da UNICAMP, no Centro de Pesquisas e Estudos em Reabilitação Prof. Dr. Gabriel Porto – CEPRE e posteriormente na Associação de Surdos de Campinas – ASSUCAMP.

Atualmente, existem, em algumas cidades brasileiras, tais como: Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, cursos oferecidos pela FENEIS, com instrutores surdos, que ensinam sobre gramática da língua de sinais. Mas nem todos os intérpretes que atuam nas instituições de ensino realizaram esses cursos; na sua grande maioria, a fluência da língua de sinais está nas mãos daqueles profissionais que possuem constante contato com a comunidade surda fora dos espaços institucionais, ou seja, nas associações, *shoppings* e em eventos diversos.

Não podemos, de forma alguma, descartar como auxílio para os intérpretes os dicionários de Língua Brasileira de Sinais produzidos recentemente. Existem dois dicionários em formato de CD-ROM: um produzido por surdos do Instituto Nacional de Educação dos Surdos – INES<sup>27</sup>, na cidade do Rio de Janeiro, e outro produzido pelo Governo do Estado de São Paulo<sup>28</sup>, ambos oferecidos gratuitamente. E há ainda, produzido na USP, pelo pesquisador Capovilla<sup>29</sup>, o *Dicionário Trilingüe da Língua Brasileira de Sinais*, que é composto por dois volumes, onde podemos encontrar a palavra em Português, o sinal em língua de sinais, a palavra em inglês e na escrita da língua de sinais. É uma obra gigantesca, indispensável a todos os intérpretes.

E ainda há os vídeos de histórias infantis, em língua de sinais, produzidos por surdos do INES, e também os vídeos produzidos pela LSB Vídeo, com histórias infantis, fábulas, números e outros dados variados.

---

<sup>27</sup> *Dicionário Digital da Língua Brasileira de Sinais* – versão 1.0 – Secretaria de Educação Especial-SEESP-MEC-INES. 2002.

<sup>28</sup> *Dicionário de Libras Ilustrado* – Governo do Estado de São Paulo, junho de 2002.

<sup>29</sup> *Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilingüe da Língua de Sinais Brasileira*, Vol. I e I: Sinais de A à Z/ Fernando César Capovilla, Walkiria Duarte Rafathel: (Editores) Ilustração: Silvana Marques. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

Todo esse material tem contribuído para o aperfeiçoamento do ILS, pois, através desses recursos tecnológicos, os intérpretes se apropriam de conceitos construídos para o estudo da língua de sinais tais como: classificadores, expressão corporal, expressão facial, gramática e outros.

Também na convivência com os surdos, o ILS desenvolve o seu conhecimento de sinais, que excede os seus aspectos formais e que abrange os usos sociais dela (expressões idiomáticas, trocadilhos, etc) que dela são constituídos. Durante o ato interpretativo, tais conhecimentos poderão ser utilizados como recursos lingüísticos, na ocasião em que o locutor ouvinte fizer uso de termo engraçado e que, não raro, nada significa para o surdo. Dessa forma, é possível produzir-se, nos surdos, a mesma reação que se desejou produzir na comunidade ouvinte.

*O conhecimento lingüístico, ou seja, o conhecimento dos recursos de que dispõem tanto a língua de partida quanto a língua de chegada para concretizar a intenção comunicativa dos seus falantes é de inegável importância para o tradutor, uma vez que este parte de um objeto concreto e deve chegar a outro objeto concreto; trabalha a partir das marcas formais da língua de partida e deixa impressas marcas formais na língua de chegada.* (Travaglia, 2003, p. 78-79)

Uma questão bastante ignorada na formação de intérpretes de língua de sinais é o quanto esse profissional deveria conhecer a língua portuguesa; talvez seja pelo fato de: a) o não reconhecimento do direito do cidadão surdo ter um profissional competente; b) a imagem desqualificada e assistencial do ILS qualquer um serve; c) a LS é concebida como um código de segunda ordem em relação ao Português – qualquer um que fale Português e conheça os sinais também serve.

Se o ILS não tiver conhecimento do Português, provavelmente terá dificuldade em ser coerente na construção do discurso em língua de sinais, ou poderá omitir um trecho da mensagem, por não conhecer o vocabulário exprimido pelo locutor.

*La proficiencia en las dos lenguas es un aspecto fundamental para el buen desempeño de la interpretación pues la falta de conocimiento del funcionamiento de la lengua de señas o de la lengua oral, en una situación particular de comunicación, por ejemplo, cuando el intérprete se enfrenta a palabras técnicas que ignora o a expresiones propias de una de las dos lenguas que desconoce, pueden llevarlo a utilizar la lengua que domina con mayor fortaleza ante la situación, sacrificando la comprensión del receptor sordo o sordociego. (Plazas, 2000, p. 135)*

## CAPÍTULO V

### TEORIA DA TRADUÇÃO E PRÁTICA DO INTÉRPRETE DE LÍNGUA DE SINAIS: DIÁLOGOS POSSÍVEIS

*É da teoria , ou da teorização, que derivam as práticas conscientes, lúcidas, capazes, a qualquer tempo, de se justificarem, de se defenderem, de se imporem (...)*

*Da teorização nasce a conscientização (awareness).*

*É a partir da conscientização que se faz uma prática verdadeiramente profissional, não escolar.*  
(Aubert, 2003, p.14-15)

O presente capítulo constará de um conjunto de sete entrevistas obtidas através do *egroup: brasils.Tradutor Intérprete de Língua de Sinais – <http://br.Groups.Yahoo.Com/group/brasils/>*. Trata-se de um grupo de discussão cujo objetivo principal é discutir assuntos como ética e técnica de interpretação, além de compartilhar as dificuldades vivenciadas no cotidiano dos intérpretes. A lista de participantes não é restrita somente aos intérpretes: inclui surdos, professores, pesquisadores da área da surdez e ouvintes interessados no tema, com abrangência de intérpretes e surdos de outros países da América Latina.

Procurava encontrar as recorrências das histórias de vida dos intérpretes: o que os levou a optar pela atividade de interpretar enquanto uma carreira profissional, mesmo não reconhecida e mal remunerada, e o quanto havia consciência, mesmo sem a formação específica, da complexidade dos aspectos que envolviam tal escolha.

Durante as celeumas que ocorriam na lista, e às vezes ainda acontecem, fui percebendo, com relação aos intérpretes participantes do grupo, não apenas sua proveniência de diversas regiões do País nas discussões e o grau de informação contido nas respostas, mas também a influência que tinham em seus locais de atuação e sobre os participantes da lista de endereços eletrônicos.

Dessa forma, a opção pelos entrevistados não foi aleatória: a tentativa foi de verificar as condições de atuação e formação desses profissionais que mais se destacavam. Escolhi sete intérpretes de vários Estados, considerando as diferentes regiões do Brasil: os que apresentavam maior número de argumentos e de presença na lista e que estavam em posição de liderança na sua comunidade. Enviei a cada um deles um e-mail, expondo os objetivos desta pesquisa e propondo sua participação.

A receptividade foi imediata, devido à ausência de produção acadêmica voltada ao tema.

A entrevista constou de um questionário com 21 perguntas. Para não tornar exaustiva a leitura do trabalho, selecionei apenas algumas das questões para serem analisadas, bem como algumas das respostas dos entrevistados, o que julgo suficiente para ilustrar o propósito desta análise.

Tenho consciência da impossibilidade de incluir aqui a representação dos intérpretes de todos os Estados brasileiros,

mas sei que há ILS realizando o seu trabalho no anonimato, como voluntários ou não, através dos contatos na própria lista. Visto o limite imposto pela dissertação, mesmo sabendo da grande diversidade, acredito na possibilidade de se vislumbrar, nos dados que recortei para a análise, a realidade da maioria dos intérpretes.

O objetivo dessas entrevistas foi, justamente, dar um panorama do ato interpretativo do ponto de vista de seus sujeitos, ou seja, os intérpretes de língua de sinais.

Os pesquisados são sete: cinco mulheres e dois homens. Pertencem aos Estados: Ceará (1), Minas Gerais (1), Rio de Janeiro (1), São Paulo (2), Mato Grosso do Sul (1) e Rio Grande do Sul (1). Alguns deles são formados em: Pedagogia (2), Odontologia (1), Letras (1), Educação Física (1); dos outros dois, um cursa Comunicação Social e o outro havia concluído o Ensino Médio. Todos serão aqui identificados pelas iniciais de seus nomes e os respectivos Estados a que pertencem.

Desejo que, tanto os comentários feitos a partir das respostas dadas nas entrevistas, como as próprias respostas em si, possam contribuir para enriquecer o estudo sobre as questões implicadas no *corpus* desse trabalho, sobretudo no que diz respeito à real inserção do intérprete de língua de sinais no campo dos Estudos da Tradução.

As páginas deste capítulo reúnem o pensar sobre o ato interpretativo, por parte daqueles que praticam a interpretação da língua de sinais, com o pensar do fazer tradutório, por parte daqueles que, para além da prática da tradução, também praticam o pensar sobre o ato tradutório.

Em síntese, as entrevistas debatem o percurso temático deste trabalho e, explícita ou implicitamente, perpassam os seus diversos desdobramentos – a formação do ILS, a noção sempre fugaz da “fidelidade”, a relação entre surdos e ouvintes, o papel

do ILS na educação dos surdos (assunto atual e polêmico) -, indagando sobre os diálogos possíveis entre Teoria da Tradução e a prática do intérprete de língua de sinais.

Diálogos que se fazem urgentes, ou melhor, que se vêm fazendo urgentes a partir do movimento da inclusão social e educacional dos surdos sinalizadores.

## COMO NOS TORNAMOS INTÉRPRETES

A história dos intérpretes apresenta dois locais de formação: a igreja (3) e os lugares públicos freqüentados por surdos (4). Isto é, a aprendizagem da língua de sinais se dá no contato direto com as pessoas surdas e *ser reconhecido como intérprete* depende da legitimação desse papel por um grupo de surdos.

Podemos verificar a formação na igreja no seguinte relato:

*Já estou atuando na comunidade surda há 6 anos. Tudo iniciou no ano de 1998 na Igreja Cristã Evangélica de Messejana, da qual sou membro. Sempre observava com grande interesse a interpretação do Ministério com Surdos. Assim, aos poucos fui aprendendo e aprimorando meus conhecimentos através de cursos, palestras, congressos, leituras e principalmente em contato com a comunidade surda. Sempre afirmo que o intérprete não é conhecido por fazer sinais bonitos ou ter anos de “experiência”, mas sim, os próprios surdos é que o nomeiam como intérprete, vendo a sua postura e ética no meio da comunidade surda. N. (CE)*

E também a formação em espaços públicos, no relato a seguir:

*Sou ILS há 6 anos. Comecei minha trajetória não com o objetivo de tornar-me um ILS. Aos 15 anos, na cidade de*

*Manaus – Estado do Amazonas, onde morava, iniciei na prática doskate e na “tribo” da qual fazia parte havia dois surdos usuários da LS. Tinha muito interesse em me comunicar com eles. Em pouco tempo eu, Marcos e Sergio (surdos) já éramos amigos inseparáveis e pouco a pouco adquiria fluência na LS. Através deles comecei a participar da comunidade surda e a freqüentar uma igreja evangélica que tinha trabalhos religiosos voltados ao segmento. Certa vez estávamos todos na “praça”, ponto de encontro diário da comunidade surda em minha cidade, e um político da região solicitou a presidente da Associação de Surdos a oportunidade de falar aos surdos ali presentes. Não havia ILS no local, então ela me chamou para realizar essa tarefa. No início disse que não estava preparado, mas ela me incentivou dizendo que já conhecia o bastante para iniciar nessa prática e com o tempo aprenderia mais e mais. Tomei coragem e fui. A partir aí a comunidade surda não mais me via como um “amigo”, passei a ser reconhecido por eles mesmos como ILS. J. (MS)*

Não há, ainda, órgãos competentes que legitimem a pessoa a ser intérprete, salvo alguns cursos ministrados pela FENEIS de alguns Estados, pois nem todos os escritórios regionais estão estruturados para oferecer tal certificação.

Vale ressaltar que são surdos os professores desses cursos e que a certificação é dada pela FENEIS, composta também por surdos. Ou seja, mesmo recorrendo a uma instituição de capacitação, quem os nomeia intérpretes continuam sendo surdos de uma dada comunidade, que normalmente já conhecem previamente todos os candidatos que realizarão a prova. Portanto, a aprovação se dá mais especificamente pela aceitação do candidato na comunidade do que exatamente pela sua fluência em Libras.

Nesses casos, a procura, pelo “intérprete”, de um curso de língua de sinais ou da certificação é mais para responder a uma demanda social, para constar no currículo e não exatamente para tornar-se intérprete. Pois, ao chegar ao estágio de procurar a certificação, é bem provável que ele já atue na comunidade como tal.

Podemos encontrar esse fato no relato de M. (RS):

*(...)Depois, precisando de um certificado para a prova de títulos do estado (que dá acesso a mudança de nível no quadro geral do funcionalismo), fiz um curso de Libras, só pra constatar, e acabei sendo convidada por uma professora e também ILS a trabalhar na escola onde o curso ocorria.*

E também no que diz J. (SP):

*Sou ILS há 5 anos. Comecei a aprender língua de sinais em 1996 na minha igreja, em 1998 fui convidada para realizar uma prova na FENEIS<sup>30</sup> e nesta época comecei também a atuar como ILS da Federação. Acredito que a nomeação oficial ocorreu ao ser aprovada nessa avaliação.*

Nessa forma de nomeação, o surdo tem o privilégio de escolha do intérprete: existe um jogo de poder baseado na aceitação ou não desse ouvinte como intérprete. Os surdos têm consciência desse jogo e inicialmente fazem uso desse ouvinte – suposto intérprete – de forma irrestrita.

Quando o ouvinte percebe esses usos, normalmente já está esgotado e tão envolvido com os assuntos da comunidade

---

<sup>30</sup> A banca para a certificação de um intérprete é composta por membros surdos e não somente surdos da Federação, sempre presidida por uma pessoa surda.

surda, seus problemas, suas lutas, suas particularidades, que é quase impossível fazer o caminho de volta.

É o momento de maior tensão entre surdos e intérpretes, pois, ao desejar definir um limite para sua atuação na comunidade surda, nem sempre ele é bem compreendido e, neste momento, é necessário muita paciência e perseverança de ambas as partes até que a tensão diminua e possa haver respeito às limitações do ILS e a sua vida social para além do convívio com os surdos.

Entretanto, há aqueles que nunca conseguem se distanciar o suficiente para se deslocarem da condição de “amigos”, “benfeitores” e se tornarem profissionais da interpretação.

Eis o que, a esse respeito, nos revela R. (MG):

*Sou R.; tenho 18 anos; meus pais são surdos; sou a caçula de 3 filhas onde a do meio é surda também; minha mãe conta que o médico da família afirmou que, se ela tivesse um 4º filho, poderia ter alguma deficiência, já que ela tinha perdido o 1º; então seriam só as 2 filhas mesmo; passado o tempo, minha mãe descobriu que estava grávida de novo; a família foi toda contra, pois, além da situação financeira não estar boa, o bebê poderia ter alguma deficiência, e outro “deficiente” na família não seria aceito. Meus pais insistiram e nasci eu e com muita sorte e saúde sem nenhuma deficiência. Com meus 5 anos passei a ser o braço direito de meu pai na tapeçaria que ele tem e, como ele sempre foi visto como líder da comunidade surda de Uberaba, minha casa sempre teve surdos, daí então o grande contato. A princípio ficava chateada, pois tinha que sempre ser a intérprete de todos, nunca podia brincar nas festi-*

*nhas das minhas coleguinhas, pois tinha que interpretar a conversa de meus pais com os pais das minhas coleguinhas. Hoje vejo que graças aos meus pais tenho a oportunidade de existir e com princípios. Enfim, vejo no meu trabalho atual a continuação do projeto de meus pais em ver o surdo como cidadão.*

E, ainda, no depoimento de J. (SP):

*(...)mas o começo de tudo foi muito complicado em minha vida, foi um choque cultural violento, a fase da “conquista” desta Comunidade me fez sofrer demais, a ponto de quase desistir de absolutamente tudo. Já passei por muitas situações constrangedoras e humilhantes, já precisei me expor, já fui bem ferida emocionalmente, já vivenciei momentos bastante difíceis de questionamentos e ser colocada em prova, enfim, não foi nada fácil entrar no “Mundo Surdo”, uma aventura e tanto!*

A partir dos relatos, confirma-se que a interpretação da língua de sinais não é considerada uma atividade profissional, por não ser institucional a aprendizagem da língua, necessário que haja esse tempo de “conquista”, tempo de estranhamento entre as pessoas oriundas de grupos lingüísticos diferentes.

*Como a interpretação é uma atividade tão própria do homem, implicando um ato direto, imediato e extremamente pessoal entre indivíduos dotados muitas vezes de personalidade marcante, sua história é uma história de problemas. Há questões de lealdade (intérpretes que mudam de lado), quebra de etiqueta e até mesmo violação da ética. (Delisle e Woodsworth, 2003, p. 286-287)*

Lembrando que, por mais que o surdo goste de um intérprete, este sempre será visto como de fato ele é, ou seja, ouvinte, falante da língua majoritária e, portanto, estrangeiro ao grupo; por essa razão é sempre visto com desconfiança. Quando estamos na comunidade surda, os papéis são trocados: nós, ouvintes, somos a minoria, somos os estrangeiros que precisam aprender uma língua diferente da nossa, se quisermos conviver e sobreviver nessa dada comunidade.

Esse processo de formação, ou seja, estar junto ao grupo estrangeiro do qual se pretende aprender a língua, não é uma característica única dos intérpretes de língua de sinais: assim também acontecia com os intérpretes das línguas orais.

*Movidos por considerações estratégicas e comerciais, Samuel de Champlain, colonizador da Nova França e fundador da cidade de Quebec (1608), dispôs-se a formar intérpretes de modo mais deliberado, criando na nova colônia a instituição dos “intérpretes residentes” (interprètes-résidents). Jovens franceses de espírito aventureiro eram colocados nas tribos indígenas com as quais os franceses comerciavam; viviam entre os nativos, vestidos como eles, caçando, pescando e tomando parte nas suas atividades cotidianas. Dessa forma, mediante o contato diuturno com os índios, esses intérpretes se familiarizavam não só com a sua língua mas também com a sua maneira de pensar, servindo como intermediários muito eficientes entre os nativos e os europeus, colonos e comerciantes, e funcionando, ao mesmo tempo, como guias, exploradores, diplomatas e negociantes. (Delisle e Woodsworth, 2003, p. 272)*

O mesmo observamos no relato de M. (RS):

*(...)Trabalhei um ano como voluntária na criação do Grêmio Estudantil daquela escola e foi ali que realmente minha língua de sinais cresceu. Eu só lidava com surdos, todo o tempo, em conversas, assembleias, discussões sobre a organização do grêmio e, como vários alunos não sabiam me dizer a tradução dos sinais que eu não conhecia, eles me explicavam em LS mesmo. Foi ótimo! A língua portuguesa não entrava ali e me vi obrigada a aprender os conceitos diretamente em Libras. Me sentia uma criança surda aprendendo somente pelo canal visual.*

No relato de Deslisle e Woodsworth (2003) os franceses se deslocavam para os campos para se formarem como intérpretes com o interesse comercial: era um ato político de colonização.

Não é muito diferente o que acontecia e acontece com alguns ouvintes, ao se aproximarem dos surdos para aprenderem a sua língua. Normalmente são as pessoas movidas por grande compaixão que desejam ajudar as pessoas surdas. Tais intérpretes são denominados conservadores.

*O intérprete conservador: estratégias presentes: abusa da diversidade, compara constantemente, acusa os surdos de serem inferiores, despoja o surdo de sua legitimidade, estabelece práticas e discursos de assimilação. A sua espacialidade é violência, é fixação, é normalização do surdo. Esta posição tem suspeita de aparato colonial do intérprete. Penãlver (2001, p. 59) pergunta: como o outro que se exhibe com egoísmo pode entrar numa relação com o outro sem privá-lo de sua alteridade. Neste lugar aparece o surdo colonizado, ele*

*difícilmente escapará. Problemática da relação entre os intérpretes, eles trabalham como pais, mães, professores... A função do intérprete nesta posição é ambivalente.*

*As narrativas surdas a respeito deste intérprete é que ele assume lugar do professor, do intelectual. Ele impõe respeito e nós calamos! Ele impõe a voz do colonizador. (Perlin<sup>31</sup>, 2004)*

A história da formação dos intérpretes de línguas orais tem aspectos similares com a história dos intérpretes de língua de sinais, segundo Delisle e Woodsworth (2003); até os tempos modernos acreditava-se que os intérpretes nasciam feitos. Ou seja, eram dotados de dons para o exercício da atividade. Embora, afirmam os autores, já existissem o treinamento e ensino das línguas estrangeiras, o ensino técnico de interpretação só começou na primeira metade do século XX.

*Contudo, até o século XX, os intérpretes tinham que aprender o seu trabalho enquanto trabalhavam - pelo método dos acertos e erros ou, na melhor das hipóteses, por meio de programas especiais oferecidos pelos seus empregadores. Só na década de 1940 surgem programas universitários destinados a treinar intérpretes profissionais, independente dos programas tradicionais de língua e literatura. (Delisle e Woodsworth, 2003, p 265)*

Os ILS ainda não têm como obter uma formação específica; portanto, apenas o contato com as comunidades em que

---

<sup>31</sup> Perlin, Gladis. *Ser Intérprete*. Palestra ministrada no III Seminário de Intérprete de Língua de Sinais, realizado em 13 de agosto de 2004, no Auditório do Externato São João, Campinas-SP. Texto não publicado.

estão inseridos é que possibilita ao intérprete ser assim nomeado pelos surdos. Não há a explicitação de sua formação para assumir esse papel, e sim boa vontade para atender às necessidades de comunicação entre dois grupos.

Vejamos o relato de J. (MS):

*Certa vez estávamos todos na praça, ponto de encontro diário da comunidade surda em minha cidade; um político da região solicitou à presidente da Associação de Surdos a oportunidade de falar aos surdos ali presentes. Não havia ILS no local, então ela me chamou para realizar a tarefa. No início disse que não estava preparado, mas ela me incentivou dizendo que já conhecia o bastante para iniciar nessa prática e com o tempo aprenderia mais e mais. Tomei coragem e fui. A partir daí a comunidade surda não me via mais como “amigo”, passei a ser reconhecido por eles mesmos como ILS.*

Como já foi dito anteriormente, não há nenhuma uniformidade quanto à área de formação dos intérpretes. A atividade de interpretar é realizada por profissionais de diferentes áreas, sem formação escolarizada específica para esse fim.

Confirma-se, através dessa análise, que a atuação como intérprete não obedece a nenhuma exigência quanto à formação acadêmica do ILS por parte daqueles que o contratam ou dele necessitam.

Essa diversidade também é marca da categoria de profissionais da tradução (Benetti e Sobral, 2003); entretanto, normalmente, os textos que traduzem estão relacionados a sua área de formação acadêmica.

Com o ILS isso não se dá, pois, independentemente da sua formação, ele interpreta em todos os espaços sociais, quando solicitado. Isso ocorre, principalmente, nos ambientes escolares, onde interpreta todas as disciplinas que compõem o currículo do curso em que o aluno surdo está inscrito, desde o ensino fundamental até a universidade.

*Na civilização ocidental, artes, técnicas, ofícios sempre evoluíram do empírico ao científico ou pelo menos ao teorizado. É do nosso feitio buscar essências, traços comuns, características englobadoras para agrupar categorias, classes, subclasses, normas ou pelo menos diretrizes para as nossas atividades. Por que a tradução seria exceção?* (Benedetti, 2003, p. 18)

Assim é que objetivamos buscar um traço comum para a formação dos ILS.

Nas nossas entrevistas, ficou evidenciado que, mesmo sendo profissionais de outras áreas, seis dos entrevistados assumem-se como intérpretes, considerando essa sua atividade econômica principal, independente de sua formação na graduação. Para eles, ser ILS não é um “bico”, mas sim o seu trabalho primeiro.

Esse traço pode ser um indicativo de amadurecimento por parte daqueles que exercem a atividade de interpretação, pois essa tarefa deixou de ser uma segunda opção de trabalho, motivada apenas pela falta de oportunidade na sua área de formação. Tornou-se uma escolha profissional por parte daqueles que a praticam.

Entretanto, a intérprete R. (MG) não reconhece a atividade de interpretar como sua profissão, pois, para que o ILS seja considerado um profissional da tradução e/ou inter-

pretação, é necessária a legitimação da profissão através de leis específicas.

Vejamos o que esta entrevistada respondeu ao ser questionada sobre qual é a sua profissão:

*Se intérprete fosse profissão, seria interpretar; como não é, bem, trabalho na FENEIS/BH e interpreto numa sala de pré-vestibular para surdos. R. (MG)*

Ainda nessa direção da não-regulamentação da profissão, é interessante notar como o intérprete N. (CE), se auto-intitula professor-intérprete. A partir dessa nomenclatura, pressupõe-se que ele atue em espaços educacionais, mais precisamente na sala de aula.

*Professor-intérprete<sup>32</sup> e regente do Coral do Instituto Cearense de Educação de Surdos.*

Vale ressaltar, que tal titulação é arbitrária, pois não há registro ou regulamentação dessa profissão “professor-intérprete” e, menos ainda, a definição quanto ao desempenho de suas atribuições na sala de aula.

A discussão sobre a nomenclatura para os intérpretes que atuam em sala de aula ainda é muito indefinida, pois há divergências entre os próprios intérpretes quanto a isso, embora na sua maioria optem pela nomenclatura de intérprete educacional. Essa escolha nem sempre é pelo fato de se ter clara a diferença entre ser intérprete educacional ou professor intérprete,

---

<sup>32</sup> “Este termo tem sido utilizado pelo MEC para designar pessoas que atuam na sala de aula. Isso se dá pelo fato de a profissão de intérprete não ser regulamentada e, como o MEC não pode criar cargos sem que haja a regulamentação do mesmo, esta tem sido a forma de legitimar o intérprete de língua de sinais nos espaços educacionais, principalmente do ensino fundamental ao ensino médio. Mas também não é uma nomenclatura aceita e reconhecida”. (Souza, 1998)

mas está mais relacionada ao fato de não quererem tomar para si a responsabilidade integral da educação dos surdos.

*(...) muitas vezes, o intérprete, o tradutor ou um professor de ensino especial que conheça a Língua de Sinais, são tidos como profissionais que aparecem (parecem?) ser a mesma coisa. Frequentemente nem o intérprete, nem a instituição que o acolhe, mostram ter clareza do rol de funções de sua competência dentro da escola. (Lacerda, 2000, p.60)*

Por outro lado, alguns professores, quando se deparam com aluno surdo em sala de aula e este conta com a presença do ILS, normalmente se vê “desobrigado” de mediar a aprendizagem desse aluno, deixando esse encargo ao intérprete. Este assunto discutiremos mais amiúde em outro tópico deste capítulo.

Ainda na resposta do mesmo intérprete (Fortaleza-CE), aparece a função de *regente do coral de surdo*, outra atividade exercida sem que haja uma formação para isso, embora exista formação universitária para regentes, profissão que envolve conhecimento teórico e prático sobre música, partituras, vozes e outros. Entretanto, quando essa atividade está inserida na educação dos surdos, tal formação não é considerada relevante; importa ter noções de língua de sinais. Em consequência, em geral, em situação de coral o que é cantado está sob a forma de Português sinalizado<sup>33</sup> e não em Libras. e terem profissionais específicos fluentes na sua língua para ensinar-lhes os diversos saberes distribuídos na sociedade.

---

<sup>33</sup> São formas sinalizadas do português, são construções lingüísticas onde a estrutura gramatical corresponde à da língua portuguesa, com apropriação de elementos lexicais da Libras na construção das sentenças.

Vale ressaltar, ainda, que a atuação do intérprete cearense como regente não ocorre em ambiente religioso, onde “dons” e voluntariado são os requisitos necessários e valorizados. Porém o trabalho desse profissional se faz numa instituição escolar para surdos, espaço legítimo de educação; mesmo assim, a formação adequada para uma atividade que exige conhecimentos específicos musicais não é considerada relevante.

O quanto esse ILS conhece de música? Não sabemos. O quanto conhece de interpretação musical, para que as músicas compostas por ouvintes e para ouvintes, ao serem interpretadas para a língua de sinais, tenham significado para os surdos? Não sabemos. A meu ver, isto também se insere numa abordagem caritativa (não profissional) que ainda marca a educação de surdos.

E esta não é uma questão exclusiva da educação dos surdos, visto que os ILS atuam em todas as áreas da vida do surdo. Segundo o relato de J. (MS):

*Atendimento em Serviço de Saúde, aulas em instituições educacionais, serviços legais e judiciários, informe publicitário (TV), entrevistas de emprego, reuniões e conferências públicas, eventos religiosos, eventos sociais, delegacias de policias, serviços de telefone.*

Nesse aspecto, a presença dos ILS é um ganho para as comunidades de surdos, que, em consequência disso, estão tendo mais acesso a diversos setores da sociedade em sua língua e podem:

a) nas consultas médicas, relatar o que está acontecendo com sua saúde e também compreender o que está sendo dito pelo médico.

Seu acesso aos serviços de saúde e às orientações corretas, evita os costumeiros usos indevidos da medicação, pela incompreensão da prescrição médica. *Na consulta médica, na avaliação e no tratamento psicológico, na Assistência social, a participação do intérprete viabiliza a compreensão entre as pessoas envolvidas, tornando mais eficaz o atendimento.* (FENEIS, 1995, p. 9)

É importante dizer que raramente familiares os acompanham em serviços de saúde, quando já estão em idade adulta. E, mesmo quando o fazem, normalmente os pais não compreendem a língua de sinais, apenas fazem uso de gestos domésticos, ficando assim a consulta entre pais e médicos, ambos tentando descobrir o problema de saúde do paciente surdo;

b) nas audiências jurídicas, é possível ao surdo, na condição de réu ou vítima, expor a sua versão dos fatos. E responder com maior clareza as perguntas que lhe são dirigidas pelas autoridades.

A presença do ILS no judiciário é bem recente, e normalmente o juiz, quando está diante desse profissional, se refere normalmente a ele, não se dirigindo nem ao surdo e tampouco ao advogado, quer o surdo seja a vítima, quer seja réu – prática incomum, em se tratando de audiência com ouvintes, mesmo quando estes são estrangeiros.

c) na utilização de serviços de telefone: ainda que já existam leis para a instalação de telefones públicos para surdos TDD, o uso do intérprete para intermediar as conversas telefônicas é bem mais comum do que se pode imaginar ou supor. Essas intermediações ocorrem quando os surdos desejam avisar seus familiares sobre alguma eventualidade; marcar consultas;



FENEIS, 1995, p.12



Surda testa o novo aparelho instalado na Feneis

FENEIS, 2003, p.18

obter informações diversas; ou até mesmo combinar encontros com surdos de outras regiões ou associações. Não é incomum estarem dois intérpretes ao telefone intermediando a conversa entre dois surdos.

É fato que, com o advento dos celulares que enviam mensagens, a intermediação dos intérpretes entre surdos e surdos diminuiu bastante, pois esse aparelho tem sido usado por uma grande porcentagem de surdos, que se comunicam utilizando-se das palavras do Português. Também tem sido um meio de garantir o contato com o intérprete, pois, através do celular, os surdos “encontram” os intérpretes a qualquer momento.

A presença do ILS supõe uma comunicação mais efetiva entre surdos e ouvintes. Esse foi o grande ganho da comunidade surda: a abertura para a inclusão social, com a presença da língua de sinais e, conseqüentemente, do intérprete.

Entretanto, o benefício para os ILS não ocorre na mesma proporção, pois geralmente, em quase todos esses lugares, com exceção da sala de aula, a presença do ILS acontece de forma voluntária. Principalmente em delegacias, audiências públicas e serviços de saúde.

Como pode ser constatado no relato de N. (CE):

*São diversas as ocasiões, como, por exemplo, interpretações voluntárias em delegacias, médicos; palestras e congressos, programas de televisão, propaganda eleitoral, etc.*

Essa atitude reforça a imagem assistencialista que a sociedade tem do intérprete. A ausência de políticas públicas para o atendimento das pessoas surdas demonstra a indiferença e o desconhecimento do Estado para com este segmento da sociedade.

A mídia também tem, aos poucos, se constituído um campo de trabalho para os ILS, ainda que em escala bem menor, se comparada com a educação; em algumas situações, porém, é possível perceber a necessidade de um intérprete de língua de sinais, como: eleições, informes de utilidade pública e alguns pouquíssimos comerciais. A maioria das empresas ainda não concebe os surdos como consumidores em potencial.

### O LUGAR DA FORMAÇÃO NA PRÁTICA DO INTÉRPRETE DE LÍNGUA DE SINAIS

Como já foi visto, todos os entrevistados tornaram-se intérpretes no exercício da atividade junto à comunidade surda da qual participam. Mesmo diante desse fato, somente um dos entrevistados considerou que, para se tornar um bom intérprete, o contato com a comunidade surda seja suficiente; dois responderam ser importante o contato com a comunidade surda, mas só isso não basta para se tornar um bom intérprete; os outros três responderam categoricamente que é essencial ter formação teórica para se tornar um bom intérprete.

*Um bom conhecimento da comunidade surda e convivência com a mesma são requisitos necessários para o bom desempenho do ILS, mas não deve parar por aí. O ILS deve estar em constante reciclagem, buscar aperfeiçoamento acadêmico, fazer cursos (teatro...), sempre que possível participar de congressos e eventos com temas relevantes ao meio que está inserido. E. (RJ)*

Como não há formação específica para intérpretes no país, a solução encontrada é participar de eventos acadêmicos normalmente relacionados ao tema da surdez e, mais especificamente, sobre educação de surdos.

Nessas ocasiões, o ILS encontra espaço para “aperfeiçoar-se”, pois atualmente questões relacionadas à interpretação têm estado presentes em mesa de discussão em diferentes eventos acadêmicos, com mais frequência naqueles específicos sobre surdez, embora seja comum apresentações isoladas de trabalhos em congressos de educação, de lingüística e de leitura.

Estar em constante reciclagem é condição tida para os entrevistados como fundamental e até mesmo uma necessidade para desenvolver bem o seu trabalho. Essa reciclagem envolve uma série de conhecimentos, tais como: estar atualizado quanto aos acontecimentos sociais; dominar novas expressões da língua portuguesa; conhecer o jargão da informática, da medicina e outros tantos; aprender novos sinais, principalmente na convivência com surdos universitários; e, se possível, conversar com surdos de outras regiões, durante os congressos, a fim de conhecer e dominar sinais regionais.

Essa necessidade também é observada por parte dos tradutores que trabalham com dublagem:

*O tradutor precisa agir como esponja, guardando em si tudo o que acontece ao seu redor. Na minha área especificamente, não existe a chamada “cultura inútil”, absolutamente tudo é útil e deve ser considerado. Um bom tradutor de legenda e dublagem assiste a desenhos, lê jornal não só em Português, mas também no idioma do qual traduz, lê revistas científicas nos dois idiomas, bula de remédios e até rótulo de detergente, e a justificativa para essa afirmação é que nunca podemos prever o que o personagem dirá na próxima fala: de repente ela cita Shakespeare, pode falar sobre uma personagem de desenho animado, ou então, pode discorrer sobre algum processo*

*químico, e um bom tradutor tem de estar preparado para essas situações.* (Trindade, 2003, p. 184)

Resumidamente, o intérprete, assim como o tradutor, necessita ter domínio de uma ignorância eclética.

Ainda sobre o mesmo tópico, ou seja, a necessidade de complementação para a formação prática do ILS, temos abaixo o seguinte relato:

*(...) Um embasamento teórico muito profundo é necessário, especialmente na área da Lingüística. Não precisamos ser lingüistas, mas sim possuir um sólido conhecimento teórico.*  
M.(RS)

Há, por parte dos ILS, uma visível abertura para a teorização sobre a sua prática. A preocupação com o científico, com a formação, é evidenciada nas respostas de seis entrevistados. Uma das hipóteses para explicar o desejo da formação é que, a teoria sobre o ato interpretativo permite ao ILS passar do empirismo à ciência e da ciência à profissionalização ou visibilidade. Não há resistência quanto a uma formação teórica: pelo contrário, existe uma ansiedade para que tais cursos se iniciem pelo País.

Essa atuação empírica, que atualmente predomina na atividade do intérprete de língua de sinais, foi vivenciada pelos tradutores brasileiros até que se iniciassem cursos de formação universitária.

*No Brasil, há cinco séculos a tradução intermedeia a transmissão de informação entre as várias culturas autóctones e estrangeiras. Essa mediação ora privilegiou a forma oral, ora a forma escrita, conforme as limitações sociais, políticas e econômicas a cada período histórico – razões pe-*

*las quais a impressão de traduções brasileiras em livros só aconteceu a partir de 1930. As primeiras reflexões sobre o ofício de traduzir em nosso país foram feitas por um húngaro muito brasileiro, Paulo Rónai, em Escola de Tradutores, fruto de seus estudos e experiência como tradutor e coordenador de coleções traduzidas para as editoras brasileiras.* (Wyler, 2003, p.12)

Mesmo que o exercício da tradução, no Brasil, já ocorra há cinco séculos (Wyler, 2003), somente em janeiro de 1968 foi fundado o primeiro curso para tradutores no Brasil, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Presume-se que, até aquela data, os tradutores aprendiam traduzindo e, como disse Rónai, 1952, p. 24 (...), *a tradução é ainda uma arte puramente empírica, cujos segredos cada tradutor tem de redescobrir por conta própria (e à custa dos leitores).*

Esse quadro pode ainda ser confirmado no seguinte relato de um tradutor de Inglês, Francês e Espanhol para o Português, com formação em Direito, com cerca de mil livros traduzidos desde 1972. *Quando comecei, não havia cursos de tradução. Sinto falta hoje da base teórica. Só ela nos permite organizar e sistematizar nosso conhecimento.* (Lemos, 2003, p. 126)

A teoria nos ensina a ordenar a experiência, a recuperar uma informação valiosa, criar argumentos, principalmente, para justificar as escolhas feitas por cada intérprete, escolhas impreterivelmente diferentes de intérprete para intérprete.

No caso dos ILS, nos quais me incluo, estamos no começo de uma longa jornada em busca da visibilidade de nossa tarefa: definir o que compõe um bom intérprete não é algo fácil, mas os principais requisitos que os ILS entrevistados julgaram necessários para o exercício da profissão são: competência, formação, ética, opção consciente pela profissão, dedicação, disciplina e perseverança.

*(...)A posição de um intérprete é bem delicada. No meu caso, intérprete em sala de aula, há constantes situações que requerem muita cautela, responsabilidade, ética, parceria, conhecimentos e uma boa didática. M. (SP)*

Tais qualidades também são consideradas necessárias aos tradutores:

*A tradução – muito mais que a maioria das profissões, e de maneira bastante peculiar – exige um alicerce bastante sólido e eclético. Este alicerce se baseia na língua materna, na(s) línguas estrangeiras(s), e na complexa gama de componentes dos dois universos. Perpassa áreas comuns do conhecimento e traça caminhos específicos com muitas interfaces. Mas exige, acima de tudo, empenho e persistência, observância à disciplina, preciosismo na comunicação, acuidade em relação aos detalhes, olhar alerta e observador, sempre! (Alfarano, 2003, P. 36)*

Dessa forma, é possível observar que as qualidades necessárias aos tradutores, profissionais inscritos no campo da escrita, são semelhantes aos intérpretes de língua de sinais.

Podemos perceber que os entrevistados entendem a reflexão teórica como imprescindível para um bom desempenho no exercício da tarefa de interpretar, sem contudo descartar a prática e a vivência junto à comunidade surda.

Visto que a formação foi um requisito tido como essencial ao ILS, é interessante considerar como ocorre essa formação nos estados em que residem. Os relatos abaixo nos dão essa visão:

*Os ILS do Rio de Janeiro, em sua grande maioria, concluíram apenas o Ensino Médio e depois fizeram um curso de Libras. Esporadicamente é oferecido pela FENEIS o Curso de Capacitação Profissional do ILS. E..(RJ)*

Segundo a entrevistada, ter o Ensino Médio e apresentar um certificado de um curso de língua de sinais é o suficiente para o desempenho da profissão no seu estado. É necessário, porém, não confundir um curso de língua de sinais com um curso de capacitação ou formação de intérpretes.

Interpretar, como já foi visto nos capítulos anteriores (II e III), não é transportar significados estáveis do Português para a língua de sinais ou vice-versa. Interpretar é um ato de (re)criação do Português para a língua de sinais e/ou vice-versa, o que não está desvinculado da trajetória pessoal do intérprete; tampouco suas escolhas por determinados sinais durante o ato interpretativo estão desligadas de suas ideologias ou teorias, principalmente no que diz respeito à pessoa surda, assunto também já abordado no capítulo IV.

De acordo com o relato da entrevistada M. (RS), em seu Estado existe uma “formação” — considerada pela entrevistada como não ideal — que mascara a não-formação dos ILS. Vejamos:

*Comparativamente com outros estados é muito boa, mas deixa a desejar se comparada a outros países. Temos cursos de validação: hiper-rápidos e não muito “formativos”; na verdade são mais um descarrego de consciência da comunidade surda para dar um documento aos ILS empíricos (que exercem a profissão, mas não são devidamente certificados); cursos de certificação (normalmente umas 200 horas, o que ainda é ínfimo na formação) e até alguns cursos “piratas” que surgem*

*sem o apoio da FENEIS, sem ILS ministrantes ou os famosos cursos “de uma pessoa só” que se acha habilitada para formar um ILS em TODAS as áreas necessárias (megalomânicos assim pipocam pelo País afora fazendo nome e dinheiro). M. (RS)*

Para além de uma “formação” nominal, há a grande questão de definir a quem cabe formar o ILS: segundo a entrevistada, seria a FENEIS, e aqueles que possam oferecer um curso sem esse vínculo não são considerados legítimos. Nenhum depoimento menciona a responsabilidade da universidade nessa formação.

Por mais que o ILS afirme que a sua formação não depende de um contato em maior escala com a comunidade surda, ele, o intérprete, atrela a aceitação do seu trabalho aos surdos, pois, como já foi citado anteriormente, a diretoria da FENEIS – presidida nacionalmente sempre por um surdo – é composta por surdos, cabendo ao ouvinte cargos como o de secretário apenas para facilitar a comunicação com a sociedade ouvinte.

Assim sendo, ao afirmarem a importância da FENEIS nos cursos de formação, os ILS mantêm quase que inalterada a forma de nomeação do intérprete. A pergunta que fica, ainda, é a seguinte:

Como uma Federação – a FENEIS – pode dar conta de tantos requisitos teóricos, verbalizados e desejados pelos intérpretes com relação a sua formação?

Existe aqui uma ambivalência sem igual: ao mesmo tempo que se deseja uma formação acadêmica sólida, a entrevistada do RS, pelo depoimento acima transcrito, considera a capacitação da FENEIS muito boa, ainda que seja somente para formalizar aqueles que já atuam como intérpretes de maneira empírica. Formação muito boa, segundo ela, se comparada a outros estados brasileiros. Mas, se comparada com a formação

dos tradutores e/ou intérpretes de línguas orais poderá ser considerada muito boa?

Faz-se urgente definir quem somos e assumirmos a nossa identidade de intérpretes em todas as situações, inclusive a de formação. Somos profissionais da assistência? Ou somos profissionais incluídos na categoria dos tradutores? Se optarmos pela categoria dos tradutores, é imprescindível mudarmos o nosso paradigma de formação.

Ainda dentro dessa mesma questão, vejamos o seguinte relato:

*O Estado, maior empregador da categoria, pouco faz pela formação técnica dos ILS. No início de 2003 a Associação dos Surdos local criou o departamento de ILS, que vem organizando regularmente cursos e oficinas que promovem uma melhor atuação dos mesmos e seus postos de trabalho. J.(MS)*

Neste relato há um reconhecimento de que o Estado é o maior empregador de intérpretes mas não se atribui a responsabilidade por sua formação, e, em razão desse descompromisso, a Associação de Surdos tem se responsabilizado por oferecer e dar suporte aos ILS que atuam na região. Diferentemente do relato anterior, este intérprete tem consciência de que a formação do ILS é de responsabilidade do Estado, e a Associação dos Surdos só o faz como um paliativo. Ainda assim, o ILS só consegue abrir um “espaço de formação” nas comunidades de surdos. Em alguns estados, porém, há poucos ou nenhum meio de formação, assim como acontece no estado de São Paulo:

*Difícil, para não dizer inexistente. Aqui, aprendemos com a comunidade surda, nas igrejas e, para sermos reconhecidos “falantes/sinalizantes de língua de sinais”, temos que nos*

*deslocar até a capital e fazermos oficialmente o curso desde o início, mesmo o curso/oficina que fazemos na Faculdade de Educação da UNICAMP, não tenho conhecimento se a Federação (FENEIS) o reconhece. M.(SP)*

O que tem acontecido em abundância são os cursos de língua de sinais, que têm proliferado por todo o País. E há duas razões para essa proliferação: 1) muitos professores têm realizado o curso de língua de sinais na crença de que darão conta da inclusão do seu aluno surdo em sala de aula; 2) algumas pessoas que só possuem o Ensino Médio e atuam como intérpretes nas instituições religiosas vêem no curso uma maneira de legitimar aquilo que já fazem gratuitamente; seu objetivo é conseguir, por essa via, exercer a atividade como profissionais, normalmente dentro de instituições educacionais, que são o maior campo de trabalho remunerado para o ILS.

Talvez essa falta explique o fato de seis dos sete intérpretes entrevistados – que atuam em diversos espaços da sociedade e fazem dessa sua atividade primeira, mesmo não tendo sem as condições desejadas –, terem considerado a formação como fundamental. Embora façam restrições a essa formação, ressaltam que apenas o contato com a comunidade surda não é suficiente.

Percebe-se uma urgência em pensar o fazer interpretativo para que se possa compor uma grade curricular para criação de futuros cursos de formação desvinculados dos espaços legítimos da comunidade surda e fazer com que as universidades abram esse espaço de formação para o ILS.

Para suprir essa total ausência de formação acadêmica, os próprios intérpretes têm se organizado, em diferentes regiões do País, para a realização de encontros, de seminários, para discutir a sua formação. Servem como exemplo os seguintes eventos:

**1º Encontro Nacional de Intérprete de Língua de Sinais**  
**Local: Clube de Engenharia – RJ.**  
**Data: 05 e 06 de agosto de 1988**

I ENCONTRO NACIONAL DE INTÉRPRETE EM LÍNGUA DE SINAIS



ILUSTRAÇÃO  
Caricatura a respeito de uma intérprete em Língua de Sinais  
e seus colegas, durante a realização dos cursos e atividades do  
Encontro de formação.

DIÁRIO: RJ, 05 DE AGOSTO DE 1988  
LOCAL: CLUBE DE ENGENHARIA  
ENDEREÇO: AV. RIO BRANCO, 130 - 1ºº ANDAR  
INTERMUNICÍPIO: COMARCA/COMARCA - FONE: - CALÇA PIEDRA, 6190 - SAO PAULO - SP 05511-001 - RUA DE JARDIM - RJ

PROMOÇÃO: FEDERAÇÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E INTEGRAÇÃO DE SURDOS  
APOIO COORDENADORIA NACIONAL DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA - CORDE

**2º Encontro Carioca de Intérpretes**  
**Local: Instituto Nacional de Surdos**  
**Data: 31 de maio de 2003**

*2º Encontro Carioca de Intérpretes Profissionais*



*Intérpretes,  
em busca da profissionalização*

*30 e 31 de Maio de 2003*

1º Encontro de Intérprete de Língua de Sinais de Santa Catarina

Conhecendo a realidade dos Intérpretes de Santa Catarina:  
Por um Futuro Profissional

Universidade Federal de Santa Catarina – Florianópolis-SC

Data: 18 e 19 de junho de 2004.

3º Encontro de Intérprete de Língua de Sinais: Políticas Públicas Educacionais e Comunidades Surdas

Auditório do Externato São João. Campinas/SP

Data: 13 de agosto de 2004

Visto que não há formação específica para o ILS e, mesmo os poucos cursos que acontecem, não se realizam em espaços educacionais. Lembrando que as semelhanças entre a atividade de traduzir e/ou interpretar as línguas orais são muitas, a seguir veremos o que os entrevistados responderam sobre a questão da “fidelidade”, assunto de relevância nos estudos da tradução e que já rendeu muitos e muitos debates, desencontros, publicações e teorias.

Nesta análise procuramos perceber como o intérprete compreende o próprio ato interpretativo e qual a sua prioridade quando está exercendo a sua tarefa: ser fiel ou ser compreendido. As respostas serão analisadas à luz das teorias da tradução, já estudadas no capítulo 2.

Segundo o relato da entrevistada:

*Eu me preocupo com os dois, mas há casos que necessito ser “infel” para ser bem compreendida. Muitas vezes o orador pode procurar contextualizar sua fala de modo que, ao passar*

*para a Língua de Sinais, o processo intercultural se choque, realidades completamente diferentes e neste momento eu prefiro ser compreendida. Na verdade, busco trabalhar juntas a fidelidade e compreensão, tenho consciência do compromisso ético com minha profissão, mas ainda é muito complicado este tipo de conciliação. J.( SP)*

A tensão criada pela necessidade que tem o intérprete de declarar a sua “infidelidade” à fala do ouvinte revela que não consegue fugir ao provérbio italiano: *Traduttore traditore*. No relato acima, a intérprete assume que trai a língua de partida para se fazer compreendida na língua de chegada, ou seja, na língua de sinais.

Com isso ela abandona a idéia da suposta fidelidade e da supremacia da língua “original”, pois, ao recriar na língua de sinais a mensagem dita em Português, deixa de considerar a língua de partida, ou original, intocável. Entretanto ela trabalha as duas línguas envolvidas na tradução, procurando manter, na língua de sinais, o mesmo sentido enunciado no Português.

O mesmo se observa no relato a seguir:

*(...) Em ser compreendida. Tenho conhecimento da diferença existente entre língua de sinais e Português. Assim, para mim, o mais importante é o que o surdo compreenda, mesmo que para isso eu tenha que explicar muitas coisas que para os ouvintes seja sabido. M. (SP)*

Ao fazer essa escolha, fica evidenciada a noção conciliadora que o intérprete ocupa no exercício da sua tarefa: se optar em ser “fiel”, dependendo do assunto tratado, não apenas deixará a

comunidade interpretativa sem condições de se apropriar do assunto exposto – apesar de estar sendo enunciado na sua língua – como também pode causar um desentendimento desnecessário aos dois grupos lingüísticos.

A intérprete reconhece que muitas das expressões do Português que fazem sentido para nós, ouvintes, são completamente insignificantes para os surdos, mesmo que sejam usados sinais equivalentes ou datilologia; a questão não é conhecer todo o *Dicionário Trilingüe da Língua de Sinais*, mas saber como determinado conceito é compreendido pelo grupo de surdos para o qual está sendo realizada a interpretação.

Mesmo não tendo conhecimento da teoria da tradução, esta intérprete segue na prática a teoria pós-estruturalista da linguagem. A entrevistada tem consciência dessa tensão entre ser “fiel”, no sentido de ser literal, e ser “fiel”, no sentido de fazer significar ao surdo a fala do ouvinte, ou seja, com o propósito de garantir a equivalência de mensagens entre o Português oral e/ou escrito e a língua de sinais. Podemos supor que, ao escolher ser compreendida, importa para essa entrevistada, nas palavras de Derrida, a *sobrevida do texto* o que, neste caso, significa o enunciado do Português ganhar sobrevida na língua de sinais.

Essa tensão entre certo e errado não é sentida apenas pelos ILS, pois também ainda não está resolvida entre os tradutores:

*Essa talvez seja a questão mais polêmica em se tratando de avaliação de tradução. Podemos dizer que esses conceitos são abertos e complexos, quanto é o próprio conceito de tradução. Se pensarmos no assunto a partir de uma concepção de tradução entendida como transcodificação e cuja unidade seja a palavra, então erro será tudo aquilo que não estiver de acordo com a acepção dicionarizada, e acerto, o contrário. Contudo, sabemos o quanto pode variar no tempo e no espaço o*

*conceito de tradução; sabemos, também, que o conceito de linguagem está longe de ser algo fixo e o quanto ele está comprometido com a cultura em que se desenvolve e da qual é porta-voz. (...) A adequação de um texto a uma situação e a uma cultura requer ajustes que, na grande maioria dos casos, não podem ser medidos e nem avaliados pelo uso de dicionários e gramáticas. Isso porque nesses casos o que vale é o conjunto.* (Azenha JR., 2003, p. 51)

Ainda nessa mesma dicotomia entre ser o ILS fiel ou compreendido, obtivemos o seguinte relato:

*Quando estou interpretando, minha maior preocupação é...interpretar! Sempre o bom senso é o melhor e o mais difícil de ser conseguido: ser fiel sem ser literal e ser compreendida sem deturpar (acrescentando ou omitindo). Este é o grande desafio. Dependendo da clientela, posso pender mais para ser fiel (surdos esclarecidos com bom conhecimento lingüístico e cultural) ou ser compreendida (surdos que há pouco tempo têm contato com a LS ou têm dificuldades cognitivas/lingüísticas). A palavra-chave é BOM SENSO! M.(RS)*

A desigualdade de conhecimento acadêmico existe, de fato, e nem sempre quem está com a palavra tem noção dessa diferença. O pensamento que permeia a mente do palestrante é que sua fala está sendo dirigida a todos, e que ao estar sendo traduzida para a língua de sinais, e isso baste para que surdos e ouvintes tenham a mesma compreensão. Fato inverídico, tratando-se da comunidade surda: diferentemente dos ouvintes, os surdos, com ou sem conhecimento universitário participam de todos os eventos que lhe dizem respeito, sejam de cunho político, acadêmico, educacional e tantos outros possíveis. Além disso, a presença dos surdos se faz mais visível quando há

um palestrante surdo compoendo a mesa, junto com os ouvintes. Assistir a uma palestra em sua língua é raro para esta comunidade; por isso, quando existe a oportunidade, ela se torna imperdível, independente do tema a ser tratado pelo palestrante.

Sabendo dessa desigualdade de informações, o intérprete precisa, de fato – assim como ocorre com os tradutores – adequar a mensagem a sua comunidade-alvo.

*Convém lembrar que nem sempre os leitores de um texto traduzido terão condições de estabelecer o diálogo necessário com os textos que contribuíram implícita ou explicitamente para a formação do original, por razões de diferenças no conhecimento de mundo, conhecimento partilhado e outras. (Travaglia, 2003, p. 104).*

Porém, há um perigo nesta postura do intérprete, que a princípio pode nos parecer de bom senso, mas o fato é que a imagem que o ILS tem das pessoas surdas interfere profundamente durante o ato interpretativo, o que também é apontado pela teoria da tradução.

*Nesta nova re-apresentação da realidade, o tradutor coloca sua concepção, sua imagem da própria realidade e também a imagem que faz do seu leitor, através das escolhas que faz, dos caminhos que opta. Estas opções são feitas em todas as etapas da composição do texto e, no caso da tradução, a partir da própria seleção do texto a traduzir. (Travaglia, 2003, p. 135).*

A questão específica do ILS é de como se pode definir se este ou aquele grupo de surdos possui maiores informações sobre um determinado assunto que está sendo enunciado no

Português, para que se possa fazer a escolha da melhor forma de comunicação.

Uma vez que não há cursos de formação específica para o ILS, tiramos as nossas conclusões somente pelo contato com um determinado grupo de surdos, pela convivência com a comunidade surda. No caso específico dos surdos, a escolaridade não é um dado confiável, devido ao fato de que, na maioria das vezes, as instituições de ensino vão aprovando os alunos surdos sem saber de fato o quanto esse aluno aprendeu e o que aprendeu.

A imagem que o intérprete faz da sua comunidade surda define a sua atuação, podendo ele restringir o conteúdo, estender-se na explicação de um fato já compreendido por aquele grupo de surdos. Isso faz com que os ILS sejam intérpretes somente para o grupo de surdos com o qual mantêm contato, ou seja, os surdos de sua cidade.

Essa limitação não nos permite atuar como intérpretes em todo território nacional, mas nos garante que podemos ser bons intérpretes para suprir as necessidades de nossas comunidades surdas locais. Isso, na verdade, não depende nem dos conhecimentos lingüísticos que tem o intérprete sobre a gramática da língua de sinais e do Português, ou sobre o assunto tratado, nem da sua formação, podendo ter apenas concluído o Ensino Médio ou chegado até a Pós-Graduação. Pois, ao se deslocar de um estado para outro para atuar como intérprete, deixará de apresentar dois pré-requisitos essenciais: ter sido nomeado como intérprete por aquela comunidade e saber das desigualdades de conhecimento existentes no grupo.

É possível afirmar, pelas respostas obtidas dos entrevistados e pelas discussões teóricas aqui assumidas, que não há intérprete neutro. Faz-se urgente que a idéia dessa hipotética neutralidade do ILS seja abandonada, por parte, tanto dos intérpretes, como daqueles que os contratam.

Está claro que, para os entrevistados, a preocupação maior é com a língua de chegada, nesse caso a língua de sinais. A compreensão do assunto pela comunidade interpretativa é a maior preocupação do ILS, da mesma forma que o é para os teóricos estudados no capítulo II: Paulo Rónai (1952), Erwin Theodor (1976) e Derrida (2002). Nota-se que, mesmo não tendo conhecimentos teóricos sobre os Estudos da Tradução, a opção que os ILS fazem são as mesmas que a maioria dos tradutores.

*Acredito que o principal erro é aquele cometido contra a língua para a qual se está traduzindo: erros gramaticais, erros de sintaxe, erros de vocabulário. O trabalho do tradutor tem de ser perfeito em termos desse tipo de correção, de apresentação, de digitação. O segundo tipo de erro é cometido contra o sentido do texto. Muitas vezes, o tradutor erra porque diz uma coisa diferente do que diz o original. Mas aqui chegamos àquela questão crucial: traduzir é interpretar. Como a interpretação de um será sempre diferente da de outro, esta é a dimensão mais ampla e mais difícil de avaliar da tradução. (Barbosa, 2003, p.65)*

Entretanto, nem tudo é semelhante entre intérpretes de língua de sinais e tradutores: há uma diferença marcante que se deve salientar. O tradutor se ocupa com as diferenças lingüísticas das línguas envolvidas no que se refere a sua gramática, a sua sintaxe, interesse quase inexistente por parte dos ILS. A diferença da qual os ILS são cientes, limita-se à modalidade do Português e à da língua de sinais. Conhecer a gramática é fator secundário; até mesmo quando se perguntou sobre for-

mação, nada foi mencionado sobre conhecer a gramática da língua de sinais ou a do Português.

Uma possível justificativa para a ausência desse item é que estudos sobre gramática da língua de sinais ainda estão ao de alcance de poucos, pois este é um recente campo de pesquisa, no qual está envolvido um grupo de acadêmicos da lingüística.

A literatura disponível, além de pouco extensa, é, muitas vezes, pouco divulgada entre os intérpretes atuantes em espaços educacionais fora das universidades, que é onde se realizam pesquisas. Outra possível justificativa recai sobre a ausência de formação específica para o ILS, já sobejamente debatida neste trabalho.

#### EDUCAÇÃO DOS SURDOS MEDIADA PELO INTÉRPRETE DE LÍNGUA DE SINAIS

A partir da Declaração de Salamanca (1994), o movimento de inclusão tem como meta não deixar nenhum aluno fora do ensino regular, desde o início da escolarização, propondo que a escola é quem deve se adaptar ao aluno. Inclusão, nesse contexto, implica o compromisso que a escola deve assumir de educar cada criança. Assim, a proposta de inclusão se propõe a contemplar a pedagogia da diversidade, ou seja, todos os alunos deverão estar dentro da escola regular, independentemente de sua origem social, étnica ou lingüística.

É esta proposta de educação para todos que insere o intérprete de língua de sinais na sala de aula, pretendendo, assim, garantir ao surdo a aquisição dos conteúdos escolares na sua própria língua.

A educação é o maior campo de trabalho remunerado para o intérprete de língua de sinais. Todos os entrevistados atuam na sala de aula, seja no ensino fundamental, curso pré-vestibular ou

universidade. Apesar de sua atuação, nenhum deles soube definir com clareza o papel do intérprete na educação dos surdos.

Entretanto, para entendermos a complexidade referente ao trabalho do ILS na sala de aula, é preciso, antes, que esteja claro qual o papel do professor na escola e na vida do aluno.

Assim sendo, no texto a seguir analisar-se-ão, nos papéis desempenhados pelos professores e pelos intérpretes, questões de produção e reprodução do saber, as quais parecem confluir e interagir. Trata-se de analisar alguns aspectos da prática educativa diante da diversidade, numa escola de massas que tenta sobreviver e funcionar dentro do complexo contexto lingüístico, cultural e socioeconômico que é o contexto brasileiro.

É importante lembrar o fato de que a maioria dos professores que atuam na sala de aula inclusiva obtiveram uma formação para trabalhar com um público relativamente homogêneo, falante da língua majoritária, ou seja, que compartilha da mesma língua do professor. Esses docentes confrontam-se, agora, com um aluno sinalizador, estrangeiro no seu próprio país, e que não reconhece a grafia do português como a representação escrita da sua língua natural.

O professor, do ensino fundamental ao superior, tem como objetivo auxiliar e realizar a mediação entre o aluno e o conhecimento, lidando constantemente com as questões da aprendizagem, construídas pelos alunos.

*(...) minha intenção neste texto é mostrar que a tarefa do ensinante, que é também aprendiz, sendo prazerosa, é igualmente exigente. Exigente de seriedade, de preparo científico, de preparo físico, emocional, afetivo. É uma tarefa que requer de quem com ela se compromete um gosto especial de querer*

*bem não só aos outros mas ao próprio processo que ela implica. É impossível ensinar sem essa coragem de querer bem, sem a valentia dos que insistem mil vezes antes de uma desistência. (...) A tarefa de ensinar é uma tarefa profissional que, no entanto, exige amorosidade, criatividade, competência científica mas recusa a estreiteza científica, que exige a capacidade de brigar pela liberdade sem a qual a própria tarefa fenece. (Freire, 1997, p. 9 e 10).*

Nesta perspectiva, ser educador é uma atividade profissional que exige diversos requisitos, entre eles a formação científica em uma dada disciplina.

O educador participa diretamente na vida escolar dos seus alunos. E tem a responsabilidade de mediar o conhecimento, através da interação com os alunos, assim como escolher uma metodologia de ensino adequada para atingi-los, gerando motivação e interesse pelo conteúdo trabalhado, sempre voltado para o contexto da sala de aula. (Martins, 2004)

Na busca de resultados, o papel do professor é único e consiste em organizar situações de aprendizagem para desafiar o aluno a elaborar um novo conhecimento.

*A prática educativa, pelo contrário, é algo muito sério. Lidamos com gente, com crianças, adolescentes ou adultos. Participamos de sua formação. Ajudamo-los ou os prejudicamos nesta busca. Estamos intrinsecamente a eles ligados no seu processo de conhecimento. Podemos concorrer com nossa incompetência, má preparação, irresponsabilidade, para o seu fracasso. Mas podemos, também, com nossa responsabilidade, preparo científico e gosto do ensino, com nossa seriedade e testemunho de luta contra as injustiças, contri-*

*buir para que os educandos vão se tornando presenças marcantes no mundo.* (Freire, 1997, p. 47).

Segundo as idéias de Freire, a função do professor é tornar significativa a aprendizagem, as trocas de saberes e experiências entre os colegas da sala, durante todo o processo pedagógico.

Sendo a prática educativa algo sério, a atividade de educador não pode ser exercida por pessoas despreparadas ou, no caso do intérprete de língua de sinais, que apenas possuem o domínio de uma dada língua dentro da sala de aula.

Mesmo sabendo que não são professores, alguns intérpretes implícita ou explicitamente assumem essa função em sala de aula.

Podemos comprovar no relato de J.(SP):

*Com certeza ele não é o professor, mas sim o intérprete, porém na prática o papel de educador muitas vezes se confunde, este papel ou estes limites ainda não estão completamente definidos, isso tudo deve ser objeto de muito estudo e análise, um dia conseguiremos uma resposta mais clara e concreta deste verdadeiro papel!*

Por lidar diretamente com o aluno surdo, para o intérprete é praticamente inviável a separação dos papéis e ele acaba tomando ações pertinentes ao professor.

Essa facilidade com que o intérprete se coloca como educador pode ser justificada pela idéia do senso comum de que ensinar é um simples processo de transferência de conhecimento. Conceito totalmente errôneo, como nos aponta Freire:

*O professor deve ensinar. É preciso fazê-lo. Só que ensinar não é transmitir conhecimento. Para que o ato de ensinar se constitua como tal, é preciso que o ato de aprender seja precedido, ou concomitante ao, ato de aprender o conteúdo ou o objeto*

*cognoscível, com que o educando se torna produtor também do conhecimento que lhe foi ensinado.* (Freire, 1987, p. 118)

Ao estender a sua atuação à de educador, esse intérprete pressupõe que tem o mesmo preparo do professor e está no mesmo pé de igualdade de formação para ministrar o ensino ao aluno surdo. Tal formação inexistente, como ficou comprovado no item anterior.

O ILS deve compreender que, teoricamente, no contexto da sala de aula, a função de ensinar é responsabilidade do professor da classe e não sua, mesmo que ele possua uma formação na área relativa ao que está traduzindo, como tem acontecido com alguns pedagogos que têm atuado como intérpretes. (Martins, 2004)

No relato a seguir, mesmo colocando-se como intermediador entre aluno e o professor, o ILS deixa escapar que esses papéis ainda não estão claros.

*Intermediador da comunicação entre professor e aluno. Não é um técnico de sala de recurso e não é professor titular para administrar o ensino aos alunos surdos.* (J. MS)

No lastro das idéias desse intérprete, na sala de aula, atuando como intérprete, esse profissional é o “mediador do mediador”, e não o mediador entre o aluno surdo e o conhecimento cultural, conhecimento que muitas vezes escapa ao próprio intérprete. Tal condição, porém, não o isenta de responsabilidade e da participação na aprendizagem do aluno surdo. (Martins, 2004)

Nessa perspectiva, o ILS acredita muitas vezes, ser possível não somente realizar uma tradução literal, como também manter-se neutro durante o ato interpretativo.

Entretanto, o fato de o intérprete acima não se nomear professor titular, demonstra que é ciente da responsabilidade

do professor na sala de aula e, ao mesmo tempo, abre espaço para se pensar que, não exercendo o papel de professor titular, de alguma forma ou em algum momento esse intérprete estende a sua atuação para a de educador, ainda que seja, para ele, na qualidade de “auxiliar”.

Dessa forma, ele se mantém somente como intérprete e não ocupa o lugar do professor que “sabe” - mas transforma o que ele (intérprete) “sabe” em pistas para ofertar ao aluno surdo o que supostamente acredita que o aluno não sabe e deseja aprender.

Fato é que, com a presença do intérprete de língua de sinais em sala de aula, o professor ouvinte pode ministrar suas aulas sem preocupar-se em como passar esta ou aquela informação por meio de sinais, atuando apenas na língua de que tem domínio. E isso não altera em nada a forma como a educação tem sido conduzida. Ou seja, a escola não se modifica, como se prevê nos documentos de inclusão, em razão da presença do aluno surdo; ao contrário, esse aluno se “ajusta” ao modelo educacional vigente. O desafio criador de se pensar em uma escola para surdos, ou em uma escola diferente do que já temos, é fagocitada pela idéia de uma escola que, devidamente reformada, seja comum a todos. Dito de outro modo, mantemos a Unidade – o mesmo. (Souza, 2004, p.6).

Ao se transformar o aluno surdo em “igual”, cria-se a ilusão de que a inclusão não demanda uma situação *especial* dentro da escola regular.

Podemos confirmar isso no relato:

*Muito importante, pois existirá da parte do surdo mais segurança em ter um profissional que saiba a língua dele.*

R.(MG)

Quando se insere um intérprete de língua de sinais na sala de aula, abre-se, para o aluno surdo, a possibilidade de apropriar-se do conteúdo escolar na sua língua natural, através de um profissional com competência nesta língua.

Supõe-se que somente o conhecimento da Libras seja suficiente para o aluno apropriar-se do conhecimento científico/intelectual que o intérprete não possui, que não lhe pertence. Esse fato já garante o fracasso do intérprete de língua de sinais na sala de aula, pois, não tendo o conhecimento, não lhe é possível ensinar aquilo que não sabe. Como já foi visto no capítulo II, traduzir é compreender; ninguém traduz aquilo que não compreende. E, segundo Freire (1987, p. 28), o fato, porém, de que ensinar ensina o ensinante a ensinar um certo conteúdo não deve significar, de modo algum, que o ensinante se aventure a ensinar o que não sabe. No caso de nós, intérpretes, que temos aprendido a interpretar no exercício da prática, no que tange à atuação na sala de aula, isso não deveria ocorrer, pois estamos nos aventurando a ensinar ou a intermediar um conteúdo que não sabemos.

A inserção do ILS na sala de aula não garante que outras necessidades do aluno surdo, também concernentes à sua educação, sejam contempladas. A presença do intérprete não assegura que questões metodológicas, levando em conta os processos próprios de acesso ao conhecimento, sejam consideradas, ou que o currículo escolar sofra ajustes para contemplar peculiaridades e aspectos culturais da comunidade surda.

*Pero nombrar la diversidad no implica necesariamente poner en cuestión posiciones y prácticas escolares del grupo*

*mayoritario u oyente, cuando hablamos de educación de personas sordas. Incluir físicamente a personas o grupos minoritarios puede no cuestionar la escuela moderna: los valores y los principios de legitimidad no se alteran, sólo se trata de recibir lo diferente y ubicarlo según una jerarquía ordenada a través de caminos alternativos y a la vez normalizadores. (Formularo, 1999, p. 262)*

Por fim, não há garantia de que o espaço socioeducacional em um sentido amplo contemple o aluno surdo, pois este poderá permanecer, de certa forma, às margens da vida escolar.

A presença do intérprete pode mascarar uma inclusão que exclui. E, sendo esse intérprete generalista, normalmente com uma formação acadêmica totalmente diferente daquela na qual o surdo está inserido, a aquisição dos saberes curriculares continua sendo secundária na vida escolar do aluno surdo.

A construção do conhecimento tem caráter social e depende das condições propiciadas, da qualidade das interações e das relações dialógicas estabelecidas entre os sujeitos no âmbito da escola. Considerando os alunos surdos, esse desenvolvimento pode ser dificultado pelas experiências sociais limitadas, em função da falta de uma língua comum entre os surdos e os colegas ouvintes, entre os surdos e os professores, cabendo ao intérprete ser o único interlocutor do aluno surdo incluído na escola regular. Por essa razão, os alunos surdos integrados à rede regular de ensino acabam por estabelecer uma relação desigual também com os demais alunos.

*Los intérpretes que trabajamos con personas sordas en ámbitos educativos somos protagonistas de una inscripción simbólica en el espacio social. Los modos de esta inscripción se realizan a través de las múltiples interpelaciones que generan los diferentes actores Oyentes y Sordos de la comunidad*

*educativa y las formas de respuesta a las mismas que damos los intérpretes. Y son estas interacciones las que permiten leer ideologías, políticas y procesos culturales dentro de la escuela.* (Formularo, 1999, p. 259)

Nesse contexto, a escuta do aluno, por várias razões, não é uma opção pedagógica e política do professor, e o pequeno espaço para diálogo torna-se apenas um instrumento para cumprir exigências específicas de ensino. Desse modo, nesse espaço, é improvável que o aluno surdo venha a aprender a dialogar utilizando princípios de argumentação, desacordo, acordo e cooperação e, tampouco, possa elaborar os saberes valorizados socialmente.

A criticidade da pessoa surda continuará acontecendo nos espaços de educação não-formal, como as associações de surdos, encontros desportivos; enfim, nos encontros de surdos com outros surdos, ainda que alguns intérpretes possam não reconhecer esses espaços como lugar de formação. Como no relato a seguir:

*(...) Educação geral: a grande prova do valor do ILS é a crescente participação dos surdos nas lutas políticas e sociais.*  
M. (RS)

Aqui há um equívoco, uma inversão: é justamente devido a lutas políticas de grupos de surdos adultos que nós, intérpretes, fomos inseridos na sala de aula. Nas universidades gaúchas, os surdos já conquistaram o seu espaço em vários cursos. E a opção foi colocar intérprete. (Luz, 2003, p. 105)

Não podemos, sob hipótese alguma, desmerecer a luta de grupos surdos de diversos estados brasileiros pelo reconhecimento da sua língua e, posteriormente, pela aceitação dessa

língua no ambiente escolar. Tampouco devemos esquecer o grande número de surdos que tiveram a coragem de prestar vestibular nas mais diversas universidades, para depois lutarem por um intérprete. Não raro, esse profissional só era disponibilizado para o aluno surdo universitário quando este já havia cursado alguns semestres ou anos sem ter sua diferença lingüística respeitada. Importante lembrar que somente no ensino superior é garantido ao surdo o direito ao intérprete, através da Lei nº 3.284, de 7 de novembro de 2003.

*Só no final do curso, fiquei sabendo do direito a um intérprete para me ajudar. Recorri à Reitoria da UFG, porém foi em vão. Recorri ao ensino especial do estado, que nada pôde fazer. Por várias vezes, tentei obter meus direitos, mas não consegui. Enquanto isso, passaram-se os quatro anos de faculdade. No meu último período, paguei com o meu próprio dinheiro um intérprete, apenas para me orientar alguns dias da semana e em algumas matérias, pois não tinha condições de pagar um que me acompanhasse todos os dias da semana.* (Silva, 2003, p. 26)<sup>36</sup>

Seria também injusto ocultar a relevância de pesquisadores que, juntamente com a comunidade surda, foram construindo esta história. Lembremo-nos de que só há tradução porque existe uma língua, o que foi comprovado cientificamente por Stokoe(1960) e, aqui no Brasil, na década de oitenta, por vários pesquisadores: Pereira (1989), Fernandes (1990), Felipe

---

<sup>36</sup> SILVA, Renata Rodrigues de Oliveira da. É surda, formada em Artes Visuais pela Universidade Federal de Goiânia. Atua como Instrutora de Libras em escolas inclusivas da cidade de Goiânia e ministra aulas de Libras em várias cidades do Estado.

(1992), Ferreira Brito (1993), Skliar (1997), Souza (1998), que se engajaram nessa questão para que pudéssemos, nos desdobramentos dessas pesquisas, avançar para a visibilidade da tarefa do intérprete de língua de sinais.

*Na década de oitenta, como membro fundadora do GELES (1985), iniciamos as discussões sobre Bilingüismo e Educação Bilíngüe, aqui no Brasil, utilizando a expressão de Sá (1998), poderíamos dizer que realizamos uma “Virada lingüística”, uma vez que foram lingüistas, professores e estudantes de Letras (graduandos e pós-graduandos) que, introduzindo novos paradigmas para a Educação dos Surdos, com “S” maiúsculo, já que deixaram de serem rotulados de DAs, e passaram a ser considerados “Estrangeiros” em seus próprio país, minoria lingüística que possuía sua própria língua, a LSCB, Valverde(2000), membros de uma Cultura, Felipe (1988 e 1989). (Felipe, 2003, p. 88)*

Nesses períodos, é certo que havia intérpretes que, por intermediarem o diálogo entre os pesquisadores e a comunidade surda, foram testemunhas dessa história. Mas a inclusão dos intérpretes no campo da educação é resultado de lutas travadas longe das salas de aula, e não o contrário. Primeiro aconteceu a participação política e, depois, o ingresso do intérprete na escola.

O crescimento dos surdos nas lutas políticas e sociais não pode ser a nossa única forma de medir o nosso valor, pois a politização dos surdos acontece em espaços do encontro surdo a surdo. Somos parceiros nesta politização, entretanto os surdos não são dependentes, mas têm sua autonomia. A intérprete, porém, não está totalmente equivocada, pois, segundo Freire (1997, p. 85), a educação é um ato político.

Voltando à análise do depoimento anterior: implicitamente a intérprete se coloca no rol dos educadores, pois, ao creditar a maior participação dos surdos nas lutas políticas e sociais, como consequência da sua atuação em sala de aula, ela se enquadra como educadora. Como educadoras e educadores somos políticos, fazemos política ao fazer educação. (Freire, 1997, p. 92).

Sendo assim, aos intérpretes que atuam na sala de aula não é possível escapar da ambigüidade professor - intérprete, que está longe de ser solucionada – ou talvez não –, pois tudo indica que essa será a nomenclatura adotada pelo Ministério da Educação para “resolver” a inclusão do aluno surdo na escola regular.

Vale ressaltar que essa questão é também vivenciada pelos tradutores, ou seja, tradutor é também autor? Discussão longa, extensa, que não cabe nos limites deste trabalho. A seguinte citação confirma a existência dessa preocupação:

*Traduzir é também escrever, e escrever numa posição carregada de coerções discursivas, sociais, históricas que os autores não conhecem – ainda que conheçam, de sua posição, outras tantas. As idéias não são do tradutor, nem a organização do original; o público do original e o público da tradução não são seus; afinal, lêem-se “autores”. Mas essas idéias, essa organização só chegam ao público da obra traduzida por suas mãos: esse público na verdade não lê o autor, mas sua “criação” pelo tradutor. Só uma concepção de discurso como puro e simples conteúdo pode entender que o tradutor não é autor – e há autores que dizem que traduzir é mais “difícil” que escrever obras originais, para não mencionar criadores que, ao traduzir, não estiveram à altura de suas criações, ao passo que tradutores “não-autores” mostram plenas capacidades autorais. (Sobral, 2003, p. 205 e 206)*



CONSIDERAÇÕES  
FINAIS

*Olha para estas mãos  
de mulher roceira,  
esforçadas mãos cavouqueiras.*

*Pesadas, de falanges curtas,  
Sem trato e sem carinho.  
Ossudas e grosseiras.  
Mãos que jamais calçaram luvas.  
Nunca para elas o brilho dos anéis. [..]*

*Mãos de semeador...  
Afeitas à sementeira do trabalho.  
Minhas mãos raízes  
Procurando a terra.  
Semeando sempre.  
Jamais para elas  
os júbilos da colheita.  
Mãos tenazes e obtusas,  
Feridas na remoção de pedras e tropeços  
Quebrando as arestas da vida.*

**Cora Coralina, 1997, p.62-63**

A epígrafe que introduz as considerações finais deste trabalho, apesar de não se referir à questão da tradução, é extremamente

pertinente para o objetivo deste estudo. Pois, apesar de tanto esforço, sofrimento e dedicação, há a ausência dos júbilos da colheita, tanto para a poetisa, quanto para as mãos de inúmeros intérpretes da língua de sinais, profissionais que sinalizam sentimentos, saberes, acordos, angústias, paixão, desejos; enfim, interpretam a vida.

Se o tradutor busca hoje tornar-se visível enquanto sujeito que se inscreve no texto da língua traduzida, o intérprete de língua de sinais já é visível no momento da interpretação; entretanto, a nossa busca é por fazer-nos visíveis enquanto profissionais do campo da tradução.

Este trabalho teve como objetivo realizar uma primeira aproximação teórica entre a prática do ILS e os Estudos da Tradução, e creio que este objetivo foi alcançado.

Cabe agora a nós, intérpretes, nos aproximarmos dos tradutores quanto à formação; por outro lado, compete à categoria dos tradutores (SINTRA) acolher-nos como um grupo distinto dessa classe já tão extensa e diversificada.

Como já foi analisado no decorrer deste texto, ILS e tradutores compartilham dos mesmos problemas, dilemas e angústias e assemelham-se, inclusive, pelo caminho percorrido pelos tradutores, em seu processo histórico, o qual, desde a atuação empírica até a teorização da atividade, têm grandes semelhanças com o percurso traçado por nós, intérpretes de língua de sinais.

Ficou evidenciado, por meio das entrevistas, que estamos em busca essencialmente de um campo científico com o qual nos possamos identificar, para termos uma sólida formação, que nos capacite na continuidade do exercício da profissão.

Foi possível identificar que toda prática tem uma teoria que a norteia; é fundamental se pensar na constituição de um curso de formação para intérpretes de língua de sinais que contemple as especificidades que envolvem a profissão.

E, ao se falar em formação do ILS, estamos pensando em tudo o que o constitui como indivíduo, de modo não desvinculado da sua trajetória pessoal, de sua “ideologia” e teorias. Enfim, não há intérprete de língua de sinais que possa ser neutro.

Levando em conta a desconstrução de Derrida, no que diz respeito à tradução, entendemos que o processo interpretativo é um processo singular, único, que passa por escolhas, tomadas de decisões e conhecimento do Português.

Não se trata de inexistência de parâmetros para os intérpretes, mas de se considerarem os parâmetros por outras lógicas que descontroem a possibilidade de existência de uma interpretação unilateral, ou seja, a correta. Parafraçando Rónai (1952): haverá boas interpretações, mas não *uma* boa interpretação.

O intérprete, na educação dos surdos nas escolas regulares, é resultado de uma política de inclusão que tem como discurso que *nenhum aluno deverá estar fora da escola*. Sugiro que, como parte dessa política de inclusão para alunos surdos, o discurso venha a ser: *nenhum intérprete de língua de sinais sem formação dentro da escola*.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALFARANO, R. Entrevista. In: *Conversas com tradutores balanços e perspectivas da tradução*. BENEDETTI, I. C. e SOBRAL, A (orgs.). São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

ARROJO, R. *O Signo desconstruído: implicações para a tradução, a leitura e o ensino*. Campinas, SP: Editora Pontes, 1992.

——— *Tradução, desconstrução e psicanálise*. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1993.

AUBERT, F. H. *As (In)fidelidades da tradução: servidões e autonomia do tradutor*. Campinas, SP: 2ª ed. UNICAMP, 1994.

——— Introdução. In: *Conversas com tradutores balanços e perspectivas da tradução*. BENEDETTI, I. C. e SOBRAL, A (orgs.). São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

AZENHA JR. J. Entrevista. In: *Conversas com tradutores balanços e perspectivas da tradução*. BENEDETTI, I. C. e SOBRAL, A (orgs.). São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

BAKHTIN, M.M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1992.

BARBOSA, H. G. Entrevista. In: *Conversas com tradutores balanços e perspectivas da tradução*. BENEDETTI, I. C. e SOBRAL, A (orgs.). São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

BENEDETTI, I. C. e SOBRAL, A (orgs.) *Conversas com tradutores balanços e perspectivas da tradução*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

BIZON, A, C.C. Aprender conteúdos para aprender língua estrangeira: uma experiência de ensino alternativo de PE. In: *Identidade e caminhos no ensino de português para estrangeiros*. Campinas, SP: Ponte: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992.

CAMPOS, G. *O que é tradução*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CAMPOS, H. *Metalinguagem: ensaios de teoria e crítica literária*. Rio de Janeiro: Vozes, 1970.

CAPOVILLA, F. C. e RAFATHEL, W. D. *Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngüe da Língua de Sinais Brasileira*, Vol. I e I: Sinais de A à Z. Ilustração: Silvana Marques. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

CATFORD, J. C. *Uma teoria lingüística da tradução*. São Paulo: Cultrix; Campinas: Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 1980.

COLL, C. PALACIOS, J. MARCHESI, A. (orgs). *Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

CORALINA, C. *Meu livro de cordel*. São Paulo: Global, 1987.

DELISLE, J. e WOODSWORTH, J. *Os tradutores na história*. São Paulo: Ática, 2003.

DESLOGES, P. Observations. In: LANE, H. *The deaf experience: classics in language and education*. Translated by Franklin Philip. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1984.p. 28-48.

DERRIDA, J. *Torres de Babel*. Tradução de Junia Barreto. Belo Horizonte: FMG, 2002.

ESQUEDA, M. D. *Pál Rónai: Conflitos entre a profissionalização do tradutor e a teoria e prática da tradução*. 1999. Dissertação de Mestrado em Lingüística Aplicada – Instituto de Estudos da Linguagem/Unicamp, Campinas, 1999.

FELIPE, T. A. *A coesão textual em narrativas pessoais na LSCB*. Monografia de conclusão da História da Análise do Discurso do curso de doutorado em Lingüística. UFRJ. 1992.

——— *Libras em Contexto: curso básico, livro do estudante cursista*. Brasília: Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos, MEC; SEESP, 2001.

——— A função do intérprete na escolarização do surdo. In: *Anais do Congresso Surdez e Escolaridade: Desafios e Reflexões*. Rio de Janeiro: INES, Divisão de Estudos e Pesquisas, 2003.

FENEIS. *O que é intérprete de língua de sinais para as pessoas surdas?* Belo Horizonte/MG, 1995.

FENEIS. *Intérprete*. Disponível:  
<http://www.feneis.com.br/intérpretes/postura.shtml>. Acesso em: 23 de agosto de 2004.

FERNANDES, E. *Problemas lingüísticos e cognitivos do surdo*. Rio de Janeiro: AGIR, 1990.

——— *Linguagem e surdez*. Porto Alegre: Artmed, 2003.

FERREIRA BRITO, L. *Por uma gramática de língua de sinais*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

——— *Integração social & educação de surdos*. Rio de Janeiro: Babel, 1993.

FORMULARO, R. Intervención del intérprete de lengua de señas/lengua oral en el contrato pedagógico de la integración. In: *Atualidade da educação Biligüe para Surdos*. SKLIAR, C. (org.). Porto Alegre: Mediação, 1999.

FREIRE, P. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

——— *Professora sim tia não: cartas a quem ousa ensinar*. São Paulo: 8ª ed. Olho d'Água, 1997.

FONTANA, R. A C. *Mediação pedagógica na sala de aula*. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: 5ª ed. Loyola, 1996.

GAGNEBIN, J. M. *Histórias e narração em Walter Benjamin*. São Paulo: 2ª ed. Perspectiva, 1999.

GÊNISES. Português. In: *Bíblia Sagrada*. Versão Revisada da Tradução de João Ferreira de Almeida. Rio de Janeiro: Imprensa Bíblica Brasileira, 1993.

GESUELI, Z. GERMANO, V. PHELIPPE, I. A incidência de classificadores na narrativa de crianças surdas. In: *Anais do XVIII Encontro Nacional da ANPOLL*. Gramado – RS, 2002.

GOES, M.C.R. *Linguagem, surdez e educação*. Campinas: Autores Associados, 1996.

GOLDIN, M. L. [www.tvregional.com.br](http://www.tvregional.com.br). Acesso em: 27 de novembro de 2004.

GRAÇA, A *Cultura, tradução e vivência do significado*. Disponível em: [www.fcsh.unl.pt/deps/estudosalemaes/airesgraca](http://www.fcsh.unl.pt/deps/estudosalemaes/airesgraca). Acesso em: 28 de fevereiro de 2004.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

HESEL, C. ; ROSA, F. ; KARNOPP, L. *Cinderela surda*. Canoas: ULBRA, 2003.

——— *Rapunzel Surda*. Canoas: ULBRA, 2003

HOUAISS, *A Minidicionário HOUAISS da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetivas, 2003.

JOHNSON, C. *Derrida: A cena da escritura*. São Paulo: UNESP, 2001.

KOCH, I. V. *A interação pela linguagem*. São Paulo: Contexto, 1992.

KUPFER, M. C. *Freud e a educação*. São Paulo: 2ª ed. Scipione, 1992.

LACERDA, C. B. F. O intérprete educacional de língua de sinais no ensino fundamental: refletindo sobre limites e possibilidades. IN: LODI, A C. B., at. (org). *Letramento e Minorias* Porto Alegre: Mediação, 2002.

——— O intérprete de língua de Sinais no contexto de uma sala de aula de alunos ouvintes. In: LACERDA, C. B. F. de. GÓES, M. C. R. de (org.) *SURDEZ: processos educativos e subjetividade*. São Paulo: LOVISE, 2000.

LARROSA, J. *Leer es traducir: notas sobre la condición de la lengua*. Texto digitalizado, 2003.

LEMOS, A B. P. de. Entrevista. In: *Conversas com tradutores balanços e perspectivas da Tradução*. BENEDETTI, I. C. e SOBRAL, A (orgs.). São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

LUZ, E. A função do intérprete na escolarização do surdo. In: *Anais do Congresso Surdez e Escolaridade: Desafios e Reflexões*. Rio de Janeiro: INES, Divisão de Estudos e Pesquisas, 2003.

LYONS, J. *Linguagem e lingüística: uma introdução*. Rio de Janeiro: LTC Livros Técnicos e Científicos, 1987.

MARTINS, R. T. *Tradução automática: um conflito paradigmático*. Disponível em: [http://www.nilc.icmc.usp.br/til2003/oral/RonaldoMartins\\_31.pdf](http://www.nilc.icmc.usp.br/til2003/oral/RonaldoMartins_31.pdf). Acesso em: 28 de fevereiro de 2004.

MARTINS, V. de *O Intérprete ou professor: o papel do intérprete de língua de sinais na educação inclusiva de alunos surdos*. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia em Educação Especial – Faculdade de Educação da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

MATOS, D. de. *Cultura e tradutologia*. Brasília: THESAURUS, 1983.

MOUNIN, G. *Os Problemas teóricos da tradução*. São Paulo: Cultrix, 1963.

NUNES, B. Prefácio. IN. *Eros, tecelão de mitos*. FONTES, J. B. São Paulo: 2ª ed. Iluminuras, 2003.

PEREIRA, M. C. Da C. *Interação e construção do sistema gestual em crianças deficientes auditivas, filhas de pais ouvintes*. Tese de doutorado, Instituto dos Estudos da Linguagem/UNICAMP, 1989.

PLAZAS, M. M. R. Servicios de Interpretación para Personas Sordas y Sordociegas . In: *El Bilingüismo de los Sordos*. Volume 1, n. 14, Santa Fé de Bogotá, marzo 2000.

PERLIN, G. “Identidades Surdas”. In: SKLIAR, C. (org.) *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 1998.

——— *Ser intérprete*. III Seminário de Intérprete de Língua de Sinais: Políticas Educacionais e Comunidade Surda. Campinas: Auditório do Externato São João, 2004. (palestra)

PIRES, C. L. *Intérpretes de língua de sinais: considerações preliminares*. In: REVISTA ESPAÇO. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Surdos, Nº 10, Dez/98. P.3-8.

QUADROS, R. M. de. & KARNOPP, L. B. *Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

OVIDEO, A . Las configuraciones manuales clasificadoras em la lengua de señas colombiana. El Bilingüismo de los Sordos, v.1, n.4, Santa Fé de Bogotá, República de Colombia, 2000, p.61-73.

RAJAGOPALAN, K. “O conceito de identidade em lingüística: é chegada a hora para uma reconsideração radical?” In: SIGNORINI, I. (org.) *Língua(gem) e Identidade - Elementos para uma discussão no campo aplicado*. Campinas/SP: Mercado da Letras, 1998.

Revista da FENEIS. *Telefone público para surdos*. Rio de Janeiro, ano 5, n. 17, Janeiro-Março de 2003, p.18.

Revista Língua de Sinais. São Paulo: Editora Escala, 2001. v. 1-10.

RÓNAI, P. *Escola de tradutores*. Os Cadernos de Cultura: Ministério da Educação e Saúde.

——— *A Tradução Vivida*. Rio de Janeiro: Educom, 1976.

ROSA, A da S. *A presença do intérprete de língua de sinais na mediação social entre surdos e ouvintes*. In: Cidadania, Surdez e Linguagem. SILVA, I. R.; KAUCHAKJE, S.; GESUELI, Z. M. (org.). São Paulo: Plexus, 2003.

SÁNCHEZ, C. *La Adquisición de la Lingua Escrita sin Mediación de la Lingua Oral*. Caracas. Dir. Educación Especial - OEA, 1989.

SILVA, A B. de. P. *O aluno surdo na escola regular: imagem e ação do professor*. Dissertação de Mestrado - Faculdade de Educação/Unicamp. 2000.

SILVA, R. R. de O. Entrevista. Revista da FENEIS. Rio de Janeiro, ano 3, n. 25, 2003, p.26.

SILVEIRA Jr. P. M. da. *A tradução: dados para uma abordagem psicanalítica*. Rio de Janeiro: AOUTRA, 1983.

SKLIAR, C. (org.) *Educação e exclusão – abordagem socioantropológicas em educação especial*. Porto Alegre: Mediação, 1997.

——— *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 1998.

SOBRAL, A Pós-facio. In: *Conversas com tradutores balanços e perspectivas da tradução*. BENEDETTI, I. C. e SOBRAL, A (orgs.). São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

SOUZA, R. M. de. *Que palavra que te falta?* São Paulo, 1998.

——— *Por uma escola para todos. Para quais todos?* V Colóquio do LEPSI. Faculdade de Educação da USP. São Paulo, 2004. (palestra)

STUMPE, M. R. Transcrição de língua de sinais brasileira em signwriting. In: LODI, A C. B., at. (org). *Letramento e Minorias*. Porto Alegre: Mediação, 2002.

TRAVAGLIA, N. G. *Tradução retextualização: a tradução numa perspectiva textual*. Uberlândia: UDUFU, 2003.

TRINDADE, E. A Entrevista. In: *Conversas com tradutores balanços e perspectivas da tradução*. BENEDETTI, I. C. e SOBRAL, A (orgs.). São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

THEODOR, E. *Tradução: ofício e arte*. São Paulo: 3ª ed. Cultrix.

VARELA, L. M. *A tradução traduz o tradutor*. In: Limites da Traduzibilidade. COSTA, L. A da (org.) Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 1996.

VERAS, V. *Acolhendo gestos*. I Seminário de Intérprete de língua de sinais: o intérprete na sala de aula a prática da diferença. Campinas: Salão Vermelho da Prefeitura Municipal de Campinas, 2002. (palestra)

VILHALVA, S. [www.tvregional.com.br](http://www.tvregional.com.br). Acesso em: 27 de novembro de 2004.

WYLER, L. *Línguas, poetas e bacharéis: uma crônica da tradução no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

© 2008 by Andréa da Silva Rosa

Todos os direitos desta edição reservados à  
EDITORA ARARA AZUL LTDA  
Rua das Acácias, 20 – Condomínio Vale União  
Araras – Petrópolis – RJ – CEP: 25725-040  
Telefax.: (24) 2225-8397  
www.editora-arara-azul.com.br  
editora@uninet.com.br

Capa e projeto gráfico  
Fatima Agra

Editoração Eletrônica  
Catia Silva

Revisão  
Clélia Regina Ramos

ISBN: 978-85-89002-33-1

R71e

Rosa, Andréa da Silva

Entre a visibilidade da tradução de sinais e a invisibilidade da tarefa do intérprete / Andréa da Silva Rosa. - Campinas, SP: [206], 2005.

Orientador: Regina Maria de Souza

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação

1. Surdez. 2. Língua de Sinais. 3. Tradução e interpretação. 4. Educação. I. Regina Maria de Souza. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

04-212-BFE